

Universidade Federal de
Santa Catarina

Curso de Museologia

Campus Universitário
Trindade

Florianópolis-SC

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Museologia, Coordenadoria
Especial de Museologia da Universidade
Federal de Santa Catarina, como requisito
parcial para obtenção do grau de bacharel no
Curso de Graduação em Museologia

Orientadora: Luciana Silveira Cardoso

Florianópolis, 2019

DO GABINETE DE GOVERNO PARA O ACERVO DO MHSC : ANTÔNIO CARLOS
KONDER REIS, ASPIRAÇÕES PARA UM LEGADO - Eugênio Pelegrin

DO GABINETE DE GOVERNO PARA O ACERVO
DO MHSC: ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS,
ASPIRAÇÕES PARA UM LEGADO

Eugênio Pelegrin

Pesquisa que investiga
as listagens de doações
do Sr. Antônio Carlos
Konder Reis
encontradas nos
registros arquivísticos e
museológicos do Museu
Histórico de Santa
Catarina – MHSC,
instituição onde estão
depositados alguns
objetos doados por
ACKR. Estes objetos
integram os primeiros
lotes de aquisições e
registros de acervos do
museu.

Orientadora:
Luciana Silveira Cardoso



Eugenio Pelegrin

**DO GABINETE DE GOVERNO PARA O ACERVO DO MHSC
ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS, ASPIRAÇÕES PARA UM
LEGADO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Museologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Museologia
Orientadora: Prof.^a Luciana Silveira Cardoso

Florianópolis
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

PELEGRIN, EUGENIO
DO GABINETE DE GOVERNO PARA O ACERVO DO MHSC :
ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS: ASPIRAÇÕES PARA UM
LEGADO / EUGENIO PELEGRIN ; orientadora, Luciana
Silveira Cardoso, 2019.
140 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em
Museologia, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Museologia. 2. Antônio Carlos Konder Reis
(ACKR). 3. Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC).
I. Silveira Cardoso, Luciana . II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em Museologia.
III. Título.

Eugenio Pelegrin

**DO GABINETE DE GOVERNO PARA O ACERVO DO MHSC
ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS, ASPIRAÇÕES PARA UM
LEGADO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel em Museologia” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Museologia – UFSC.

Florianópolis, 22 novembro de 2019.

Prof.^a. Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes
Coordenadora do Curso Museologia (UFSC)

Banca Examinadora:

Prof.^a. Luciana Silveira Cardoso
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Elisa Freitas Schemes
Museóloga, Me. em História

Dr.^a. Arq. Márcia Regina Escorteganha
Conservadora e Restauradora – Museu Histórico de Santa Catarina
(MHSC)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por prover saúde e forças para concluir esse presente trabalho. Meu parceiro de vida, Henrides do Santos, minha mãe Líbia Lapa Pelegrin e minha irmã, Gabriela da Lapa Pelegrin, por sempre serem os maiores incentivadores nessa minha jornada.

Agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a oportunidade de fazer parte desta comunidade como integrante do Curso de Graduação em Museologia, a que também agradeço a todo o seu corpo docente e administrativo e aos meus colegas de turma.

Agradeço à minha orientadora Prof.^a. Luciana Silveira Cardoso, em aceitar o convite para orientar esse trabalho, e por ser sempre solícita ao longo do curso. Agradeço a Prof.^a Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes, por sua objetividade e aos diálogos que contribuíram para nortear essa pesquisa. Prof. Rosana Andrade Dias do Nascimento, por sua gentileza em ajudar esclarecer inúmeras dúvidas.

Um agradecimento especial a equipe do MHSC, que sempre me acolheu com muito carinho durante o desenvolvimento do estágio obrigatório para o Curso de Museologia da UFSC. Marcia Regina Escorteganha pelo incentivo, pelas discussões, orientações e as inúmeras horas de conversa que ajudaram em diversos esclarecimentos.

Elisa Freitas Schemes, gratidão por seu auxílio e por ser uma inspiração durante toda a pesquisa. Ezequiel Kothe, obrigado por dividir longas horas de diálogos e compartilhamento de ideias. Ana Paula Meura, minha amiga e parceira de tantos projetos ao longo do curso.

Aos queridos colegas do Curso de Museologia que guardo doces recordações, agradeço, Sônia Melim Rocha, Leticia Gondim, Clarise Enedina Sarlete Ventura, Roberta Porto Marques, Caroline Liebl de Bastos e Filipe Gomes.

Agradeço a equipe do Museu Histórico de Itajaí – MHI, em especial sua diretora Evelise Moraes Ribas, que possibilitou a conexão com a família do Sr. Antônio Carlos Konder Reis. Agradeço, a museóloga Ângela Luciane Peyrel por suas orientações e materiais que ajudaram muito na construção da pesquisa.

Agradeço, a Sr. Cátia, que trabalhou durante décadas com o Sr. Konder Reis e que me recebeu na residência do ex-governador para que pudesse fazer a pesquisa em seus pertences pessoais. Agradeço, os familiares do Sr. Antônio Carlos Konder Reis, que possibilitou acesso a

diversos materiais de pesquisa. Agradeço ao Sr. Antônio Carlos Konder Reis (em memória) por me permitir a oportunidade de contar um pouco sobre sua trajetória de vida.

Obrigado, a todos meus amigos e familiares que incentivam de uma forma ou de outra. Gratidão, Prof. Ivan Sá do Núcleo de Memória da Museologia do Brasil NUMMUS/UNIRIO, por sua gentileza e disposição ao atender minhas solicitações.

Dedico esse trabalho ao meu especial, querido e melhor amigo, meu pet Caillou, que têm sido nos últimos quatorze anos, a companhia de todas as horas, sempre proporcionando a felicidade e estimulando a boas vibrações sempre ao meu lado.

Os egípcios acreditavam que aquele cujo nome fosse falado, vivia. (Mitologia egípcia)

RESUMO

Essa pesquisa investiga as listagens de acervos do Sr. Antônio Carlos Konder Reis, encontradas nos registros arquivísticos e museológicos do Museu Histórico de Santa Catarina – MHSC, instituição onde estão depositados alguns objetos doados por ACKR. Estes objetos integram os primeiros lotes de aquisições e registros de acervos do museu. Mediante a uma análise investigativa quantitativa e qualitativa desses acervos e registros, identificou-se o volume e o percentual destes em relação ao total de objetos registrados no inventário dos acervos museológicos do MHSC. Para contextualizar o ambiente onde a *figura* de Konder Reis foi forjada, trago alguns pesquisas bibliográficas e genealógicas para melhor compreender sua representatividade social. No cenário político, o recorte tem ênfase no período em que Konder Reis foi governador do Estado de Santa Catarina (1975-1979), período em que atuou de forma incisiva para a implantação do MHSC. A pesquisa apresenta um panorama sobre a formação de Konder Reis no Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, fundamental para traçar sua atuação em questões como a criação do MHSC. Tento também compreender de que forma a museologia se encaixa no contexto do repertório de Konder Reis em relação a construção deste legado. De que forma isso influenciou sua vida política, e por quem ele possa ter sido influenciado. Quais os indícios que justificam os reais motivos que o levam a depositar seus pertences no MHSC. Mediante relevância desse estudo em investigar a composição inicial do acervo focando nos objetos doados por ACKR; a análise de fontes inéditas: o Contrato de Comodato de 2002 e a entrevista gravada e transcrita do Projeto Memória Política de uma Época (1947-1982).

Palavras-Chave: Antônio Carlos Konder Reis (ACKR). Listagem de acervos. Museu Histórico de Santa Catarina – MHSC.

ABSTRACT

This research investigates the listings of collections of Mr. Antonio Carlos Konder Reis, found in the archival and museum records of the Santa Catarina Historical Museum - MHSC, institution where some objects donated by ACKR are deposited. These objects are part of the museum's first batches of acquisitions and collection records. Through a quantitative and qualitative investigative analysis of these collections and records, their volume and percentage were identified in relation to the total number of objects registered in the MHSC museum collections inventory. To contextualize the environment where the figure of Konder Reis was forged, I bring some bibliographical and genealogical research to better understand its social representativeness. In the political scenario, the focus is on the period when Konder Reis was governor of the State of Santa Catarina (1975-1979), during which he acted incisively for the implementation of the MHSC. The research presents an overview of the formation of Konder Reis in the Museum of Museums of the National Historical Museum, fundamental to trace his performance on issues such as the creation of the MHSC. I also try to understand how museology fits into the context of Konder Reis' repertoire regarding the construction of this legacy. How has this influenced your political life, and by whom might it have been influenced. What evidence justifies the real reasons why you deposit your belongings in the MHSC. Through the relevance of this study to investigate the initial composition of the collection focusing on objects donated by ACKR; the analysis of unpublished sources: the 2002 Lending Agreement and the recorded and transcribed interview of the Political Memory of an Era Project (1947-1982).

Keywords: Antônio Carlos Konder Reis (ACKR). List of holdings. Historical Museum of Santa Catarina - MHSC.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Residências particulares em Itajaí. Residência da Senhora Adelaide Flores, progenitora dos irmãos Konder.	27
Figura 2	Usina Adelaide propriedade de Konder & Cia – Itajaí/SC, casa fundada em 1876. Estabelecimento de fabricação de açúcar cristal. Em 1919 aguardente e álcool (Reprodução fotográfica de jornal 1952).....	29
Figura 3	Na Exposição do Centenário: Visita do Governador de Santa Catharina, O Paiz , Rio de Janeiro/RJ, 03 de maio de 1923.....	31
Figura 4	Ficha com a relação de nomes dos Conselheiros da União Democrática Nacional – UDN. Diretório Estadual de Santa Catarina	33
Figura 5	KONDER, Vitor. Um Ministro Precursor, A Manhã , Rio de Janeiro/RJ, 19 de janeiro de 1927.	34
Figura 6	Da esquerda para direita, Marcos, Vitor, Adolpho e Arno Konder. Imagem extraída do folhetim: Os irmãos Konder : Quatro ilustres varões, cujos nomes ficarão para sempre ligados à evolução política, social e economia do Brasil. Por: Carlos Vianna.....	35
Figura 7	Genealogia família Konder, primeira, segunda e terceira geração.....	37
Figura 8	Antônio Carlos Konder Reis - Formatura do Ginásio 1941.....	38
Figura 9	A Propósito do Segundo Aniversário da Constituição Estadual. Anuário de Itajaí , Itajaí/SC, 1949	40
Figura 10	Ecos da 1. Exposição. Correio do Norte , Canoinhas/SC, 1953	41
Figura 11	Nota Oficial do Diretório Municipal de Canoinhas. Correio do Norte , Canoinhas/SC, 1949	42
Figura 12	Antônio Carlos Konder Reis. Hasteamento do Pavilhão Nacional, Estadual e Municipal na entrega do Palácio Cruz e Sousa após sua restauração em 13/03/1979	47
Figura 13	A Turma de “Museologistas” de 1946.....	55

Figura 14	Resultados e Exames	56
Figura 15	Primeira folha da Ficha de Matrícula no Curso de Museologia de Antônio Carlos Konder Reis (1944-1946).....	57
Figura 16	Turma Formada no Curso de Museus em 1946.)....	58
Figura 17	Antônio Carlos Konder Reis, Carteira do 1º (1944) e 3º (1946) Ano do Curso de Museus.	60
Figura 18	Organograma MHSC.....	72
Figura 19	Diário Oficial nº 11.089 de 17 de outubro de 1978.	74
Figura 20	Diversas publicações referentes ao MHN e a museologia em geral, são encontradas no Centro de Documentação e Pesquisa (antes, Biblioteca) MHSC.....	76
Figura 21	Of. Circular nº 01/77 – Modelo.....	79
Figura 22	Reforma Alfândega 1977/78	80
Figura 23	Conjunto de imagens extraído do que se “acredita” ser o primeiro esboço de um catálogo do MHSC....	83
Figura 24	Projeto “Memória Política de uma Época (1947-1982) Entrevista com o ex-governador Antônio Carlos Konder Reis, em sua residência 1982. Em segundo plano, Jessy Cherem e Antônio Carlos Konder Reis.....	87
Figura 25	Exposição Temporária – Condecorações e Homenagens conferidas ao Governador Antônio Carlos Konder Reis.....	91
Figura 26	Estantes de livros de Antônio Carlos Konder Reis em sua residência.....	95
Figura 27	Detalhe: Parte dos arquivos documentais de Antônio Carlos Konder Reis.....	96
Figura 28	Exemplo das diferentes marcações dos acervos no MHSC.....	98
Figura 29	Objetos emprestados, devolvidos e divergências na documentação	108
Figura 30	Ofício de Reconhecimento – “Presidente de Honra da Associação de Amigos do MHSC”	116
Figura 31	Termo de Contrato de Comodato – Diário Oficial SC	126
Figura 32	Objeto recebido em forma de doação, destaque para a numeração tombo do MHSC	128
Figura 33	Diagnóstico do Acervo Fotográfico MHSC	139

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Identificação dos Formandos - Curso de Museus – MHN, 1946.....	59
Quadro 2	Museu Histórico de Santa Catarina. Organização ..	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Análise quantitativa das listas dos objetos doados por ACKR.....	101
Tabela 2	Listagem de conferência do acervo - Contrato de Comodato MHI (1980)	111
Tabela 3	Identificação dos Objetos Solicitados pelo Ex-Governador Dr. Antônio Carlos Konder Reis em 23 de novembro de 2001.....	120
Tabela 4	Listagem dos objetos do Sr. Konder Reis, identificados pelo MHSC e anexo a CI nº 0206/02. Acervo que se encontrava com a Fundação Genésio Miranda Lins em 2001.....	122
Tabela 5	Arrolamento do acervo do Ex-Governador Konder Reis, outubro 2001.....	133
Tabela 6	Coleção Antônio Carlos Konder Reis – Levantamento Final	144

GRÁFICOS

Gráfico 1	Acervo ACKR	135
Gráfico 2	Acervo ACKR x Esperidião Amin Helou Filho	136

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	UMA VIDA EM CAPÍTULOS.....	25
2.1	A FAMÍLIA KONDER E A POLÍTICA	25
2.1.1	Marcos Konder (1882-1962)	28
2.1.2	Arno Konder (1882-1942)	30
2.1.3	Adolfo Konder (1884-1956)	32
2.1.4	Vitor Konder (1886-1941).....	34
2.1.5	As irmãs Konder.....	36
2.2	ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS	38
2.2.1	Da Academia para a Política	39
2.2.2	A Primeira Tentativa para o Governo de Santa Catarina.....	43
2.2.3	A Nova Constituição Federal.....	44
2.2.4	No Governo do Estado de Santa Catarina	45
2.3	O CURSO DE MUSEOLOGIA NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – MHN.....	48
2.3.1	O Museologista Antônio Carlos Konder Reis	53
3	A IDEALIZAÇÃO DE UM MUSEU HISTÓRICO	63
3.1	O RELATÓRIO FINAL DO GRUPO VISANDO À IMPLANTAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA.....	68
3.1.1	O MHSC e a parceria com MHN do Rio de Janeiro	75
3.1.2	Os Preparativos Finais	77
3.2	NASCE UM MUSEU.....	82
3.2.1	“A Menina dos Olhos”	85
4	O ACERVO KONDER REIS.....	93
4.1	O ACERVO.....	93
4.2	AS LISTAGENS DE ACERVO ACKR	96
4.3	DISPOSIÇÕES SOBRE ACERVOS MUSEOLÓGICOS.....	102

4.3.1	Contrato de Comodato com o Museu Histórico de Itajaí (1980-2017).....	103
4.3.2	Contrato de Comodato com Antônio Carlos Konder Reis (2002).....	115
4.3.3	Parte do acervo retorna ao MHSC em 2019.....	126
4.4	O MUSEU PRATICAMENTE DE UM POLÍTICO SÓ.....	128
4.4.1	Acervo Fotográfico	137
4.5	O DIAGNÓSTICO FINAL DOS OBJETOS DOADOS POR ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS.....	143
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
	REFERÊNCIAS	149

1 INTRODUÇÃO

É vital e importante estudar as teorias sobre o campo da museologia e as metodologias que se referem aos processos técnicos da profissão. Museus são importantes indicadores da vida cultural de uma determinada comunidade ou localidade e na forma como ela se organiza. Atenta-se também na busca de uma constante sensibilização para o olhar voltado aos processos de formação e manutenção da identidade social, tanto para o seu conhecimento, quanto para o fortalecimento do sentimento de pertencimento ao patrimônio cultural no contexto em que está inserido. Todavia é fundamental conceituar o termo “*museu*” para refletir sobre a forma que ele assume para a realidade das sociedades mundiais. A vigente definição de museu teve seu conceito atualizado na 25ª Conferência Geral do International Council of Museums - ICOM¹, em 2019, estabelecendo que:

Os museus são espaços democratizantes, inclusivos e polifônicos para um diálogo crítico sobre o passado e o futuro. Reconhecendo e enfrentando os conflitos e desafios do presente, eles guardam artefatos e espécimes para a sociedade, salvaguardam diversas memórias para as futuras gerações e garantem direitos iguais e acesso igual ao patrimônio para todos os povos. Os museus não são lucrativos. Eles são participativos e transparentes, e trabalham em colaboração ativa com e para várias comunidades, a fim de coletar, preservar, investigar, interpretar, expor e expandir os entendimentos do mundo, com o propósito de contribuir para a dignidade humana e justiça social, para igualdade mundial e bem-estar planetário.²

¹ O ICOM é uma organização internacional de museus e profissionais criado em 1946, é uma organização não-governamental (ONG) que mantém relações formais com a UNESCO e tem estatuto consultivo no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. ICOM PORTUGAL. ICOM Internacional. Disponível em: <http://icom-portugal.org/icom-portugal-quem-somos/icom-internacional/>. Acesso em 26 nov. 2019.

² INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. Portugal. Museu [Definição]. [2007]. Disponível em: <https://icom.museum/es/actividades/normas-y-directrices/definicion-del-museo/>. Acesso em: 26 ago. 2019.

A inspiração para este Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, surgiu em decorrência do estágio obrigatório do curso de Museologia, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. O estágio ocorreu no Museu Histórico de Santa Catarina - MHSC, com sede no Palácio Cruz e Sousa na cidade de Florianópolis/SC, desenvolvendo atividades no Setor Museológico - Núcleo de Conservação e Restauro – NCR, entre o período dos meses de agosto a novembro do ano de 2018. Dentre diversas atribuições e procedimentos exercidos enquanto estagiário do Setor, destacava-se principalmente o tratamento e levantamento da documentação museológica da instituição, que está em processo de inventário, pois completa seus 40 anos de existência em 2019 sem ter um controle sistematizado de seus acervos museológicos.

Neste Projeto de Inventário³ participo⁴ do processo documental que chegará ao diagnóstico da situação atual do acervo do museu. Apesar de o projeto ter iniciado em 2018, ainda não se tinha uma situação clara sobre os acervos, então a partir da minha chegada foi feita uma nova conferência e organização da documentação museológica, como as antigas fichas de inventário, os termos de doações, as fichas de estado de conservação, os contratos de transferências e comodatos, todos os registros que se referiam ao acervo do museu. Todo o material foi arquivado em forma de dossiê, servindo como base de informações e que posteriormente comporá o Inventário do museu.

Foi durante o processo de triagem dos documentos que se observou uma grande quantidade de registros documentais que estavam conectadas diretamente a figura do ex-governador do Estado de Santa

³Projeto de Documentação Museológica no MHSC, que teve início em abril de 2018 e está atualmente em andamento, com previsão de término em 2022, sob a supervisão da Museóloga e Prof.^a Dr.^a Rosana Andrade Dias do Nascimento – vinculado através do projeto de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC em parceria com o NCR/MHSC – Projeto de Inventário do Acervo Museológico do MHSC. O Projeto prevê as ações de registro com procedimentos e instrumentos de documentação museológica a serem desenvolvidas com o acervo da instituição.

⁴ Atualmente em 2019, continuo a exercer atividades no MHSC, não mais como estágio obrigatório, que é requisito para aprovação e obtenção de diploma para o curso de graduação em Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Mas como **estágio não obrigatório** renumerado como atividade opcional por meio do Programa de Estágios Novos Valores coordenado pela Secretaria de Estado.

Catarina, Sr. Antônio Carlos Konder Reis - ACKR. Entre os documentos localizados se destacam os da criação do próprio Museu Histórico de Santa Catarina, que estão diretamente alinhados a sua gestão pública enquanto governador entre o período de 1975 a 1979.

Para além dos registros sobre a criação do museu, o que mais instigou esta pesquisa, foi observar a listagem de doações de ACKR, objetos que constituem os primeiros acervos nos anos iniciais e que vão impulsionar a existência desse museu. Foi possível constatar que dentre os objetos adquiridos para compor o acervo museológico, havia diversos itens de caráter particular do Sr. ACKR, como medalhas, insígnias e diplomas que foram listadas e encaminhadas para o MHSC pelo próprio ex-governador em períodos distintos para compor o acervo da instituição recém-criada.

Criado pela Lei Estadual nº 5.476, de 4 de outubro de 1978, o MHSC, no período de vigência do então Governador do Estado de Santa Catarina, ACKR. O novo museu na cidade de Florianópolis/SC, teve como sua sede inicial o prédio da Casa da Alfândega, localizado a rua Conselheiro Mafra, nº 141, centro. Sua abertura oficial para o público ocorreu em 02 de março de 1979, onde ficou até a sua transferência para o prédio do Palácio Cruz e Sousa (antiga Casa de Governo), no dia 5 de dezembro de 1986.

Atraído pela marcante presença do Sr. ACKR no Museu, tanto no aspecto histórico da criação da instituição, quanto no que se relaciona ao acervo ali salvaguardado, despertou a curiosidade em questionar sobre esse homem por detrás da imagem do político, e pesquisar saber as razões do seu envolvido no legado museológico com a institucionalização do MHSC, e principalmente da salvaguarda de seus pertences pessoais para a posteridade.

Destaco a sutileza de um olhar aguçado e consciente na organização de sua “coleção”, na seleção e na sistematização de objetos pessoais para integrar os bens museológicos do museu. Uma sucessão de eventualidades alinhadas de forma concomitante parece estar direcionada a um propósito maior do que apenas coincidências, o que desejava ACKR.

Para entender o universo das coleções devemos, antes de mais nada, entender os colecionadores. O colecionador não é tão somente o indivíduo que coleciona; é ele quem “inventa” a coleção. Os objetos que formam uma coleção não existem em estado latente; precisam ser escolhidos,

classificados e “possuídos”. Coleção e colecionador dialogam permanentemente, e se confundem, imersos em uma mesma lógica. [...] A coleção deve extrapolar o território particular do seu colecionador para ser admirada por um conjunto maior de pessoas, como sua extensão material e espiritual. Se a coleção permaneceu escondida, agora é a hora de pensar em sua revelação⁵.

Motivado por essa curiosidade sobre seu passado, obteve-se informações através do TCC em Museologia de Elisa Freitas Schemes⁶, que o Sr. ACKR foi advogado formado pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica – PUC, do Rio de Janeiro, em 1949, período em que iniciou sua atuação política.

Por outro lado, havia um personagem pouco difundido e explorado. ACKR em 1944 também inicia seus estudos em museologia no Museu Histórico Nacional - MHN, do Rio de Janeiro/RJ, fazendo assim estudos paralelos em duas áreas do conhecimento científico acadêmico. Informação que contribui na pesquisa, principalmente as que se referem à cultura e na criação de um Museu Histórico para Santa Catarina.

Isso reflete algumas impressões que afloraram durante essa pesquisa, a indução com enfoque na “*Fabricação do Imortal – Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil.*”; de autoria de Regina Abreu, publicação de 1996. Abreu, preconiza que: “*A fabricação do imortal coloca em evidência o papel crucial que as determinações sociais exercem no processo de elaboração da História de um país.*”. (ABREU, 1996, p.19). Revelando um novo aspecto do político ACKR, referente a criação do MHSC e a seleção dos objetos doados ao museu. Neste contexto, achou-se um melhor um diálogo entre as duas carreiras do Governador ACKR.

A pesquisa aqui intitulada: ***Do Gabinete de Governo para o Acervo do MHSC : Antônio Carlos Konder Reis, Aspirações para um***

⁵ALMEIDA, Cicero Antônio F. **Objetos que se oferecem ao olhar.** Colecionadores e o “desejo de museu”. In: Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: MHN, 2012. p. 183-200.

⁶SCHEMES, Elisa Freitas, **Do “Nosso Museu Histórico” para o “De Minha Terra Natal”:** Comodato e devolução de acervo entre o Museu Histórico de Santa Catarina e o Museu Histórico de Itajaí (1980- 2017).

Legado; o título que surgiu nos primeiros dias da pesquisa em conversa com a colega museóloga Ângela Luciane Peyerl, é um trocadilho para referenciar os famosos Gabinetes de Curiosidades dos séculos XVI e XVII, lugares que eram compostos de objetos raros e exóticos, principalmente de caráter enciclopédico, sem ordenação ou classificação de coleções onde se tentava reproduzir o mundo em um único local.

Esse sistema classificatório e a constituição específica desses gabinetes, pode nos mostrar como o homem, inserido na cultura erudita dos séculos XVI e XVII, percebe o mundo a sua volta e como o classifica. As diferentes categorias dos objetos dos gabinetes mostram as posições sociais, a riqueza, a instrução de seus proprietários, assim como as particularidades nacionais e ainda os interesses e gostos pessoais de cada um.⁷

Assim sendo, possuir uma “coleção” expressa sinônimo de conhecimento, poder e posição social, podendo encontrar similaridades neste fato com os objetos pessoais do ex-governador ACKR no MHSC, como um lugar de condição política, poder e escolhas a serem salvaguardados.

O objetivo central desta pesquisa tem por finalidade refletir se o Sr. ACKR ao selecionar objetos específicos e particulares para compor o acervo do MHSC já aspirava deixar o seu nome em destaque no cenário da história do Museu e no Estado de Santa Catarina.

Sendo um estudo de caso no MHSC, propõem-se os **objetivos específicos:**

- Pesquisar a biografia e trajetória acadêmica de ACKR, com ênfase na formação em museologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro - MHN.
- Investigar a criação e implantação do MHSC e o acervo doado pelo então Governador.
- Analisar a formação do acervo de ACKR no MHSC, com ênfase nas listagens de doações.

⁷RAFFAINI, P. T. **Museu Contemporâneo e os Gabinetes de Curiosidades.** Ver. Do Museu de Arqueologia e Etnologia, S. Paulo, 3: 159-164, 1993.

Torna importante ressaltar as excepcionalidades, fazendo um recorte cronológico, entre os anos de seus estudos acadêmicos em Museologia no Museu Histórico Nacional - MHN (1944 a 1946) e, entre (1975 a 1979), período em que foi Governador do Estado de Santa Catarina, e os apontamentos que culminam para a criação do MHSC, como o Decreto nº 2.183 de 17 de janeiro em 1977, que cria um Grupo⁸ de Trabalho - GT para promover estudos que fossem necessários a implantação de um Museu Histórico na cidade de Florianópolis.

Explorar a formação acadêmica do Sr. ACKR como “Museologista”, é também poder conhecer o perfil de museu ao qual ele se propôs a criar, compreender quais foram e quem foram as suas influências na academia. É importante apresentar um breve panorama desse período histórico e o cenário em que a museologia como campo de conhecimento se encontrava, com respaldo nas teorias e discussões museológicas.

A metodologia escolhida para realizar essa pesquisa se deu inicialmente na forma exploratória de consultas bibliográficas referentes a biografias de ACKR, que visa compreender a sua origem por meio de genealogia familiar e sua trajetória pública. A pesquisa também ocorreu por meio de fontes primárias, documentações arquivísticas obtidas por instituições como o Núcleo de Memória da Museologia no Brasil – NUMMUS, que em seus arquivos trazem as primeiras referências acadêmicas de ACKR em sua formação no curso de museologia pelo Museu Histórico Nacional – MHN do Rio de Janeiro. Na consulta da dissertação de mestrado de Graciele Karine Siqueira⁹, que trará o perfil acadêmico profissional do Curso de Museus - MHN (1932-1978); no TCC de Elisa Freitas Schemes, que discorre sobre um estudo de caso no MHSC; na tese de Katianne Bruhns sobre o histórico do MHSC, e

⁸O grupo criado a pedido direto do então governador do Estado de SC, Antônio Carlos Konder Reis, tinham como representantes, Jali Meirinho, da secretaria do Governo; Carlos Humberto Corrêa e Sílvia Amélia Carneiro da Cunha do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina - IHGSC; Maria Ester Teixeira Cruz da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Sérgio Sdimitz da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – UDESC, o grupo recém formado teria 120 dias para apresentar um relatório final com todos os resultados justificados.

⁹ SIQUEIRA, Graciele Karine. Curso de Museus – MHN, 1932-1978: O perfil acadêmico profissional. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2009. 178p. Orientador: Ivan Coelho de Sá.

também por clipagens encontradas do arquivo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

Também foram consultadas publicações nas áreas da Museologia como campo teórico e suas práticas com reflexões sobre os museus. Em termos teóricos também temos as conferências do ICOM, ICOFOM.

Sobre o MHSC, foram consultados os arquivos permanentes do museu, onde encontramos as documentações primárias referentes a criação e implantação do MHSC. Também foram apurados documentos com as listas e termos de doações e o Plano Museológico¹⁰ do museu.

Por fim, o método quantitativo e qualitativo como complementar, onde será analisado um registro¹¹ de uma entrevista cedida ao MHSC, durante o Projeto Memória Política de uma Época (1947-1982), onde ACKR fala sobre o MHSC e a sua importância para o Estado; e nos seus arquivos pessoais mantidos por sua família.

O cruzamento de todas as informações após serem devidamente analisadas e tratadas poderá responder ao objetivo central desta pesquisa. Por fim, para consolidar todas as problematizações e apresentar um resultado de caráter singular dentro do espaço escolhido, espera-se que esta pesquisa possa vir a contribuir para a história do MHSC, para a história e visibilidade da museologia no Brasil e para a história de ACKR.

¹⁰Plano Museológico é “compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade”. In: Subsídios para a Elaboração de Planos Museológicos. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, 2016, p. de Apresentação.

¹¹Fita magnética (K-7) – Entrevista com Antônio Carlos Konder Reis em sua residência da praia da Armação no dia 04/11/82, quando do Projeto do MHSC: “Memória Política de uma Época” (1947-1982). A entrevista está contida em duas fitas, sendo: A e B. (Acervo MHSC)

2 UMA VIDA EM CAPÍTULOS

Todos nós, mais cedo ou mais tarde, temos o desejo de conhecer nosso passado familiar, saber de onde nascem certos costumes, de onde evocamos certas ideias e de como preservamos determinadas tradições que originaram nossa cultura. Para alguns, esse exercício de manifestação pela curiosidade e interesse sobre a história passada, pode representar apenas como uma breve impressão de fatos para se justificar a construção do presente. Para alguns outros, tal fato pode não ter sequer alguma representatividade, e que o presente e o futuro são totalmente dissociados do que lhe antecede, sendo o passado apenas uma sucessão de eventos que condicionam as transformações através dos tempos.

Por outro lado, Lord Byron¹² preconizou que: “*O melhor profeta do futuro é o passado*”. Sendo o passado a chave para o entendimento do presente e o que impulsiona para novas transformações na construção de um futuro. Afinal, somos instigados a percorrer nossas próprias histórias para nos conhecer, saber de onde viemos e como vamos projetar os capítulos de nossa vida. Investigar quem foram e quais são nossas referências culturais e sociais por meio das gerações anteriores, nos possibilita fazer reflexões a respeito de quem somos e para onde iremos.

2.1 A FAMÍLIA KONDER E A POLÍTICA

Neste capítulo é feito uma breve apresentação sobre a família Konder e seus descendentes, traçando os principais fatos e mudanças que seus integrantes produziram ao longo da vida pública. Para isto, consistirá em análise por amostragem familiar de duas gerações anteriores a ACKR, dando ênfase a esse personagem que é o foco de estudo nesta pesquisa de conclusão de curso.

Segundo pesquisa feita no livro de Victor Márcio Konder (1997)¹³, a família remonta sua origem no estado alemão da Renânia-Palatinado, em Schweich, uma pequena aldeia localizada em Mosela, Alemanha. Em 1872, aos 21 anos de idade, Marcos Konder Senior parte de sua terra natal em direção ao novo continente, vindo a se estabelecer ao sul do Brasil, na recém fundada Itajaí-SC.

¹²George Gordon Byron (1788-1824), 6º Barão Byron, foi um poeta britânico e uma das figuras mais influentes do romantismo.

¹³ KONDER, Victor Márcio et. al. **Antônio Carlos Konder Reis: 50 anos de vida pública**. Itajaí: Oficina da Palavra, 1997.

Devidamente instalado em sua nova cidade, Konder Senior, assume inicialmente o ofício de professor particular, sendo contratado para educar os filhos do empresário Nicolau Malburg. Além de lecionar aulas particulares, também exercia paralelamente atividades no comércio de armazém na Cia. Malburg¹⁴, do qual era funcionário, fazendo inúmeros serviços, desde atender a clientela até os mais braçais.

Foi construindo uma relação de confiança com o proprietário do armazém que em pouco tempo foi assumindo maiores responsabilidades, percorrendo os serviços administrativos até chegar ao gerenciamento e direção geral do negócio. Em poucos anos, Konder Senior tornou-se comerciante e proprietário do próprio estabelecimento.

Konder Senior já sendo um homem de negócios, continua a lecionar aulas particulares, nesse tempo é contratado a ensinar piano e violão para a senhorita Adelaide Flores, filha caçula do Tenente Coronel José Henrique Flores e Maria Clara de Silveira, uma tradicional e influente família da cidade de Itajaí que teve importante e significativa atuação na vida política da região.

Durante as aulas e na relação construída entre mestre e aprendiz, surgiria uma paixão que logo terminaria em casamento no ano de 1877. Casado e patriarca de uma família recém formada, Konder Senior agora começava a ganhar destaque no cenário de Itajaí, sendo ele, um imigrante e descendente de europeus envolvido com o trabalho e a ampliação de seus negócios, passa agora a ter notória visibilidade e participação nas decisões de teor público, e as que se referem à vida econômica e coletiva da região.

Em 1898, Marcos Konder Senior faleceu precocemente aos 44 anos, deixando a jovem esposa Adelaide Flores Konder viúva, e mãe de seus 8 filhos, Adelaide Flores; Arno; Adolfo, Elisabeth; Evelina; Marcos; Marieta e Victor Konder, quatro homens e quatro mulheres.

¹⁴ Os Malburg foram grandes comerciantes de armazém na cidade de Itajaí-SC, O casarão estava edificado próximo ao Rio Itajaí-Açu, ponto estratégico na movimentação de mercadorias para exportação e importação de produtos. **Biografias Familiares:** Marcos Konder Senior. Disponível em: <https://omunicipio.com.br/biografias-familiares-marcos-konder-senior/> Acesso em 11. set. 2019.

Com a morte do patriarca, seu filho Marcos Konder ainda muito jovem, não mais em que seus 16 anos, assume frente aos negócios da família sob supervisão da viúva.

A partir daqui os irmãos são encaminhados aos estudos, vindo futuramente a se conectarem não mais apenas por seus laços consanguíneos, mas também por suas atuações na vida profissional e política. Aqui nesse trabalho, entretanto apresenta-se principalmente os irmãos homens com foco em suas respectivas atuações na política.

Com base no repositório digital da “Memória Política de Santa Catarina¹⁵”, será traçado uma biografia sintética dos quatro irmãos de forma pontual, apenas com o propósito de conhecê-los melhor em suas trajetórias profissionais, e as lacunas que preencheram dentro da política.

Figura 1 - Residências particulares em Itajaí. Residência da Senhora Adelaide Flores, progenitora dos irmãos Konder.



Fonte: Acervo Fotográfico MHSC.

¹⁵ SANTA CATARINA. “Memória Política de Santa Catarina” É um projeto conjunto da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira e Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Sendo um repositório de informações biográficas de representantes políticos (deputados estaduais, deputados federais, senadores e governadores de Santa Catarina, titulares, suplentes e vices que exerceram o cargo). Possui abrangência histórica para o Executivo a partir de 1711 aos dias atuais, e o Legislativo desde 1824 até o presente. **ALESC**. [Sobre]. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/sobre-o-projeto>. Acesso: 18 setembro 2019.

2.1.1 Marcos Konder (1882-1962)

Marcos fez seus estudos primários Itajaí/SC e os secundários em Blumenau/SC. Após o falecimento de Konder Senior 1898, seu pai, deu continuidade no legado construído. Inicialmente dedicou-se principalmente ao desenvolvimento econômico dos negócios da família assumindo o controle do estabelecimento comercial.

Ao longo de sua vida foi industrial, escritor e atuou na política. Teve expoente atuação pública pelo Partido Republicano Catarinense - PRC¹⁶. Em 1904 foi superintendente (Prefeito) Municipal substituto de Itajaí. Nesse mesmo ano fundou o jornal “*Novidades*”, importante periódico da região. Foi Superintendente titular de 1907 a 1911, e novamente eleito em 1914 ocupando o cargo até 1930.

Em 1925, durante sua gestão enquanto superintendente (Prefeito) foi construído o Palacete Municipal da cidade, onde abrigaria os três poderes municipais, o Executivo, Legislativo e Judiciário, mais tarde passaria a ser chamado de Palácio Marcos Konder em sua homenagem. A partir de 1982 até hoje, a edificação passa a abrigar o Museu Histórico de Itajaí – MHI, administrado pela Fundação Genésio Miranda Lins¹⁷.

Marcos assumiu por inúmeras vezes como Deputado Estadual de Santa Catarina, eleito representante do Vale de Itajaí no Congresso Estadual. Seu último mandato foi em 1937, ano que voltaria a desenvolver atividades corporativas ocupando a presidência da Usina de Açúcar Adelaide (Figura 2), propriedade de sua família.

¹⁶ GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Partido Republicano Catarinense (PRC)**, Partido político brasileiro criado em 1887. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/index.php/noticias/temas/educacao-noticias/conheca-os-tres-catarinenses-que-contribuiram-para-consolidacao-da-republica-no-brasil>. Acesso: 18 setembro 2019.

¹⁷ SANTA CATARINA. Instituída pelo governo Municipal de Itajaí, pela Lei nº 1.515, de 01 de dezembro de 1976, é uma instituição sem fins lucrativos, com objetivos exclusivamente culturais, com personalidade jurídica de direito público, gozando de autonomia administrativa e financeira. **Fundação Genésio Miranda Lins**. Disponível em: <https://itajai.sc.gov.br/e/fundacao-genesio-miranda-lins>. Acesso: 18 setembro 2019.

Figura 2 - Usina Adelaide propriedade de Konder & Cia – Itajaí/SC, casa fundada em 1876. Estabelecimento de fabricação de açúcar cristal. Em 1919 aguardente e álcool (Reprodução fotográfica de jornal 1952)

USINA ADELAIDE

KONDER & C. - Itajahy
CASA FUNDADA EM 1876

Estabelecimento de fabricar assucar crystal, aguardente e alcool, fundado em 1919.

Produção da Usina: 100 toneladas em 20 horas.

Força electrica e a vapor: 200 cavallos.

Modernos aparelhos de vacuo e triplo-effeito.

A Usina possui rebocador a gazolina e lanchas proprias para a condução da canna

A firma possui ainda duas grandes fazendas agricolas, onde existem culturas de canna em grande escala.

Proprietarios: KONDER & C., exportadores e importadores
Escriptorios á Rua Lauro Müller ns. 12 e 14

End. Telegr. — KONDER — Codigos usados Ribeiro,
Borges, A B C, 4ª e 5ª edições



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu Histórico de Santa Catarina - MHSC.

Marcos Konder foi casado com Maria Corina Régis Konder, e tiveram os filhos; Alexandre Marcos; Gustavo Adolfo; Amélia; Valério Augusto; Maria Luísa; Victor Márcio; Maria Sulamita; Otávia Benvida. Em 05 de julho de 1962, Marcos falece em Itajaí/SC.

2.1.2 Arno Konder (1882-1942)

Conforme pesquisas no CPDOC¹⁸, Arno destacou-se na vida como diplomata comercial. Iniciou seus estudos no Colégio Santo Antônio, em Blumenau/ SC; mais tarde ao mudar-se para o Rio de Janeiro/RJ tornou-se funcionário do Ministério das Relações Exteriores.

Arno Konder começa a desempenhar atribuições que o levariam a passar por diversas atividades profissionais e a exercer cargos de maiores hierarquias em entidades no Brasil e no exterior. Entre as principais posições de destaque ocupadas foi a de Agente de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil e no Exterior (1908). Em Paris, na capital francesa em 1913 atuou como auxiliar do Escritório de Informações.

Em 1919, foi fiscal à Companhia Nacional de Seguros Operários, em 1922 participou da inauguração da Exposição Internacional do Centenário¹⁹.

É nomeado adido comercial do Brasil em Nova Iorque em 1926, mas não chegou a assumir a função para ser lotado à Secretaria do Itamarati no Rio de Janeiro como Adido Comercial; por onde ficou por quatro anos.

Assumiu a seção do Departamento Nacional de Comércio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1931, e promovido a cônsul de primeira classe em 1932. Em 1933 torna-se assessor técnico da delegação brasileira à VII Conferência Pan-Americano em Montevidéu.

Em 1934, foi perito em de assuntos comerciais na Embaixada Brasileira nos Estados Unidos, sendo em 1936 promovido a cônsul geral, sendo transferido de Washington para Berlim, na Alemanha manteve-se até sua volta ao Brasil em 1938.

Durante sua fase no Brasil entre diversos cargos que ocupou, substituiu o embaixador Carlos Martins Pereira de Sousa nos Negócios do Brasil nos Estados Unidos. Arno Konder faleceu em 1942, época que

¹⁸ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) é a Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Criado em 1973, tem o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país, desenvolver pesquisas em sua área de atuação e promover cursos de graduação e pós-graduação. **CPDOC**. [Sobre]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sobre>. Acesso: 19 setembro 2019.

¹⁹ A Exposição Internacional do Centenário da Independência foi uma exposição realizada no Rio de Janeiro entre 7 de setembro de 1922 e 23 de março de 1923.

aguardava nomeação como embaixador brasileiro na China. Foi casado com Elsa Souto de Oliveira e não deixou descendentes.



Figura 3 – Na Exposição do Centenário: Visita do Governador de Santa Catharina, **O Paiz**, Rio de Janeiro/RJ, 03 de maio de 1923.

2.1.3 Adolfo Konder (1884-1956)

Adolfo inicia seus estudos em Itajaí, estendendo sua formação em Blumenau/SC (1892-1898), e o ginasial na cidade de São Leopoldo/RS (1900-1903). Em São Paulo, inicia sua graduação em Direito em 1908, bacharelando-se na Faculdade de Direito de São Paulo/SP, ao lado de seu irmão Vitor e aos seus conterrâneos catarinenses, Fúlvio Aducci e Nereu Ramos, que logo também se tornaram políticos. Na formação de Adolfo também é atribuído o jornalismo.

Em 1910 ingressou na política pelas relações e influências da família, atuando como Secretário do Centro Civilista de Santa Catarina ao lado de Hercílio Pedro da Luz. Em 1913 ocupa um cargo no Ministério das Relações Exteriores o que leva a interromper o exercício da advocacia. Seu desempenho no Ministério lhe proporcionou ocupar o cargo oficial da Secretaria de Estado e diretor do Bureau da Guerra.

Sua proximidade com Hercílio Pedro da Luz, eleito presidente de Santa Catarina em 1918, Adolfo é empossado como Secretário Estadual da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, cargo ao qual ocupou por dois anos. Em 1920 é eleito Deputado pelo Partido Republicano e reeleito em 1922, avançando para sua ascensão na política catarinense.

Considerado um dos mais ativistas do seu partido e por sua liderança na bancada Republicana da Câmara do Estado, elegeu-se presidente²⁰ do Estado de Santa Catarina pelo Partido Republicano Catarinense entre (1926 a 1930). O ano de 1930 é marcado também pela campanha eleitoral à presidência da República entre Júlio Prestes e Getúlio Vargas, época que Adolfo Konder também concorre uma vaga no Senado Federal, apoiando o candidato da Aliança Liberal, Júlio Prestes, os dois saíram vitoriosos nos resultados das urnas, mas Adolfo permanece em seu mandato no governo até o fim. Júlio Prestes por sua vez não chega a tomar posse da presidência em decorrência da Revolução de 1930²¹.

²⁰Antiga denominação, ao qual hoje é equivalente a “Governador do Estado”

²¹Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março anterior. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano. As mudanças políticas, sociais e econômicas que tiveram lugar na sociedade brasileira no pós-1930 fizeram com que esse movimento revolucionário fosse considerado o marco inicial da Segunda República no Brasil. OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. [Verbetes]: Revolução de 30. Disponível em:

Durante a Revolução de 1930, Adolfo partiu para o exílio²² junto a outros catarinenses, retornando as atividades políticas somente em 1933 durante sua volta do exílio.

Elegeu-se Deputado Federal entre (1935-1937) e como Deputado Constituinte Estadual de 1935, onde se manteve até 1937, período ao qual os Legislativos do país foram fechados. Com a Instauração do Estado Novo em 1937, os Konder faziam oposição a Vargas e Adolfo abandona provisoriamente a política para se dedicar a outros projetos, tal como sua participação na fundação da União Democrática Nacional (UDN) em 1945, junto a outros catarinenses.

Figura 4 – Ficha com a relação de nomes dos Conselheiros da União Democrática Nacional – UDN. Diretório Estadual de Santa Catarina.

PARTIDO <u>UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (CONSELHO)</u>	
Diretório <u>ESTADUAL DE SANTA CATARINA</u> (1)	
	Observações
- Irineu Bornhausen - Presidente. Paulo de Tarso da Luz FONSES - Secretário Geral. Aroldo Carneiro de Carvalho - Sub-Secretário. MEMBROS: - Adolfo Konder - Henrique Rupp Júnior - Aristiliano L. Ramos - Afonso Wanderley Junior - João Bayer Filho - João José de Souza Cabral - Oswaldo Bulcão Viana - Oswaldo Rodrigues Cabral - Arnaldo Luz - Flávio C. Aducci - Aquiles Balsini - Fernando Ferreira de Mello - Walter Müller - Edmundo da Luz Pinto - Plácido Olympio de Oliveira - Pedro Augusto Carneiro da Cunha - Oslin Souza Costa - Francisco Canziani - Heriberto Hulse - Ramiro Cabral Ulysses - Artur Müller - Alzirino de Almeida - Max Favares d'Amaral - Luiz Vieira dos Santos - João Caruso Mac Donald - Ricarte de Freitas - José da Luz Fontes - Brasílio Celestino de Oliveira - Francisco Mascarenhas - Antônio Bessa - Ewaldo Lemkul - Rogério Fagundes - João Palma - Luiz Günther - João del Pizo - Pedro da Silva Maciel - João Pedro Arruda - Júlio Coelho de Souza -	

Fonte: Arquivo do TRE/SC, 2019.

Junto com seu irmão Marcos Konder, Adolfo também foi diretor e proprietário do jornal *Novidades*, importante periódico de Itajaí e região,

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3>. Acesso em 11. set. 2019.

²² Não foi localizado em nenhuma publicação o local para onde Adolfo Konder foi exilado.

e do jornal *Diário da Tarde*, de Florianópolis. Adolfo retorna à política nas eleições de 1950, sendo eleito suplente na vaga de Deputado Federal por Santa Catarina, ocupação que acabou não exercendo. Em 1954 candidatou-se ao cargo de Senador, contudo não foi instituído.

Em 24 de setembro de 1956, Adolfo Konder faleceu na cidade do Rio de Janeiro, e seu corpo é trasladado para o estado de Santa Catarina, e na cidade de Florianópolis seu corpo é velado no edifício que abriga o Palácio de Governo do Estado, hoje atual Museu Histórico de Santa Catarina - MHSC – Palácio Cruz e Sousa.

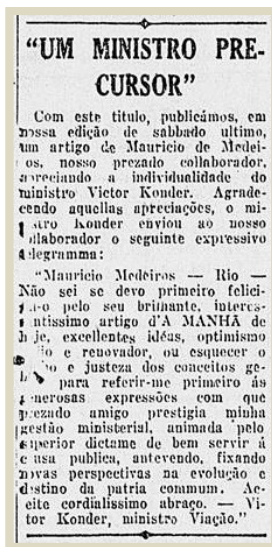
2.1.4 Vitor Konder (1886-1941)

O caçula entre os quatro homens, inicia seus estudos primários no Colégio Santo Antônio, em Blumenau/SC, seguindo com o curso secundário no Colégio Nossa Senhora da Conceição na cidade de São Leopoldo/RS. Em São Paulo, capital, começa sua graduação, bacharelando-se em Direito pela faculdade de Direito de São Paulo/SP no mesmo período de seu irmão Adolfo.

Já formado em direito, regressa à cidade de Itajaí passando a trabalhar ao lado de Adolfo na redação do jornal *Novidades*. Vitor foi redator do periódico por muitos anos, encerrando suas atividades em 1919 junto ao jornal. Volta assumir o Direito, sua profissão de formação, e a se dedicar a outras atividades comerciais e industriais.

Vitor inicia sua trajetória na vida pública e política ao ser Deputado Estadual de Santa Catarina entre (1919-1924) e Vereador por Blumenau (1919-1927). Ganha projeção no Estado ao ser Secretário dos Negócios da Fazenda, Viação e Obras Públicas e Agricultura de Santa Catarina (1922-1926) durante o governo de Hercílio Pedro da Luz.

Figura 5 – KONDER, Vitor. Um Ministro Precursor, **A Manhã**, Rio de Janeiro/RJ, 19 de janeiro de 1927.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Passa a conquistar seu lugar de destaque no cenário nacional ao assumir o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas do Brasil (1926-1930). Revela-se principalmente por sua atuação voltada à economia e administração do Brasil, percebido como estrategista nos assuntos que se referem a problemas de transportes ao desatar soluções para os problemas rodoviários, ferroviários e os marítimos como por exemplo a construção do Porto de Itajaí. Acima de tudo, com o transporte comercial aéreo.

Durante a Revolução de 1930 esteve exilado em Portugal, voltando para sua terra natal em 1933. Casou-se três vezes, seu primeiro casamento foi com Karla Eichoff Konder, em seguida foi esposo de Ruth Fiúza Ramos, filha de Vidal Ramos e Teresa Fiúza de Carvalho, e por último casou-se 1926 com Mariechen Bulcão Viana. Vitor Konder vem a falecer aos 55 anos em 1941 na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Foi assim que essa geração deu início a uma tradição, unidos pelo núcleo familiar e conectados nas atividades políticas dedicando suas vidas para a administração pública. Na imagem a seguir, os irmãos Konder.

Figura 6: Da esquerda para direita, Marcos, Vitor, Adolpho e Arno Konder. Imagem extraída do folhetim: **Os irmãos Konder**: Quatro ilustres varões, cujos nomes ficarão para sempre ligados à evolução política, social e economia do Brasil. Por: Carlos Vianna.



Fonte: Acervo MHSC, 2019.

2.1.5 As irmãs Konder

No núcleo fraternal Konder, as irmãs também ganham destaque, não por intermédio da política, visto que as mulheres nessa época conforme informações contidas no site do (TRE, 2019)²³, não participavam do exercício da vida pública.

O direito ao voto feminino só foi assegurado no Brasil em 1932, por conta do decreto 21.076 do Código Eleitoral Provisório, após intensa campanha nacional. O direito era restrito apenas a mulheres casadas e que necessariamente obtivessem autorizações de seus maridos para votar. As mulheres viúvas e solteiras eram autorizadas apenas se tivessem renda própria. Em 1934 todas as restrições são eliminadas no Código Eleitoral.

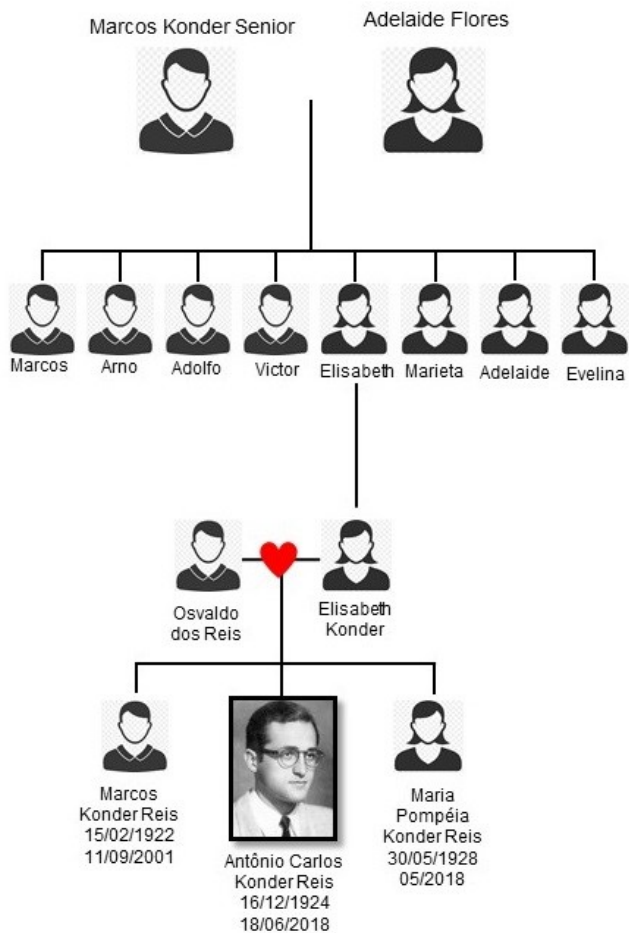
Os Konder são conhecidos por serem uma tradicional família de políticos, o sobrenome nesse contexto histórico já representava grande poder e status. A influência nas relações sociais com os industriais e autoridades, proporcionou as irmãs casórias com as mais distintas figuras da vida pública.

Os filhos dessa segunda geração, nasceram e cresceram no berço da política brasileira, mantiveram a memória familiar de seus avós e de seus tios. A tradição de certas práticas foi transmitida aos seus descendentes. Alguns optaram por trilhar caminhos diferentes e buscar novas formas de realizações pessoais, enquanto outros, continuam a perpetuar essa prática.

A terceira geração será marcada com **Antônio Carlos Konder Reis**, que vem a seguir os passos de seus antepassados na carreira política, se destacando na conjuntura catarinense.

²³ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Voto da Mulher. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher> Acesso: 19 setembro 2019.

Figura 7: Genealogia família Konder, primeira, segunda e terceira geração.



Fonte: Criado pelo autor, 2019.

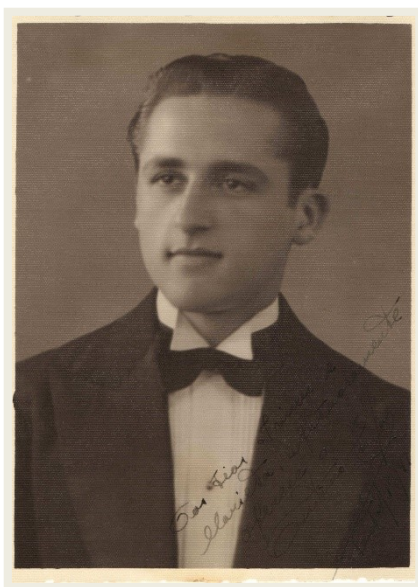
2.2 ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS

Em 16 de dezembro de 1924, às 10h na cidade de Itajaí/SC, nasce²⁴ Antônio Carlos Konder Reis, filho de Osvaldo dos Reis e de Elizabeth Konder Reis, neto por parte paterna de, José dos Reis e Anna dos Reis e do materno Marcos Konder e Adelaide Konder. Assim, inicia a trajetória de um homem que viria assumir múltiplas ocupações ao longo de sua vida, sendo: advogado, museologista, economista e político.

Com objetivo de compreender esse personagem é preciso necessariamente recorrer aos principais pontos de sua vida, na qual trará informações que justificará o devido recorte ao tema deste trabalho de conclusão de curso. Na investigação biográfica sobre ACKR, será utilizado a publicação de Meirinho (1997)²⁵, como base para o presente estudo. O historiador e professor universitário é reconhecido por sua ênfase na história política de Santa Catarina.

Na cidade de Itajaí, ACKR inicia seus estudos primários no Colégio São José. Seu pai Osvaldo, em 1935 sofre perseguição política e a família é transferida para o Estado de São Paulo/SP, onde Konder Reis finaliza seu estudo secundário em 1941 no Ginásio Santista em Santos/SP.

Figura 8 – Antônio Carlos Konder Reis - Formatura do Ginásio 1941.



Acervo Fotográfico MHSC

²⁴ Itajaí/SC. Escrivão do Juiz de Paz e Oficial dos Registros Civil, de títulos e Documentos. **Certidão de Nascimento de Antônio Carlos Konder Reis**. Fls. 95v. do livro nº 43 de registro de nascimento, sob o termo nº 424.

²⁵ MEIRINHO, Jali et. al. **Antônio Carlos Konder Reis: 50 anos de vida pública**. Itajaí: Oficina da Palavra, 1997.

Em 1943 morando na Capital do estado de São Paulo, participa dos movimentos estudantis contra o regime ditatorial de Getúlio Vargas. Muda-se em 1944 para o Rio de Janeiro/RJ, e inicia seus cursos superiores simultaneamente. Bacharelou-se em Museologia pelo Museu Histórico Nacional - MHI (1946); e no Direito pela Pontifícia Universidade Católica - PUC (1949).

2.2.1 Da Academia para a Política

Ainda jovem, em 1944 foi representante acadêmico no VII Congresso da União Nacional dos Estudantes – UNE²⁶; onde já se destacava atraindo a atenção de seus colegas pelo dom da oratória, demonstrando já ser entusiasta pelas causas públicas. Retornou em 1945, como representante da faculdade de Direito durante o VIII Congresso, como secretário da União Nacional dos Estudantes – UNE.

Com 21 anos em 1947, é eleito Deputado à Assembleia Constituinte Estadual pela União Democrática Nacional - UDN²⁷, assim sendo o mais jovem entre todos. Nesse mesmo ano, já no âmago da política, assumiu na Legislatura o cargo de suplente de Antonieta de Barros (1947-1951).

²⁶Entidade fundada em 1937, a UNE funciona como um espaço e um veículo de lutas sociais e bandeiras do movimento estudantil do Brasil. A UNE é a entidade máxima dos estudantes brasileiros e representa atualmente cerca de seis milhões de universitários de todos os 26 Estados e do Distrito Federal. UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. [Sobre]. Disponível em: <https://une.org.br/a-une/> Acesso em 12 ago. 2019.

²⁷ **União Democrática Nacional** – UDN; é fundada em 7 de abril de 1945 como uma “Associação de Partidos Estaduais e Correntes de Opinião” contra a ditadura estadonovista, caracterizou-se essencialmente pela oposição constante a Getúlio Vargas e ao getulismo. Verbetes: UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UND). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>. Acesso em 12. set. 2019.

Figura 9 – A Propósito do Segundo Aniversário da Constituição Estadual. **Anuário de Itajaí**, Itajaí/SC, 1949.

A PROPÓSITO DO SEGUNDO ANIVERSÁRIO DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

O Sr. Konder Reis, lê o seguinte discurso: «Sr. Presidente, Sr. Governador do Estado, Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, Excia. Revma. Dom Joaquim Domingues de Oliveira, nosso amado Arcebispo, DD. Autoridades, Senhores:

Mensagem de alegria é a que vos trazemos, em nome da opinião que temos a honra de representar.

Sorrisos diriam, nesta oportunidade, muito mais que palavras. Palavras limitam, balizam, restringem o que nos cabe transmitir. Palavras são sempre mais obstáculos que própria-mente auxílios, para se chegar aos sentimentos mais fortes e às mais puras emoções. E, certamente por isso, descolada será nossa linguagem, perdida em caminhos de imagens não encontradas: afogadas em oceanos de intraduzíveis vibrações, morta da falta de correspondência entre o pobre vocabulário e a rica sensibilidade.

Não há, porém, que estranhar! Por acaso, não é assim que faz, na alma humana, a verdadeira felicidade? E, porventura, não é felicidade inegalável o poder festejar-se— seja onde for e como for— a volta

da ordem legal democrática, trazida pelo vento benedito da santa liberdade?

Não é menos para dizer do que gritar? Menos que gritar do que sentir?

Sentir a felicidade tamanha até transbordar o riso suave—cristalina jóia, saída das profundezas do coração, que, dizendo tudo e muito mais, vem transfigurar no gesto mágico dos lábios, no brilho único dos olhos, no doce envolvimento ser?

Bem sabeistodos que é assim!

Embora, à primeira vista, possa parecer vã tentativa de romantizar coisas mais que concretas, à moda de ouvir acordos líricos em dobrados marciais, encontrar imagens poéticas em sécas regras de direito, ver lindas paisagens em frios esquemas de geométricos planos, bem sabeis todos que é assim! A um tempo só: natural e romântica, lírica e marcial, simples e enfeitada, suscinta e complexa, branca e multicolor, bem sabeis todas que é assim a visão do ratar da santa liberdade!

Peregrinos, portadores das esperanças e dos anseios, das reivindicações e dos desejos, da confiança e da certeza do povo, nosso irmão, nós, que viemos



Um flagrante do autor assinando a Constituição

O Sr. Antônio Carlos Konder Reis, eleito deputado estadual pelo UDN, em Janeiro de 1947, nasceu em Itajaí em 16 de Dezembro de 1915, sendo, portanto, o mais moço parlamentar de Santa Catarina e talvez do Brasil.

Figura dos mais brilhantes da nova geração catarinense, o representante itajaíense tem se salientado na Câmara Estadual pela fluência da sua oratória e pela elevação de vista com que se entrega ao trato da causa pública.

Nesta página publicamos o discurso que proferiu na Câmara Estadual em 23-7-1949, data do segundo aniversário da nova Constituição catarinense.

Arquivo: Biblioteca Pública de Santa Catarina

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira / Biblioteca Pública de Santa Catarina

Em 1950, foi eleito Deputado Estadual à 2ª Legislatura (1951-1955), cargo que não chegou a exercer, pois viria assumir em 1951 no Rio de Janeiro a direção do Instituto Nacional do Pinho (INP)²⁸ nas atribuições de diretor geral. Durante esse período, ACKR torna-se economista, através da Lei de nº 1.411, de 13 de agosto de 1951 que regulamenta a designação do profissional.

O catarinense ACKR é convidado em 1952 para o Ministério da Agricultura no Rio de Janeiro, e assume a chefia do gabinete durante o segundo mandato do governo de Getúlio Vargas, criando a Secretaria da

Figura 10 – Ecos da 1. Exposição. **Correio do Norte**, Canoinhas/SC, 1953.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira / Biblioteca Pública de Santa Catarina

²⁸ **Instituto Nacional do Pinho (INP)** foi um órgão oficial brasileiro de proteção dos interesses dos produtores, industriais e exportadores de pinho, criado pelo Decreto-lei 3.124 de 19 de março de 1941.

Agricultura e abrindo precedentes para implantação de projetos que impulsionaram positivamente a produção agrícola no estado de SC.

Na administração, remodelou a Secretaria da Fazenda ampliando e fortalecendo a economia na indústria e comércio. Além do mais, impulsionou o desenvolvimento nos transportes e rodovias do estado e na criação da Secretaria da Saúde; a Secretaria de Educação e a Assistência Social.

Em 1954 é designado ao cargo de Deputado Federal por Santa Catarina pela chapa partidária da União Democrática Nacional – UDN, ficando em exercício até o ano de 1955, onde passa integrar a Comissão de Orçamento da Câmara Federal.

Figura 11 – Nota Oficial do Diretório Municipal de Canoinhas. **Correio do Norte**, Canoinhas/SC, 1954.

União Democrática Nacional
Secção de Santa Catarina
Diretório Municipal de Canoinhas
Nota Oficial do Diretório Municipal de Canoinhas

O Diretório Municipal da União Democrática Nacional (UDN), de Canoinhas, vem com satisfação apresentar ao eleitorado esclarecido d'êste Município os seus CANDIDATOS para o próximo pleito de 3 de outubro:

Para Senadores da República
Dr. Adolfo Konder Suplentes: Dr. João Bayer Filho
Sr. Aristilano Ramos Sr. Genésio Lins

Para Deputados Federais
Dr. Afonso Wanderley Júnior Dr. Fernando Ferreira de Mello
Sr. Afonso Ghizzo Sr. Hercílio Deecke
Dr. Antonio Carlos Konder Reis Dr. Hermenegildo Corbelini
Dr. Arnaldo Bittencourt Dr. Jorge Lacerda
Sr. Artur Müller Sr. Lauro Carneiro de Loyola
Dr. Celso Ramos Branco Dr. Waldemar Rupp

Para Deputado Estadual
BENEDITO TERÉZIO DE CARVALHO JÚNIOR

Para Vereadores
Sr. Adão Tyszka Sr. Carlos Schramm
Sr. Aldo Pacheco dos Reis Sr. Elpidio Borges
Sr. Alfredo Garcindo Sr. Harry Schreiber
Sr. Alfredo Lepper Sr. Idalino Túlio
Sr. Augusto Kornaski Sr. João A. Brauhardt
Sr. Aziz José Seleme Sr. Luiz Damaso da Silveira Sob.
Sr. Basílio Humenbuck Sr. Otto Friedrich
Sr. Ricardo de Oliveira
Dr. Silvio A. Mayer
Sr. Sarkis Soares

Canoinhas, 28 de julho de 1954
João Seleme — Presidente do DM.
Silvio A. Mayer — Secretário

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira /
Biblioteca Pública de Santa Catarina

Com as novas eleições para o Governo do Estado, ACKR é convidado por Jorge Lacerda (1956-1958) a assumir ao seu lado a Secretaria da Fazenda. Jorge Lacerda não completaria seu mandato de Governador de Santa Catarina, por decorrência de um acidente aéreo vindo a falecer aos 43 anos, no trágico dia 16 de julho de 1958, juntamente com o ex-presidente e Senador Nereu Ramos e Deputado Federal Leoberto Leal.

Em outubro de 1958, ACKR se reelege como Deputado Federal passando a compor a Comissão de Educação e Cultura, ficando filiado à Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados.

Em 1962 com duas vagas disponíveis ao Senado Federal disputou como candidato pela UDN, tendo como suplente Celso Ramos Branco, sendo eleitos para o mandato de 1963, o que lhe rendeu o título de mais jovem a assumir o cargo de Senador da República. No senado exerceu as incumbências do Serviço Público Social; Legislação Social; Político Rural e da Agricultura até presidir a Comissão de Redação do Senado (1965).

2.2.2 A Primeira Tentativa para o Governo de Santa Catarina

O expressivo desenvolvimento e a experiência adquirida de ACKR na gestão pública, o faz entrar na disputa do posto de Governador do Estado de Santa Catarina em 1965 pela UDN.

Nesse cenário político de competição, os opositores concorrentes ao cargo de Governador, estavam alinhados à mesma corrente político-militar, a mesma que depôs o presidente João Goulart do PTB (1961-1964). Nos resultados da urna, Konder Reis perde a eleição para Ivo Silveira do PSD²⁹.

A UDN em 1962 começa a sofrer divisões de seu núcleo em decorrência de divergências ideológicas por seus membros, entre tantos fatores, incluía-se por partes de alguns de seus integrantes a não concordar com a candidatura de ACKR para Governador do Estado e sim com a

²⁹Partido fundado em 17 de julho de 1945 pelos interventores nomeados por Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Participou da maioria das eleições realizadas no Brasil entre 1945 e 1965. PSD contribuiu decisivamente para a eleição de Getúlio Vargas em 1950. Foi extinto em 27 de outubro de 1965, pelo Ato Institucional nº 2. Verbetes: PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD-1945-1965). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965> Acesso em 15. set. 2019.

candidatura de Nilson Bender ao cargo. ACKR viria posteriormente a ganhar essa corrida por um voto de diferença nessa disputa interna e levar o seu nome à chapa para concorrer a disputa eleitoral.

A ruptura interna dos udenistas fez com que a UDN fosse enfraquecida até sua extinção em outubro de 1965 durante o governo militar. Com o fim da UDN durante o Golpe Militar de 1964, muitos migraram para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA)³⁰, fundada em 1965 pelo então Governador Ivo Silveira com espectro político de direita.

Na ocasião, ACKR escreve uma carta ao último presidente da UDN em 4 de março de 1966, Oswaldo Bulcão Viana, esclarecendo a adesão ao novo núcleo político recém estruturado. Na publicação de Meirinho (1997) é possível ler a transcrição do seguinte trecho da carta escrita por ACKR:

“O desejo seria de não me filiar a qualquer das duas organizações. No âmbito do Senado, pude verificar seria bem recebido na Arena ou no MDB. Mas integrante da extinta UDN e o fato de todos os meus companheiros de representação estadual e partidária que exercem mandato eletivo do Senado e na Câmara e na Assembleia Legislativa já se terem manifestado pelo ingresso na Aliança Renovadora Nacional, levaram-me nela inscrever-me.”³¹

2.2.3 A Nova Constituição Federal

Em 1966, como Senador, ACKR é convidado por Filinto Müller, líder da Arena no Senado, a participar de reuniões parlamentares e a ser o relator geral do projeto para uma Nova Constituição Federal solicitada por Castelo Branco, promulgada em 1967. A Nova Constituição traria mudanças significativas alterando a denominação de Estados Unidos do

³⁰ **Aliança Renovadora Nacional (ARENA)** Partido político brasileiro criado em 1965 com a finalidade de dar sustentação política à ditadura militar instituída a partir do Golpe de Estado no Brasil em 1964. Foi dissolução ocorreu 20 de dezembro de 1979. Memórias da Ditadura – Partidos Políticos. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/partidos-politicos/> Acesso em 15. set. 2019.

³¹apud. KONDER, Victor Márcio et. al. Antônio Carlos Konder Reis: 50 anos de vida pública. Itajaí: Oficina da Palavra, 1997. p. 34.

Brasil para República Federativa do Brasil, passando o Governo Federal ter autonomia para interceder nos estados e seus respectivos municípios.

A Nova Carta exigia alterações nas emendas, o que beneficiaria os novos deputados assim que assumissem as legislaturas passariam a ter a função de constituintes. O envolvimento de ACKR como relator e examinador das emendas o fizeram conquistar o respeito dos seus companheiros arenistas e dos emedebistas.

Reeleito como Senador em 1970, passa a exercer a vice-liderança da Arena entre 1971 e 1972, período em que participa da 27ª Assembleia Geral da ONU em Nova Iorque. Com a morte do Presidente do Senado Filinto Muller em 1973, ACKR ocupa o cargo de vice-presidente.

2.2.4 No Governo do Estado de Santa Catarina

O cenário político no Brasil na década de 70 e 80 ainda passava pelo reflexo do regime militar instalado na década de 60. Lutava-se por mudanças na estrutura da sociedade e por uma abertura política mais democrática. Na cultura, a década de 70 é fortemente marcada pelo engajamento de artistas e intelectuais em oposição à censura. Durante esse período também ocorre significativas transformações nos padrões de comportamento de consumo e a massificação dos meios de comunicação como a televisão e o rádio, que atingiria diversas camadas sociais influenciando-os a novos hábitos.

Na política, em Santa Catarina segundo Kaiianne Bruhns³², entre os períodos de 1945 a 1965 havia uma alternância de poder entre o PSD, (família Ramos) e UDN (família Konder/Bornhausen) situação que não mudaria durante o período militar, nem com o bipartidarismo, que concentraria por um lado a antiga oligarquia na ARENA, e o outro no MDB como oposição.

Em 1974, ACKR com reconhecimento nacional e com fortes alianças políticas, têm seu nome indicado para concorrer novamente às eleições para Governador no Estado de Santa Catarina, se elegendo pela primeira vez, sucedendo Colombo Machado Salles. Em 15 de março é eleito Governador (1975-1979), sendo seu vice, Marcos Henrique Buechle.

³² BRUHNS, Katiiane. **Museu Histórico de Santa Catarina: discurso, patrimônio e poder (1970-1990)**. 49 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2010.

Seu lema de Governo: “*Governar é encurtar distâncias*”, que nas palavras do próprio Konder Reis concedida em uma entrevista para o Projeto Memória Política de uma Época (1947-1982) do MHSC, significa:

Governar é encurtar distâncias. É as primeiras distâncias a serem encurtadas devem ser entre o governante, e a sua equipe e o povo. Não é através de agrados, de acenos, não é através de espetáculos, de popularização forçada, através de uma postura, o governante tenta fazer tudo para ser igual ao povo, na sua discrição, na sua seriedade, na sua modéstia, na sua capacidade de renúncia, na capacidade de sofrimento. É aí que ele se aproxima do povo, é assim que ele sente as necessidades do povo, é assim que ele conhece os sentimentos do povo e pode então resolver os problemas desse mesmo povo. Antônio Carlos Konder Reis³³.

Um programa de governo que pensava em quebrar as barreiras entre o governo e povo, que zelaria pela aplicação do dinheiro público e teria uma gestão destinada à integração voltada ao crescimento econômico e social; tal como a expansão industrial de base, ampliação na malha rodoviária e das redes de energia; alargamento da atividade agrícola e agropecuária.

Na cultura, realizou diversas obras no Estado, em Florianópolis destaca-se a reforma do antigo prédio da Alfândega no centro da cidade, o qual viria ser a primeira sede do Museu Histórico de Santa Catarina – MHSC (1979). Igualmente administrou a reforma³⁴ do Palácio Cruz e Sousa vindo posteriormente em 1986, a ser o segundo edifício a sediar o espaço MHSC até os dias atuais.

³³ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Entrevista com o Ex-governador Antônio Carlos Konder Reis, em 05 de novembro de 1982. “Memória Política de uma Época (1947-1982) Fonte: Arquivo do MHSC.

³⁴ Inauguradas instalações de Museu. Jornal A Notícia, Florianópolis/SC, 31 de agosto de 1986.

Figura 12 – Antônio Carlos Konder Reis. Hasteamento do Pavilhão Nacional, Estadual e Municipal na entrega do Palácio Cruz e Sousa após sua restauração em 13/03/1979.



Acervo Fotográfico MHSC

A criação do MHSC e a gestão do Governo de ACKR ao longo da década de 70, vai ir encontro com as novas correntes críticas do saber museológico, onde se discorria que a maioria dos museus eram instituições que representavam as elites e suas histórias oficiais. Dando a mesma ênfase sobre as coleções particulares atribuídas aos museus da década de 50 e 60 como um papel de “educador”.

A Mesa Redonda de Santiago do Chile, organizada pela Unesco em parceria com o ICOM em 1972, torna-se um divisor de fronteiras desse pensamento sobre os museus, quando passam a ser pensados como instrumentos de desenvolvimento social e não mais apenas a uma museologia de coleções. É durante essa década que surgem novos conceitos de museus como: museu integral e ecomuseu, que segundo Santos (2004), surgem em decorrências de novas necessidades, ao observar que:

A partir da década de 1970, as novas práticas desenvolvidas nos museus priorizam o respeito à diversidade cultural, a integração dos museus às diversas realidades locais e a defesa do patrimônio cultural de minorias étnicas e povos carentes³⁵

Isto é, alguns museus iniciam um processo de transformação na forma de comunicar suas exposições. Os profissionais buscam a partir do diálogo com seu público, compreender suas reais necessidades.

2.3 O CURSO DE MUSEOLOGIA NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL - MHN

Conforme Scheiner (2005), é com base em documentos produzidos pelo ICOFOM entre 1979 e 1989, é que se constitui a Teoria Museológica, mesmo trazendo diferentes abordagens, já é possível identificar uma relação específica que abriria um espaço para a existência de um novo saber científico.

Em 1977, a criação do Comitê Internacional de Museologia do Conselho de Museus - ICOFOM, para promover pesquisa teórica do campo de museus, gerou um fortalecimento específico para a Museologia. Entre a teoria (museologia) e prática (museografia) nas observações de Ceravolo (2004), e dividida em dois domínios, conforme explica:

Compatibilizar teoria e prática para os colaboradores do Icofom demandou reflexões – e também tato e diplomacia – sobre o que viria a ser a estrutura interna da Museologia como disciplina, o que fez os colaboradores se voltarem para a relação entre a teoria da Museologia e a prática exercida pelos museus; uma estruturação da disciplina com disciplinas “vizinhas” e em seu próprio terreno, o que se denominou “domínios conexos”

Essa Museologia *in statu nascendi* era estudo para alguns anos, segundo Jan Jelinek, que considerou relevante essa discussão dentro do comitê pelos seguintes aspectos: a) configurar a estrutura e o campo teórico da Museologia, b) para os cursos em

³⁵ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus Brasileiros e Política Cultural. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 19 N°. 55. p. 58

universidades e c) prover uma dada organização para as estruturas dos museus³⁶.

Apesar de ser recente o fortalecimento da teoria museológica como campo científico, no Brasil, a prática é precursora segundo Ivan Coelho de Sá (2013)³⁷. Em 1922 o projeto de Gustavo Barroso, criava o primeiro Curso Técnico voltado para a Formação em Museologia, sediado no Museu Histórico Nacional – MHI, Rio de Janeiro, sendo um dos mais antigos do mundo nessa área.

Conforme informações encontradas no Conselho Regional de Museologia da 2ª Região³⁸ - COREM, a criação do Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro/RJ, ocorre em 1922, ano em que também surgem movimentos artísticos como a Semana de Arte Moderna, um movimento que colocaria o Brasil em pauta no cenário ao reconhecer a cultura nacional com um visão crítica ao expor os problemas agrários de um país prestes a passar por um processo de industrialização. A década de 20, também é marcada por inovações na área da comunicação, como os fenômenos dos rádios e os primeiros movimentos militares contra a oligarquia rurais do país.

Entre estas inovações, a implantação do primeiro museu exclusivamente dedicado à história nacional, período no qual Siqueira (2009), destaca:

Em 1922, ano em que se comemorava o Centenário da Independência e em plena efervescência de movimentos ufanistas que valorizavam as tradições nacionais, foi criado conforme projeto do político, escritor e jornalista, Gustavo Barroso, o Museu Histórico Nacional – MHN, por meio do Decreto-

³⁶ Cerávolo, S. (2004). Delineamentos para uma teoria da Museologia. *Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material*, 12(1), 237-268. <https://doi.org/10.1590/S0101-47142004000100019>. Acesso em 08 nov de 2019.

³⁷ SÁ, Ivan Coelho de; SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de museus - MHN, 1932-1978**: alunos, graduandos e atuação profissional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007.

³⁸ CONSELHO REGIONAL DE MUSEOLOGIA 2ª REGIÃO. Órgão de registro profissional e de fiscalização do exercício da profissão de museólogo, com abrangência nos estados de Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. O Conselho Federal – COFEM e os Conselhos Regionais – COREM de Museologia foram criados pela Lei nº 7.287 de 18/12/84 e regulamentados pelo Decreto nº 91.775 de 15/10/85. Disponível em: <https://corem2r.org/finalidade-e-competencias/> Acesso em 21. set. 2019.

Lei nº 15.596, de 02/08/1922, do presidente Epitácio Pessoa. Inaugurado a 1º de outubro do mesmo ano, o MHN estava em perfeita consonância com o sentimento neocolonial do período, cujo apogeu correspondeu exatamente à década de 20, marcada pelo choque entre os valores europeus e nacionais.³⁹

O curso de formação de “Técnicos em Museus” só foi instituído em 1932, dez anos após seu projeto inicial. Sua gestão estava diretamente vinculada ao MHN, e nesse momento Gustavo Barroso estava afastado da direção do museu, ficando a cargo do historiador Rodolfo Garcia a inauguração do primeiro Curso de Museus das Américas pelo Decreto nº 21.129, de 07/03/1932⁴⁰. O curso habilitaria profissionais a exercer atividades técnicas especializadas, protagonizando um importante marco para a museologia brasileira. Gustavo Barroso voltaria sete meses após a inauguração do curso, assumido a direção do MHN e como Diretor do Curso de Museus, projeto ao qual idealizou. Barroso ministrou à disciplina Técnica de Museus.

O curso tinha duração de dois anos, nesse momento, as disciplinas eram com ênfase aos estudos das coleções do museu, na grade curricular do curso era lecionado: História da Arte, Epigrafia, Paleografia, Arqueologia, História Literária, Cronologia, Sigilografia, Diplomática, Iconografia, Cartografia, Bibliografia e Numismática. Uma grade estruturada tendo com base o currículo da *École Nationale des Chartes*⁴¹, referência em patrimônio e coleções nesse período. História Política e Administrativa do Brasil, foi incluída por Gustavo Barroso.

Em 1944, Siqueira (2009)⁴² relata que o curso passa por sua primeira Grande Reforma Curricular, elaborada por Gustavo Barroso, resultando na ampliação do tempo do curso de dois para três anos, e

³⁹ SIQUEIRA, Graciele Karine. Curso de Museus – MHN, 1932-1978: The Academic Profile Professional. 2009. Dissertation (Master’s) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2009. P. 13. Supervisor: Ivan Coelho de Sá.

⁴⁰Decreto nº 21.129, de 07 março de 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21129-7-marco-1932-502948-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 22. set. 2019.

⁴¹ A *École Nationale des Chartes*. Escola francesa e uma faculdade constituinte da PSL Research University especializada em ciências históricas. Fundada em 1821

⁴² Ibid.; p.29.

também significativas modificações no conteúdo existente, e com inserção de novas disciplinas. A reforma era prevista pelo Decreto nº 6.689, de 13 de julho de 1944⁴³ e foi aprovada pelo Decreto 16.078, de 13 de julho de 1944⁴⁴. O novo currículo manteria algumas das disciplinas da grade anterior no primeiro e no segundo ano e incluiria novas disciplinas ligadas a realidade brasileira. O terceiro ano do curso, passa a preparar profissionais direcionados a Museus Históricos e Museus Artísticos ou de Belas Artes.

1º ano - História do Brasil Colonial; História da Arte (geral); Numismática (geral); Etnografia; e Técnica de Museus (parte básica);

2º ano – História do Brasil Independente; História da Arte Brasileira; Numismática Brasileira; Artes Menores e Técnica de Museus (parte básica).

3º ano

Museus Históricos – História Militar e Naval do Brasil; Arqueologia Brasileira; Sigilografia e Filatelia; e Técnica de Museus (Heráldica, Condecorações e Bandeiras, Armaria, Arte Naval e Viaturas)

Museus Artísticos ou de Belas Artes – Arquitetura; Pintura e Gravura; Escultura; Arqueologia Brasileira; Arte Indígena e Arte Popular; e Técnica de Museus (Arquitetura, Indumentária, Mobiliário, Cerâmica e Cristais, Ourivesaria e Arte Religiosa).⁴⁵

A nova reforma na estrutura, contribuiria também para que ex-alunos pudessem ingressar no Curso no quadro de docentes, Siqueira (2009), ainda destaca que:

⁴³ Decreto nº 6.689 de 13 de julho de 1944. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-16078-13-julho-1944-461459-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁴⁴ Decreto nº 16.078 de 13 julho de 1944. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-16078-13-julho-1944-461459-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em 22. set. 2019

⁴⁵ Ibid.; p.31. Grifo da autora

No entanto, as matérias ligadas às áreas de História e Técnicas de Museus – principais na estrutura do curso –, eram ministradas pelo seu Diretor, cuja influência fica evidente sobre o ensino e a formação. Essa afirmativa pode ser confirmada pela Portaria Nº 6, de 04/08/1944, que designa o Dr. Gustavo Barroso, conservador Classe L e Diretor Padrão N, do quadro permanente do MES, para exercer a função de professor de **História do Brasil Colonial; História do Brasil Independente; História Militar e Naval do Brasil; Técnica de Museus** (parte geral); **Técnica de Museus** (parte básica) e **Técnica de Museus** (parte aplicada). Cabia também a ele e à Coordenação do Curso, a decisão sobre nomeação de professores, planos e conteúdos programáticos das demais disciplinas.⁴⁶

É notável o pioneirismo de Gustavo Barroso para a formação e solidificação do primeiro Curso de Museus no Brasil, o estilo “barrosiano” de lecionar e difundir normativas técnicas aplicadas em museus atrelado a suas aulas e as inúmeras compilações de suas ideias por meio de artigos e publicações. A exemplo, “*Introdução à Técnicas de Museus*” de 1946, com conteúdo metodológicos, dividido em dois volumes, o primeiro voltado ao tratamento técnico de acervos e o segundo às coleções.

Barroso influenciou uma legião de professores e alunos a utilizarem suas obras como um manual da museologia por um longo período, Siqueira (2009) atenta sobre o pensamento barrosiano.

Outro marco significativo da influência do pensamento barrosiano e dos primeiros professores do Curso foram os *Anais do MHN*, periódico cujo primeiro número data de 1940 e que possui inúmeros artigos, não apenas de Barroso, mas também dos demais professores e de seus alunos. Isto denota o efetivo controle do que se ensinava e transmitia aos alunos do Curso, bem como as linhas

⁴⁶ Ibid.; p.29. Grifo da autora

de pensamento a serem seguidas e trabalhadas naquela instituição.⁴⁷

Mesmo que a Museologia no Brasil tenha nascido em um período conservacionista e elitista, voltado à cultura material da elite social do Brasil com interesses de afirmar sua visão de mundo como informa Monique (1996), Barroso protagoniza com a difusão de um novo modelo de História voltado a exaltação e celebração dos grandes homens na construção de um “Brasil Moderno” ancorado a tradições.

Destaca-se que Barroso criou um importante curso técnico voltado para a formação de profissionais para atuarem nos museus com especialização em tipologias de acervos.

É interessante por exemplo comparar atualmente o Curso de Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com o Curso de Técnico de Museus do MHI, fazendo um contraponto. O curso de Barroso que estava voltado a técnicas e as coleções, hoje deu lugar para cursos que estão voltados a reflexão teórica e aos processos museológicos (prática) de museus, e compreendê-lo como um fenômeno que atua sobre o patrimônio cultural com apoio nas áreas da Antropologia e História.

2.3.1 O Museologista Antônio Carlos Konder Reis

No “Jornal do Brasil”⁴⁸ (RJ), a cerimônia para a formação dos novos técnicos da turma de “Museologistas”, ocorreria às 16 horas do dia 14 de dezembro de 1946. Era a primeira turma a ser formada após a reforma do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional – MHN.

A turma teve como paraninfo a conservadora e Prof. Jenny Dreyfus, o aluno ACKR como orador da turma, e os professores homenageados foram Gustavo Barroso e Edgar de Araújo Romero.

ACKR, faz parte da primeira turma após a reformulação do curso em 1944, onde passa de dois anos para três anos. Segundo Zen (2013), durante esse período o curso e os alunos são fortemente influenciados por Gustavo Barroso.

⁴⁷ Ibid.; p.27

⁴⁸ Museologista de 1946. Será Amanhã a Cerimônia de formatura dos Novos Técnicos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro/RJ, 13 de dezembro de 1946. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira / Biblioteca Pública de Santa Catarina

Entretanto, as principais disciplinas da estrutura do curso, as ligadas às áreas de Técnica de Museus e História, eram ministradas por Barroso, isso demonstra a sua grande influência no ensino e na formação dos alunos do Curso de Museus. Cabe ainda destacar entre as disciplinas que Barroso lecionava a matéria de História Militar do Brasil, sobre a qual ele já havia escrito um livro em 1935 com o mesmo nome⁴⁹.

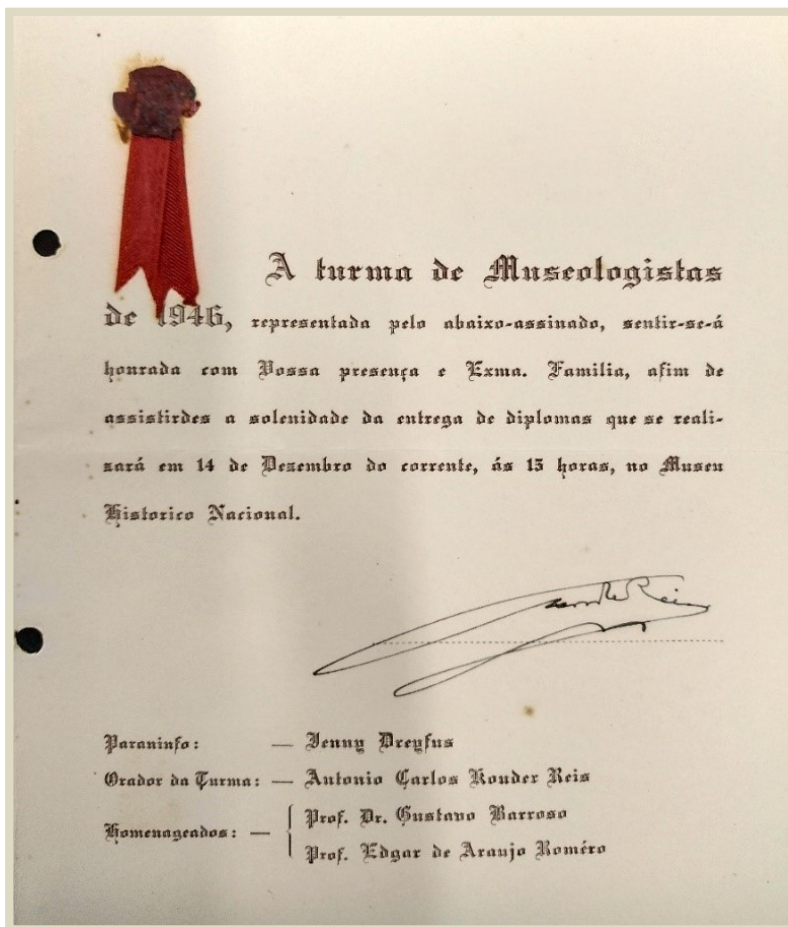
De acordo com Siqueira (2009)⁵⁰ para ingressar no Curso de Museus, havia alguns requisitos como provas dissertativas relativas a História Geral, História do Brasil e Geografia do Brasil, e a tradução em duas línguas estrangeiras. Para a matrícula eram exigidos documentos como atestado de idoneidade moral com firma reconhecida por conta dos acervos valiosos da instituição, Carteira de Identidade, Certificado de Reservista e quatro fotografias 3x4.

Observar o perfil institucional do Curso de Museus do MHN, das particularidades de seu idealizador e das disciplinas ministradas, pode trazer elementos que possam apontar para indícios na construção do perfil profissional do formado nesse curso, tal qual, poderá indicar evidências para uma reflexão sobre as observações nas “coleções” de ACKR e a seus propósitos ao serem salvaguardadas no MHSC.

⁴⁹ ZEN, Daniel Dalla. O Curso de Museus e a Museologia no Brasil. Revista Eletrônica Ventilando Acervos., v.3, n.1, p.87

⁵⁰ SIQUEIRA, Graciele Karine. Curso de Museus – MHN: 1932-1978: o perfil acadêmico profissional. 2009. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2009.

Figura 13 – A Turma de “Museologistas” de 1946



Fonte: Acervo da família Konder.

ACKR matriculou-se⁵¹ no 1º ano do Curso de Museus em 30 de março de 1944. Conforme análise da (figura 14), nesse primeiro ano obteve a média final de 83,6. Dividido em 3 semestres, ACKR se destaca

⁵¹ Livro de Assentamentos dos alunos do 1º ano do Curso de Museus do Livro MHN (1940-1950), 3, p. 139v

principalmente em disciplinas como História do Brasil Colonial, Numismática e Arqueologia. Suas avaliações mais baixas concentram nas disciplinas de História da Arte e Técnicas de Museus.

A matrícula⁵² do 2º ano para dar continuidade ao curso ocorre em, 07 de março de 1945. Em 2 semestres é possível observar uma queda no índice de aproveitamento, resultando em média final de 71,15. Em disciplinas como Técnicas de Museus e História da Arte no Brasil, Konder Reis fica abaixo da média.

Na figura a seguir interessante observar entre as metodologias de avaliações, ACKR se destaca principalmente no exame oral, em que alguns casos contribuem de forma significativa para melhoramento de sua média final.

Figura 14 – Resultados e Exames

PROVAS E EXAMES								
1.º ANO								
MATERIAS	1.ª	2.ª	3.ª	MEDIA	P. ESC.	P. ORAL	P. PRAT.	MEDIA FINAL
Hist. do Brasil Colonial	85	90	85		90	100		90
Historia da Arte	50	35	85		90	95		71
Tecnica de Museus	75	80	90		55	95		79
Numismatica - Parte Geral	70	85	80		100	100		87
Arqueologia	85	85	95		95	95		91
								<i>Média final: 83,6</i>
2.º ANO								
MATERIAS	1.ª	2.ª	3.ª	MEDIA	P. ESC.	P. ORAL	P. PRAT.	MEDIA FINAL
Hist. do Brasil Independente.	90	75			85	90		85
Tecnica de Museus	65	75			80	85		57,5
Numismatica especial	90	75			80	90		83,5
<i>História do Brasil</i>	75	55	0	70	65	90		57
<i>Artes Menores</i>	50	85		70	85	70		72,5
								<i>Média final: 71,15</i>
VISTO:				MEDIA GERAL FINAL:				
				Em ___/___/___				
Diretor				Secretario				

Fonte: Acervo do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil – NUMMUS, Coleção Escola de Museologia

⁵² Livro de Assentamentos dos alunos do 2º ano do Curso de Museus do MHN (1940-1950), Livro 2, p. 86v

Figura 15 – Primeira folha da Ficha de Matrícula no Curso de Museologia de Antônio Carlos Konder Reis (1944-1946)

CURSO DE MUSEOLOGIA
(Decreto n.º 21.129, de 7 de Março de 1932)

Sr. Diretor do Museu Histórico Nacional,

Antônio Carlos Konder Reis nascido em Itajaí
(CIVIL POR EXTERNO) (LOCAL)

Estado de Santa Catarina a 16 de Dezembro de 1924
(DATA DO NASCIMENTO)

Filho de Osvaldo dos Reis e de Elizabeth Konder Reis
(PAI) (MÃE)

Salteiro Estudante domiciliado à
(ESTADO CIVIL) (PROFISSÃO) 264905

Avilão Bacelar n.º 30 (URCA), tel. 26-3544
(RUA, QUARTO E BAIRRO)

venho requerer de V. Exa. a sua matrícula no Curso de Museologia, para o que junta os documentos abaixo relacionados.

Rio de Janeiro, 30 de Janeiro de 1944
Antônio Carlos Konder Reis.

1944
C.A.S. DA MATRÍCULA

DOCUMENTOS:


1. Certificado de 5ª série (quinto sentença).
2. Certificado de idoneidade moral.
3. Carteira de identidade n.º 141653.
4. _____
5. _____

Recebi os documentos acima.

Em 27 de Abril de 1944

Antônio Carlos Konder Reis
Assinatura

SECRETARIA DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL



Recebi -
Carteira de identi-
dade em 30/3/44
A.H.R.

Fonte: Acervo do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil – NUMMUS, Coleção Escola de Museologia

Figura 16 – Turma Formada no Curso de Museus em 1946.



Fonte: Acervo do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil – NUMMUS, Coleção Escola de Museologia

Com base na pesquisa Sá (2007)⁵³, dos 34 alunos matriculados no curso em 1944, apenas 10 chegaram a ser diplomados na turma de 1946. No quadro a seguir, consta a identificação de cada pessoa retratada na “Figura 16”.

⁵³ SÁ, Ivan Coelho de; SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de museus - MHN, 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007, p. 82,83.84.

Quadro 1 – Identificação dos Formandos - Curso de Museus – MHN, 1946

SENTADOS DA ESQUERDA PARA DIREITA	
01	Anna Barrafatto: Prof. ^a - História da Arte e Escultura
02	Diógenes Vianna Guerra: Prof. – Etnografia, Arqueologia, Arte Indígena e Arte Popular)
03	D. Nair de Moraes Carvalho
04	Edgar de Araújo Romero: Prof. - Numismática
05	Dr. Gustavo Dodt Barroso: Prof. – História do Brasil, História Militar e Naval do Brasil e de Técnica de Museus.
06	Alfredo Solano de Barros: Funcionário do MHN, formado pela primeira turma do Curso de Museus, especialista em Numismática.
07	Jenny Dreyfus. Prof. ^a – Sigilografia e Filatelia, Artes Menores
08	José Francisco Félix de Mariz. Prof. História da Arte Brasileira
DE PÉ - DA ESQUERDA PARA DIREITA	
09	Silvia Oberlaender
10	Maria Helena da Silva Novaes - <i>formanda</i>
11	Maria Verônica de Campos Chermont - <i>formanda</i>
12	Antônio Carlos Konder Reis - <i>formando</i>
13	Clóvis Bornay - <i>formando</i>
14	João Ângelo Labanca - <i>formando</i>
15	Cacilda Pereira Fernandes - <i>formanda</i>
16	Maria Emery Jacobina da Fonseca Vasconcelos - <i>formanda</i>
17	Maria Thereza Soares Etchebarne - <i>formanda</i>
18	Léa da Morra Fernandes - <i>formanda</i>
	OBS. Não está na foto a formanda Yolanda Americano Cavalcanti

Fonte: Quadro criado pelo autor, com base na obra de (SÁ, 2007), 2019.

Figura 17 – Antônio Carlos Konder Reis, Carteira do 1º (1944) e 3º (1946) Ano do Curso de Museus.



Fonte: Acervo da família Konder.

Atualmente as Habilitações Profissionais para Museólogos são emitidas pelo Conselho Federal de Museologia- COFEM, por meio dos Conselhos Regionais de Museologia – COREM’s⁵⁴. Mediante o Diploma de Graduação (Bacharelado e/ou Licenciatura), Mestrado ou Doutorado em Museologia, registrado no Ministério da Educação ou em Universidade credenciada para registro⁵⁵. Quem conclui o curso e recebe o diploma, é Bacharel em Museologia. O que possui o registro no Conselho é museólogo. ACKR era formado pelo Curso de Museu, que começou com um curso “Técnico”.

⁵⁴ Corem 1º Região: AL, AM, AP, BA, CE, MA, PA, PB, PE, PI, RN, RR, SE; Corem 2º Região: RJ, MG, ES; Corem 3º Região: RS; Corem 4º Região: AC, DF, GO, MT, MS, SP, RO, TO; Corem 5º Região: PR, SC.

⁵⁵ COFEM – Conselho Federal de Museologia. Registro. Disponível em: <http://cofem.org.br/registro-e-cadastro/>. Acesso em 03 de nov de 2019.

3. A IDEALIZAÇÃO DE UM MUSEU HISTÓRICO

Esse capítulo, pretende contextualizar os fatos e os interesses que levam à criação do MHSC e a tipologia de museu ao qual foi pensado, o que também corresponde a um dos objetivos específicos desta pesquisa, que é, compreender o porquê da forte representatividade da figura do Sr. ACKR e no grande volume de objetos ligados ao ex-governador inventariados no acervo do museu.

Conhecer a trajetória institucional do MHSC, é podem chegar ao objetivo central da pesquisa revelando aspectos sobre o ex-governador a sua intencionalidade de criar e perpetuar seu legado por meio de seus pertences.

Segundo Bruhns (2010)⁵⁶, foi durante a década de 40 e 50, que Santa Catarina de fato inicia os primeiros processos políticos de institucionalização da Cultura no Estado. Um dos primeiros marcos importantes nesse período foi a criação da Lei nº 196, de 30 de novembro de 1948, que cria na Capital do Estado, o *Museu Histórico e Artístico de Santa Catarina*, sendo essa a primeira tentativa de implantação de um museu.

Ainda de acordo com Bruhns⁵⁷, é somente em 1956 que é criada a Diretoria da Cultura, vincula a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina. A Comissão Estadual de Museus só surgiria dois anos depois.

Em 12 de fevereiro de 1959, ocorre a segunda tentativa para implantação de um Museu Histórico através da Lei nº 1.974, tendo seu Regimento aprovado pelo Decreto nº 800 desse mesmo ano. Ficaria vinculado à Secretaria de Educação e Cultura, que sancionada e cria o *Museu Histórico e Arqueológico de Santa Catarina*. O projeto de museu tinha por finalidade recolher objetos e documentos que contassem a história de Santa Catarina, e também por reunir artefatos arqueológicos relativos aos povos da antiguidade que viveram no Estado e no Brasil.

Por fim, o *Museu Histórico e Artístico de Santa Catarina* e o *Museu Histórico e Arqueológico de Santa Catarina*, nunca foram efetivamente implantados.

⁵⁶ BRUHNS, Katiannie. **Museu Histórico de Santa Catarina: discurso, patrimônio e poder (1970-1990)**. 32 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2010.

⁵⁷ Ibid, p.34

Após esse intervalo de tempo, são criados em Florianópolis alguns museus: o Museu de Arte Moderna de Florianópolis, hoje MASC (1949); Museu do Colégio Catarinense⁵⁸ (1964), Museu de Arqueologia e Etnologia UFSC – Oswaldo Rodrigues Cabral – MarquE (1970), vinculado ao Instituto de Antropologia da UFSC. E no ano seguinte, cria-se o Museu do Ribeirão da Ilha (1971).

Em 17 de janeiro de 1977, atendendo à solicitação do então Governador do Estado, ACKR, que por meio de um Decreto Estadual nº 2183, cria-se um Grupo de Trabalho – GT, para diversos estudos visando à implantação de um Museu Histórico para Santa Catarina.

Conforme registro da 1º (Primeira) Ata de Reunião⁵⁹, datado em 27 de janeiro de 1977, o GT teria seus encontros semanais no Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina – IHGSC. No Decreto nº 2183, o Art. 1º, é estipulado um prazo de 120 (dias) para o levantamento de todas as informações e todas as medidas cabíveis para efetiva implantação. No Artigo 2º e nos respectivos incisos, I, II, III e IV constitui uma equipe formada por 5 (cinco) membros, ligados a instituições distintas, formada principalmente por intelectuais acadêmicos, sendo eles:

I - Jali Meirinho – Diretor da Divisão de Ciências da Coordenação e Assuntos Culturais da Secretaria do Governo; seu presidente

II - Carlos Humberto Pederneiras Correa e Silvia Amélia Carneiro da Cunha – Representantes do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina – IHGSC;

III - Maria Ester Teixeira Cruz – Representante da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC;

IV - Sergio Schmitz – Representante da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – UDESC.⁶⁰

Durante a primeira reunião, o GT busca definir a especialidade do novo museu a ser criado. Com a palavra, Carlos Humberto Corrêa justifica aos membros que para a concepção desse “novo museu”,

⁵⁸ Atualmente, Museu Homem do Sambaqui Padre João Alfredo Rohr

⁵⁹ GRUPO DE TRABALHO PARA A IMPLANTAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Ata nº 1. 27 jan. 1977. Fonte: Arquivo do MHSC

⁶⁰ SANTA CATARINA. Decreto nº 2183, de 17 de janeiro de 1977.

diversos fatores precisam ser considerados, destaca-se o trecho em seu depoimento:

“A moderna museologia não admite mais a criação de museu ecléticos, com abrangência em várias áreas o que impede ao Museu que cumpra a sua real finalidade. Adiantou que, em sendo Florianópolis, a Capital do Estado, um centro político, a sua gestão seria pela organização de um Museu Histórico que revelasse a evolução política de Santa Catarina. Salientou que a evolução social ou econômica teria outras áreas do Estado a representar a realidade catarinense.”⁶¹

Em análise a essa declaração de Carlos Humberto Corrêa, é plausível considerar e concordar que o novo museu não poderia contemplar à “todas” as histórias catarinenses”, e que nem todas as histórias condizem com a realidade local, visto que não abarca à diversidade cultural que compõe a região catarinense.

A ideia de Carlos Humberto Corrêa, em propor um recorte pensado em uma especialidade e a região ao qual o museu será instalado, é aprovado por unanimidade pela GT, e que o “Novo Museu” a ser pensado a partir de agora, estava voltado a contar a História Política do Estado.

Nesse momento é interessante também atentar a essa década de 70, onde a Museologia está passando por inúmeras transformações, Marques (2014)⁶² lembra das recentes teorias museológicas a respeito de novas narrativas do modo de se pensar memória e museu, principalmente ao falar sobre a nova museologia. A “*Nova Museologia*” começa a se desenvolver através da crítica sobre o papel dos museus ditos “*tradicionais*” nos processos políticos e culturais. As novas bases teóricas de publicações enfatizam a museologia tendo um caráter interdisciplinar e novas tipologias de museus em oposição ao *modelo clássico*, ou seja, o *tradicional*. Em 1972 o ICOM organiza um expressivo movimento internacional para a nova museologia, sendo multidimensional e mais humana, a Mesa Redonda de Santiago do Chile, movimento que afirma a função social do museu e o caráter global das suas intervenções.

⁶¹ Ibid,

⁶² MARQUES, S. 2013/2014 Espaço de Resistência e trocas culturais no meio rural brasileiro: Apontamentos sobre o Quilombo do Jaó. Revista de Arqueologia 26/27.

Com a especificidade de museu praticamente costurada por Carlos Humberto Corrêa e endossada pelo restante do grupo, o discurso vai a favor do “*tradicionalismo*” para a produção e circulação dos bens culturais da elite, sem assumir funções sociais, e sem estar em consonância com a *Nova Museologia*, que visa políticas direcionadas à construção de pertencimento com memória local.

Schemes (2017)⁶³ argumenta que a ideia encabeçada por Carlos Humberto Corrêa, por um museu voltado à história política, prevalece sendo uma forte opção, por decorrência de sua influência no setor cultural, visto que o mesmo já teria estado na direção do Museu de Arte de Santa Catarina – MASC, (antes MAMF) entre 1963-1969, e por sempre estar atrelado a ocupação de cargos públicos e comprometido com a elite pública. Considerando esse importante apontamento de Schemes, vale lembrar como já foi dito anteriormente que o historiador Jali Meirinho, presidente do GT nesta época, já era um historiador conhecido por publicações editoriais voltadas às questões políticas de Santa Catarina.

Retomando o primeiro encontro do GT, foi discutido para que fossem tomadas providências na revogação de todas as Leis Estaduais criadas em administração passadas, para que futuramente não houvessem problemas na duplicidade de “*Museus Históricos*”. Outra deliberação já decidida, foi a sugestão de Silvia Amélia Carneiro da Cunha do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina - IHGSC, que já começa a idealizar possíveis acervos a serem incorporados a esse novo museu. Como os objetos que tivessem pertencido a ex-governadores e que pudessem vir a incorporar à “coleção”.

O GT, atribui a Jali Meirinho, Secretário do Governo, que solicitasse ao Prefeito Municipal algumas peças que estivessem em poder do município para que fossem transferidas para o novo museu a ser criado. Inicialmente já tinham interesse nos objetos que pertenciam ao ex-governador Gustavo Richard, objetos doados por seus familiares. Outra sugestão aprovada pelo GT, seria solicitar aos demais museus do Estado que fizessem um levantamento geral de seus acervos referentes a objetos que tivessem pertencido a ex-governadores, e que posteriormente pudessem vir a incorporar à coleção do museu.

⁶³ SCHEMES, Elisa Freitas, Do “Nosso Museu Histórico” para o “De Minha Terra Natal”: Comodato e devolução de acervo entre o Museu Histórico de Santa Catarina e o Museu Histórico de Itajaí (1980- 2017), Florianópolis, 2017. p.37

Durante essa pesquisa nos arquivos do museu, foi possível localizar um documento⁶⁴ datado em, 15 de fevereiro de 1977 e assinado pelo Prof. Carlos Humberto Corrêa (Quadro 02), já demonstrando um esboço de como a estrutura e organização administrativa da instituição estava sendo pensada.

Quadro 02 – Museu Histórico de Santa Catarina. Organização

1. OBJETIVOS
2. DA DIREÇÃO
2.1 - Do Gabinete
2.2 - Da Assessoria
3. DAS DIVISÕES
3.1 – Da Divisão de Acervo
3.1.1 – Do Setor de Aquisição e de Registro de Obras
3.1.2 – Do Setor de Restauração de Obras
3.1.3 Do Setor de Restauração de Obras (Repeti)
3.2 - Da Divisão de Exposições
3.2.1 – Do Setor de Exposições Permanentes
3.2.2 - Do Setor de Exposições Temporárias
3.3 - Da Divisão de Estudos e Pesquisas
3.3.1 - Biblioteca
3.3.2 – Arquivo Documental
3.3.3 – Fototeca e Filmoteca
3.3.4 - Fitoteca
3.3.5 – Setor de Publicações
3.3.6 – Setor de Cursos e Conferências.

Fonte: Criado pelo autor, com base nos registros do MHSC, 2019.

⁶⁴ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Organização. Florianópolis, 15 de fevereiro de 1977. Fonte: Arquivo do MHSC

Finalmente em 20 de maio de 1977, O GT, representado pelo presidente do Grupo, Jali Meirinho, encaminha um Ofício⁶⁵ ao Sr. ACKR contendo o Relatório Final sobre a Implantação do Museu Histórico de Santa Catarina na Alfândega.

3.1 O RELATÓRIO FINAL DO GRUPO VISANDO À IMPLANTAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA

O Relatório Final do GT⁶⁶, criado pelo Decreto nº 2.183 de 17 de janeiro de 1977, atendendo o ofício do Deputado Albino Zeni, então secretário do ACKR, é finalmente concluído e apresentado no dia 20 de maio desse mesmo ano.

No texto inicial, o GT faz algumas considerações gerais ao apresentar as funções básicas do “novo museu” a ser criado, para apresentar suas justificativas utiliza dos novos preceitos da museologia ao sinalizar a função social dos museus com base nas discussões promovidas durante a Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972 e a definição⁶⁷ de museu proposta pelo ICOM em 1974.

A seguir, o trecho extraído do relatório evidencia o quanto o GT tinha conhecimento sobre as novas tendências do pensamento museológico da época.

“Genericamente, tem-se como Museu uma Instituição permanente, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa e exhibe para fins de

⁶⁵ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. **Ofício**. Florianópolis, 20 de maio de 1977. Fonte: Arquivo do MHSC

⁶⁶ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Relatório Final do Grupo de Trabalho Visando a Implantação do Museu Histórico de Santa Catarina. Florianópolis, 20 de maio de 1977. Fonte: Arquivo do MHSC.

⁶⁷ O International Council of Museums (ICOM) definiu museu, em 1974, como "um estabelecimento permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberto ao público, que coleciona, conserva, pesquisa, comunica e exhibe, para o estudo, a educação e o entretenimento, a evidência material do homem e seu meio ambiente".

estudo, educação, lazer e evidência material do homem e do seu meio”.⁶⁸

Mesmo já havendo um consenso claro, que as novas tendências estavam apontando para uma nova museologia, onde o museu devia estar a serviço da sociedade e não mais apenas dos objetos. A ideia apresentada pelo GT era ainda um museu pensado nos moldes tradicionais do Museu Histórico Nacional, de Gustavo Barroso, de modo a contemplar a tradicional história do Estado por uma abordagem de fatos sobre personagens e suas excepcionais coleções, objetivando uma intencionalidade de “educar” por meio das exposições e coleções do seu acervo de maneira tradicional, um público que vem a ser chamado pelo GT de “notadamente leigo”.

Ao falar sobre educação, é interessante refletir sobre esse contexto, Conforme aponta Suano (1986)⁶⁹, as questões educacionais, realçando o museu no cenário da pesquisa e na educação no século XIX, as grandes edificações e as poderosas coleções já não fazem mais o mesmo sentido de outrora, o culto a nobreza e aos seus pertences já não têm aceção e não condizem com as realidades e necessidades sociais.

O museu passou a desenvolver o papel de educador “informal” e se organizar nas coleções com classificações especializadas dentro de temáticas específicas. O museu assumiu estratégias educativas onde o indivíduo possa pensar e ser investigado a novos conhecimentos para além das instituições formais de ensino.

Suano (1986) esclarece que a explosão científica e os estudos das mais distintas áreas do saber, proporcionou aos museus serem os locais da guarda do “conhecimento” e dos fragmentos dessa herança, alimentando outros estudos científicos e a educação nas mais distintas esferas e especialidades, o museu não mais como depósitos de coisas antigas, e sim local promovedor do conhecimento.

Na segunda metade do século XIX o museu também passa a refletir as realidades sociais e a despertar um novo sentimento da consciência nacional. Trazendo à luz do conhecimento as categorias

⁶⁸ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Relatório Final do Grupo de Trabalho Visando a Implantação do Museu Histórico de Santa Catarina. Florianópolis, 20 de maio de 1977. Fonte: Arquivo do MHSC.

⁶⁹ SUANO, Marlene. O que é museu. São Paulo: Brasiliense, 1986

de museu e como cada qual responde a necessidades e realidades sociais distintas, destacando sobretudo a eficácia de cada tipologia

O GT consciente que implicaria necessariamente em criar um museu que fosse voltado a realidade local, foi levado a fazer reflexões principalmente sobre a amplitude do termo “histórico”, uma vez que pode levar a múltiplas narrativas, sendo preciso assumir uma área específica e uma especialidade.

“A uma análise da formação histórica de Santa Catarina verificamos as características da ocupação do território; a presença das diferentes etnias e a diversificação do desenvolvimento contrastando de região para região. Daí partimos para identificar a que campo da História mais se aproximaria de um museu com sede na cidade de Florianópolis; História Social; História Econômica ou História Política. [...] Centro político e administrativo, desde os tempos de Colônia, a Capital não teve desenvolvimento econômico, ligado, principalmente à atividade industrial, como ocorreu em outras áreas urbanas do Estado. [...] Também, não concentrou levas imigratórias, capazes de se revelar aqui um retrato fiel da sociedade catarinense. [...] **Assim, nenhum outro local, mais apropriado para se fixar como centro de memória política de Santa Catarina, do que a cidade de Florianópolis. Especialização a ser desempenhada pelo seu Museu Histórico de Santa Catarina**”.⁷⁰

Com a definição e especialidade justificada, fica claro que as condições para instalação desse museu precisavam necessariamente ocupar uma edificação de poder e valor histórico no coração da cidade, de preferência por uma arquitetura plástica onde pudesse atender às necessidades de organização e acolhimento do público. Para resolver essa demanda inicial, recorreu-se a edificações que fosse tombada pelo

⁷⁰ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Relatório Final do Grupo de Trabalho Visando a Implantação do Museu Histórico de Santa Catarina. Florianópolis, 20 de maio de 1977 p.6 e7. Fonte: Arquivo do MHSC. Grifo meu

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN⁷¹ em Florianópolis, surgindo o edifício da Antiga Alfândega no centro da cidade, como uma “solução” temporária para remediar o problema.

Esse grande projeto de museu, precisaria de maior destaque no cenário do Estado, o que requer muito mais visibilidade e impacto visual, assim, o GT em suas atribuições visava algo mais suntuoso como é definido do trecho a seguir.

“Mas o Grupo de Trabalho não julga como definitiva esta solução. Considerando a especialização do Museu de História Política e, existência de outro prédio, bem mais suntuoso, edifício marco da Capital que é o Palácio do Governo à Praça XV de novembro, permite-se a sugerir que o ato da criação do Museu, ressalte desde já, que, a qualquer tempo em que este Paço deixar de ser sede do governo, fique reservado à sede do Museu Histórico de Santa Catarina.”⁷²

O Palácio representaria o símbolo máximo dessa especialidade de museu, conhecido também como “Palácio de Despachos”, “Casa do Governo”, “Palácio Rosado” e atualmente como “Palácio Cruz e Sousa”, foi palco de momentos históricos importantes. Essa construção carrega em suas paredes e objetos parte da história política de Santa Catarina e nos apresenta registros significativos do processo histórico da cidade de Florianópolis. Como Casa do Governo, abrigou governadores e foi palco de uma rotina de decisões, jantares, festas, de uma vida pública em família.

O Relatório Final concluído foi entregue para o Governador ACKR, acompanhado de 3 (três) anexos importantes e essenciais que

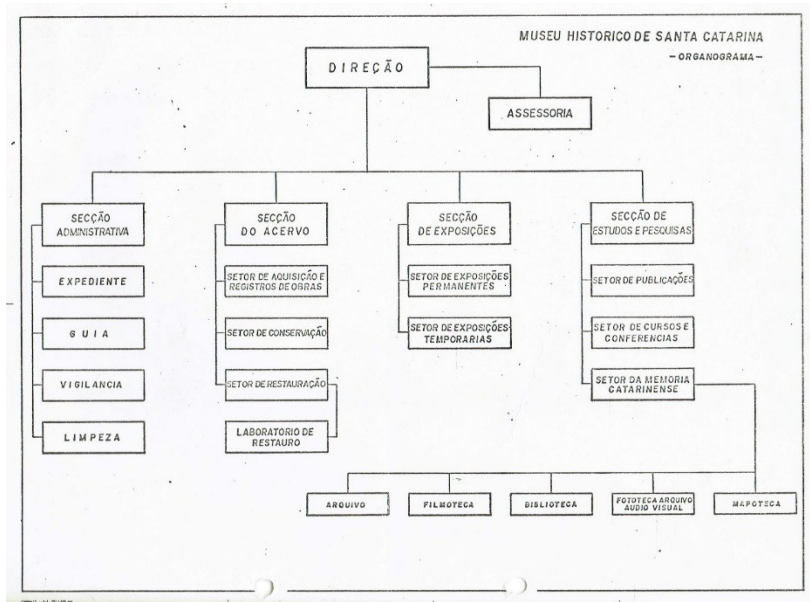
⁷¹ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN é uma autarquia federal do Governo do Brasil, criada em 1937 por Lei Nº 378, vinculada ao Ministério da Cidadania, responsável pela preservação e divulgação do patrimônio material e imaterial do país. O Iphan. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. Acesso em 03 de nov de 2019.

⁷² MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Relatório Final do Grupo de Trabalho Visando a Implantação do Museu Histórico de Santa Catarina. Florianópolis, 20 de maio de 1977 p.8. Fonte: Arquivo do MHSC.

nortearam posteriormente a equipe do museu após a sua efetiva criação, sendo estes:

- Pré-Projeto de Regimento para o Museu Histórico de Santa Catarina
- Organograma, (Figura 18)
- Fichas apresentando os primeiros acervos tombado.

Figura 18 – Organograma MHSC



Fonte: Arquivo MHSC

Em relação às fichas de tombamento, são 17 exemplares, intituladas de “Tombamento de Bens de Valor Histórico”⁷³, contendo a descrição dos primeiros acervos incorporados.

⁷³ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Plano Museológico** – Museu Histórico de Santa Catarina 2015 - 2018, 2016 p. 379 a 395.

Em uma análise recente no documento em 2019⁷⁴, observou-se algumas lacunas informacionais quanto a sua procedência e situação atual dentro da instituição. A falta do preenchimento integral em todos os campos do documento, não fica em consonância com o que dispõe Fernanda de Camargo Moro (1986) em suas disposições gerais sobre documentação.

A boa e cuidadosa documentação do acervo de um museu é um fator imprescindível para todas as atividades a que ele se propõe. Através da documentação cada objeto pertencente ao acervo é decodificado.

Documentar cada uma das peças de forma completa, de maneira que sua identificação seja perfeita, não é tarefa fácil. Para isto é preciso estabelecer um sistema de documentação apropriado para o acervo do museu alvo ou conjunto de museus, baseando-se em estruturas técnicas gerais e especializadas, bem como estabelecendo uma série de convenções. Estas convenções são essenciais em todo o desempenho do trabalho, pois permitem uma padronização básica essencial.

Denomina-se inventário o levantamento individualizado e completo dos bens relativos a uma instituição ou pessoa, abrangendo registro, identificação e classificação. Este conjunto, quando é completo em relação a uma instituição, toma o nome de inventário geral.⁷⁵

Resulta que dos 17 exemplares documentais da amostragem, configura-se que 12 exemplares não respondem a nenhuma alternativa quanto a sua **forma de entrada** no museu nas respectivas **opções** descritas no documento, quanto à: Doação, Permuta, Empréstimos, Venda e Exposição Temporária. Não tendo nenhum dos campos citados preenchidos, ou outras documentações posteriores que garantem a sua

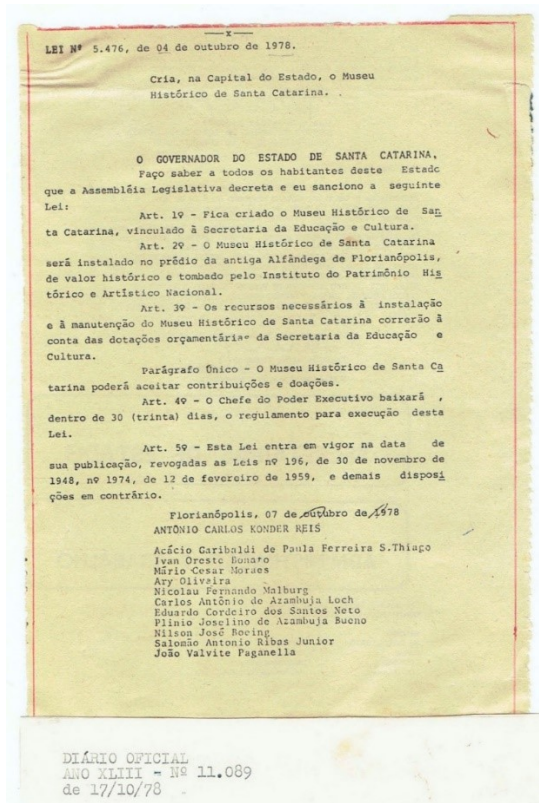
⁷⁴ Projeto de Inventário do MHSC (2018-2022)

⁷⁵ MORO, Fernanda Camargo, Fernanda. Da Documentação: Elementos Básicos para a Decodificação. In: Museu: aquisição-documentação. Rio de Janeiro, Livraria Eça, 1986, p. 41.

integridade informacional nos registros da instituição e a sua titularidade sobre as peças.

Em disposições gerais, depois de duas tentativas frustradas de criar um Museu Histórico em Florianópolis, a projeto agora parecia ter um corpo conciso e as argumentações de Carlos Humberto Corrêa estavam justificadas. O que era um projeto apresentado, agora passa a virar realidade quando o Governador ACKR, sancionada a Lei Nº 5.476, de 04 de outubro de 1978, que cria na Capital do Estado, o Museu Histórico de Santa Catarina com sede da Alfândega (Figura 19).

Figura 19 – Diário Oficial nº 11.089 de 17 de outubro de 1978.



Fonte: Arquivo MHSC

3.1.1 O MHSC e a parceria com MHN do Rio de Janeiro.

O Museu Histórico de Santa Catarina - MHSC, foi criado para sediar a história política do Estado de Santa Catarina. Tornando-se um marco para o Estado. O MHSC passa ser vinculado e mantido pela Fundação Catarinense de Cultura – FCC,⁷⁶ criada em 1979.

Antes mesmo do museu ser efetivamente criado, já havia sido nomeado ao cargo de Diretora, a Sr. Jessy Cherem, como afirma Bruhns (2010). É possível afirmar essa informação em decorrência de um Relatório⁷⁷ localizado nos arquivos da instituição, que não contém data, mas consta no seu teor, a data de, 1º de outubro de 1977, ou seja, praticamente 1 (um) ano antes da Lei que sanciona a criação do museu. Na ocasião a mesma já assinava como sendo a Diretora do Museu Histórico de Santa Catarina.

No teor do documento, Jessy Cherem informa em seu Relatório a viagem a trabalho no Rio de Janeiro. Em visita ao Museu Histórico Nacional - MHN, onde se apresenta ao diretor, Geraldo Britta Câmara (1971-1984), portando em mãos um ofício de apresentação do Secretário da Educação e Cultura de Santa Catarina. O propósito da visita seria firmar contato com a Divisão de Museologia do MHN, no museu, Cherem é recebida por Dulce Ludolf, Chefe da Divisão.

A visita intencionava adquirir suporte técnico e administrativo referentes a procedimentos que facilitassem os trabalhos juntos ao MHSC, Jessy, após receber algumas orientações no MHN, compromete-se a enviar a Dulce Ludolf posteriormente, a planta baixa da edificação da antiga Alfândega, para ter sugestões quanto a montagem das exposições nas futuras instalações do museu catarinense.

⁷⁶ Fundação Catarinense de Cultura (FCC), foi criada oficialmente em 24 de abril de 1979 pelo Decreto Estadual nº 7439. Tem como missão valorizar a cultura por meio de ações que estimulem, promovam e preservem a memória e a produção artística catarinense. Tem sob sua responsabilidade o Teatro Álvaro de Carvalho (TAC), o Teatro Pedro Ivo, o complexo cultural do Centro Integrado de Cultura (CIC) - que compreende o Teatro Ademir Rosa, o Museu de Arte de Santa Catarina (Masc), o Museu de Imagem e Som (MIS/SC), as Oficinas de Arte, a Escolinha de Artes, o Espaço Cultural Lindolf Bell e a Biblioteca de Arte & Cultura. Sobre. Disponível em: <http://www.cultura.sc.gov.br/a-fcc/sobre/historico> Acesso em 01. out. 2019.

⁷⁷ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Relatório. Fonte: Arquivo do MHSC.

Durante essa pesquisa, foram localizadas diversas passagens nos arquivos que buscam essa proximidade com o MHN. Antes mesmo da criação já era previsto para a seleção e formação do acervo inicial, um convênio com o Curso de Museologia do MHN, para envio de museólogo em orientar sobre instalações do acervo e treinamento do pessoal no MHSC. Já se tinha consciência que tais atribuições caberiam a um corpo técnico especializado com base científicas sólidas, e não poderia ficar a puras improvisações de leigos no assunto.^{78 79}

Outra passagem dessa parceria, é registrado em novembro de 1988, o MHSC já instalado no Palácio Cruz e Sousa, sedia seu espaço para o “*Curso de Planejamento e Montagem de Exposições em Museus*” curso ministrado no Brasil pelo MHN do Rio de Janeiro. O curso em nível de especialização foi uma iniciativa em parceria com a Secretaria da Cultura e Esportes e Fundação Catarinenses de Cultura - FCC, que dava continuidade às oficinas básicas em museologia organizada pelo Sistema Estadual de Museus - SEM, tinha por objetivo fomentar informações teóricas e práticas do campo museológico

O curso contou com a participação da diretora geral do MHN, museóloga Solange Sampaio Godoy que ministrou as aulas durante o período do curso até o seu encerramento em 1º de dezembro. O curso também contou com a participação de outros docentes museólogos do MHN como a professora Ruth Beatriz Caldeira de Andrada, Iára Valdetaro Madeira e o museógrafo Luiz Antônelli de Lacerda, sendo essa a primeira vez que o MHN realiza no Brasil algo com essa dimensão, como afirma o documento⁸⁰.

3.1.2 Os Preparativos Finais

Os anos que antecedem a abertura do museu, 1977/78, são de intensos trabalhos internos para organizar toda a parte administrativa e logística do novo museu da cidade. A equipe assume a direção da unidade

⁷⁸ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Coordenação de Assuntos Culturais – Divisão de ciências. Sem data. Fonte: Arquivo do MHSC.

⁷⁹ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Relatório Final do Grupo de Trabalho Visando a Implantação do Museu Histórico de Santa Catarina. Florianópolis, 20 de maio de 1977 p.9. Fonte: Arquivo do MHSC.

⁸⁰ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Museu Histórico Nacional Aperfeiçoa Técnicos Catarinenses. Florianópolis, 30 de novembro de 1988. Fonte: Arquivo do MHSC.

em 04 de junho de 1977⁸¹, a diretora, Jessy Cherem e convocada junto ao Grupo de Trabalho - GT, por Mário César Moraes, Secretário da Educação e Cultura, para juntos entregarem diretamente ao Sr. Governador ACKR o “Relatório Final”. Mário César Moraes posteriormente seria o responsável por assinar o termo de abertura do museu.

Conforme previsto pelo GT, Jessy, inicia seus trabalhos para a formação do acervo, estabelecendo contato com diretores de outros museus do Estado, prefeitos e outras entidades por meio de ofícios para fazer uma solicitação de objetos que pudessem vir compor a coleção do museu, resultando em respostas de muitos e promessas de outros⁸².

⁸¹ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Relatório das Atividades do MHSC em 29 de dezembro de 1977. Fonte: Arquivo do MHSC.

⁸² Ibid

Figura 21 – Of. Circular nº 01/77 - Modelo

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE OPERACIONAL DE ASSUNTOS CULTURAIS
SUB-UNIDADE DE CIÊNCIAS
MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA

Of. circular nº 01/77

Senhor

Nós acreditamos, que o Museu Histórico de Santa Catarina, em fase de implantação, venha receber de V. S. o apoio e a colaboração necessários ao nosso entusiasmo de trabalho.

Por esta razão solicitamos receber de V.S. um documentário Histórico do município para arervo do Museu.

Estamos encaminhando uma ficha informativa, que pedimos seja devidamente preenchida e devolvida ao Museu Histórico de Santa Catarina - Unidade Operacional de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura.

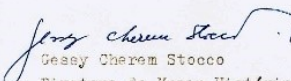
Esta ficha, destina-se ao tombamento de bens de valor histórico e poderá ser destinada a familiares de personagens ligadas à vida política do nosso Estado.

Resaltamos que, este passo inicial, destina-se, a tombamento de peças, independente de compromisso de aquisição de nossa parte; doação empréstimo ou venda por parte dos proprietários.

Contamos com a participação de V.S. pelas grandes causas da Cultura Catarinense e que a nossa atuação possa vir de encontro ao espírito do nosso governo.

Colocamo-nos à inteira disposição.

Antecipando agradecimentos, subscrevemo-nos, atenciosamente,


Geazy Cherem Stocco
Diretora do Museu Histórico de Santa Catarina

Em 1976, a Alfândega já passava por uma grande reforma para comemorar o centenário do prédio, e passaria a abrigar o museu; a reforma coordenada pelo Departamento Autônomo de Edificações – DAE, tinha por finalidade devolver ao prédio sua antiga forma. Jessy e o Secretário da Secretária da Educação e Cultura conforme registros⁸³, visitaram por inúmeras vezes a canteiro de obras a fim de acompanhar o andamento da obra.

Figura 22 – Reforma Alfândega 1977/78



Fonte: Acervo Fotográfico MHSC

⁸³ Ibid

Durantes estes dois anos de organização, Jessy esteve em contato com familiares de ex-governadores, a exemplo da Sra. Kyrana Lacerda, viúva de Jorge Lacerda (1956-1958), comunicando sobre a criação do museu e solicitando a mesma se pudesse colaborar com doações de peças e documentos referentes ao ex-Governador do Estado.

Da mesma forma, durante uma visita ao Museu Histórico *Thiago Castro* em Lages/SC em 14 de julho de 1977, obteve a oportunidade de visitar no mesmo dia a Sra. Cremilda Ramos, filha de Aristiliano Ramos⁸⁴ (1933-1935). Explicou sobre a criação e fez o pedido de colaborações para o acervo do MHSC. Jessy receberia dias depois em sua casa, a visita de Cremilda, informando que a família estava de acordo em fazer doações de peças e documentos pertencentes ao Sr. Aristiliano Ramos.

Durantes os meses que foram seguindo, Jessy fez inúmeras visitas aos museus do Estado e diversos cursos de capacitação, principalmente os relacionados à educação, sua área de formação. Em setembro desse mesmo ano foi ao Rio de Janeiro, retornando ao MHN para um estágio, sucessivamente em outubro faz estágio no Museu da República.

Após retornar, Jessy apresentou durante um encontro com autoridades, seu relatório das atividades que desenvolveu em seus estágios nos museus do Rio de Janeiro, diretamente ao Governador ACKR e à equipe da Secretaria da Educação e Cultura⁸⁵.

Em 1978, ano que antecede a inauguração do museu, o MHSC e o Museu de Arte de Santa Catarina – MASC, ambos previstos para serem instalados no edifício da Alfândega, o MHSC, ocupando o térreo, no pavilhão direito, e o MASC no pavilhão esquerdo⁸⁶ do edifício. Juntos criam uma Comissão de Instalação de Museus e no dia 12 de outubro de 1978 entregam um relatório final⁸⁷ a Secretária da Educação e Cultura.

No documento é relatada uma série de providências a serem resolvidas quanto às instalações dos espaços no prédio, desde a dificuldade de alocação dos auxiliares nas salas, até a guarda de acervos

⁸⁴ Natural de Lages/SC, foi fazendeiro, militar e jornalista. Na política ocupou o cargo de Vereador e Prefeito de sua terra natal, Deputado Estadual na Assembleia Legislativa, Interventor Federal no Estado e Deputado Federal de Santa Catarina, no século XX.

⁸⁵ Ibid

⁸⁶ CORREIO DO POVO. **Dois museus já se mudam para o prédio restaurado da Alfândega.** Florianópolis, 03 de dezembro de 1978.

⁸⁷ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Relatório Efetuado pela Comissão de Instalação de Museus de Arte e Histórico de Santa Catarina na Reunião de 12 de outubro de 1978. Fonte: Arquivo do MHSC.

e equipamentos que compartilham o mesmo ambiente de forma inadequada. A MASC por sua vez fica impossibilitado de ocupar as salas por falta de móveis, painéis e pessoal.

A parte elétrica também não estava de acordo, conforme o parecer técnico da museóloga *Fernanda de Camargo Moro*, onde apontava problemas sérios quanto ao excesso de iluminação, tanto para o prédio, quanto para o acervo. Moro, também observa diversas falhas no projeto luminotécnico, e faz diversas sugestões de como refazer os cálculos de luz.

O problema elétrico estava tão grave, que no dia 10 de outubro de 1978, foi relatado pela funcionária Regina Bopré, um curto circuito no hall superior, em um dos conectores que ligavam aos trilho-postes⁸⁸. No relatório, também foi solicitado a se providenciar urgente um sistema de prevenção contra incêndios.

3.2 NASCE UM MUSEU

Apesar do processo de criação ter iniciado em 1977, é somente do dia 02 de março de 1979, que o Governador do Estado, ACKR, inaugura finalmente o novo Museu Histórico de Santa Catarina para a população.

Um museu criado para contar a história política do Estado, e que formou seu acervo por meio de doações familiares de ex-governadores e outras entidades, assim como teria grande parte dos acervos doados pelo atual governador que entregaria a presente obra. O MHSC Iniciava agora definitivamente as suas atividades.

O museu estabeleceria a visitação pública,⁸⁹ desenvolvendo seu primeiro projeto de ação educativa, chamado “O Museu e a Criança” (de junho a novembro de 1979); sob coordenação da diretora Jessy Cherm. O projeto tinha por objetos principais fazer com que as crianças se relacionassem com os museus e utilizando-os como um instrumento da realidade infantil para contribuir com os processos evolutivos e de aprendizagem, assim como valorizar e conhecer sua região⁹⁰.

⁸⁸ Ibid

⁸⁹ Horário de Visita: nos horários: 13 às 18 horas – (Segunda a sexta-feira); 13 às 17 horas - (Sábados e Domingos).

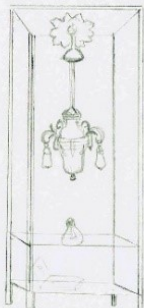
⁹⁰ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Relatório O Museu e a Criança. 1979. Fonte: Arquivo do MHSC.

O MHSC promoveu diversas atividades como: Feira do Livro, parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC; entrevistas com ex-governadores e solicitações de doações e peças para incorporar o acervo. Nesse ano montou sua primeira exposição de curta duração, “Gustavo Richard, 50 anos após sua morte”.

Figura 23 – Conjunto de imagens extraído do que se “acredita” ser o primeiro esboço de um catálogo do MHSC.

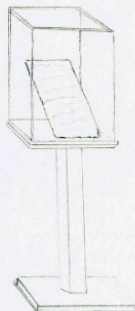


GUSTAVO RICHARD C.º GOV. DO ESTADO TOMOU POSSE EM 28-05-1934 DURANTE O SEU GOVERNO ENTRE AS OBRAS QUE DIRIGIU OFICIALMENTE FICARAM SALIENTADAS: O ABASTECIMENTO DE AGUA POTAVEL A CAPITAL DO ESTADO; INSTALACAO DE ENERGIA E LECTRICA.



1ª LAMPADA ACESA EM S.C.
GOVERNO DE GUSTAVO RICHARD.

O Aceso hoje
A CONSTITUINTE ESTADUAL PREPAROU A CONSTITUICAO DO ESTADO, QUE FOI PROMULGADA A 21 DE JUNHO DE 1931, EM NOME DO POVO, PARA ORGANIZAR UM REGIME LIVRE E DEMOCRATICO.



LIVRO OBRAS CONSTITUINTE
A CONSTITUICAO DO ESTADO DE 1931

Compreender o Projeto de criação do MHSC, no sentido de saber como, e para qual propósito o museu foi pensando, é entender as primeiras ações administrativas que o MHSC se propôs a fazer. Julgo importante para esse trabalho, deixar somente claro sobre a tipologia de acervo constituído e a finalidade para qual foi concebido.

Dessa forma, apenas apresentar os fatos com base principalmente nos registros primários do arquivo. A partir dos próximos capítulos e subcapítulos se propõe um foco nos acervos de ACKR e descobrir a sua real dimensão para chegar à conclusão desse estudo que é entender seu propósito.

3.2.1 Menina dos Olhos”

O MHSC desde que iniciou suas atividades encabeçou diversos projetos, em grande parte, aqueles voltados a ações educativas direcionados ao público escolar, a exemplo do “O Museu e a Criança (1979); “A História da Arte na Ação Comunitária” (1980); “O Museu vai à Escola” (1981); e “O Papel do Museu na Educação” (1982); projetos que sempre objetivaram apresentar o patrimônio cultural e sensibilizar o olhar da criança para reconhecer e valorizar sua região.

Em 1982, ano de Campanha Eleitoral para eleições estaduais, em Santa Catarina é eleito para Governador do Estado, o Sr. Esperidião Amin (PDS), o qual iniciou sua carreira política na ARENA, e ocupou a Prefeitura de Florianópolis por nomeação do Governador ACKR (1975-1979).

Sendo um ano de disputa eleitoral, o MHSC procurou agregar diversas atividades que pudessem acompanhar todo o processamento das eleições e objetivava a salvaguardar a história dessa época coletando materiais de campanha e fazendo entrevistas⁹¹.

Durante o período eleitoral (1982), foram coletados aproximadamente 2.000 (dois mil) exemplares documentais de campanha, segundo informação registrada no relatório anual de 1982. Durante atuais ⁹² investigações em 2019, só foram localizados em torno de 200 (duzentos) exemplares.

Nesse mesmo ano, Jessy Cherem, inicia o Projeto “Memória Política de uma Época (1947-1982). O Projeto segundo a diretora, era

⁹¹ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Relatório de 1982. Fonte: Arquivo do MHSC.

⁹² Projeto de Inventário do MHSC (2018-2022)

uma oportunidade ímpar de registrar informações da história catarinense por meio direto dos agentes que testemunharam e estiveram diretamente envolvidos nas realizações dos fatos.

Considerando que a historiografia catarinense carece de uma obra que aborda de forma íntegra a evolução-política de nosso estado, torna-se necessária a produção de um texto de conteúdo coerente e organizando e abrangendo desde a emergência das lideranças até a época atual, dando à política um estudo mais profundo com uma abrangência científica. A culminância do projeto será a edição de uma obra destinada a promover o estudante, professor e o público em geral de informações sobre um importante aspecto de nossa história⁹³.

Na época, a equipe do museu realizou entrevistas com ex-governadores e familiares, utilizando recursos audiovisuais por meio de gravações e fotografias para registrar e documentar todo o processo. O Projeto tinha por intenção paralela recolher doações referentes à história catarinense que testemunhassem atos e obras de seus respectivos mandatos para serem respectivamente expostas no museu⁹⁴.

O projeto se estenderia até 1983, a iniciativa terminou com 3 (três) entrevistas; a primeira com ex-governador Celso Ramos; a segunda ACKR (Figura 24); e a terceira com Kyrana Lacerda, viúva de Jorge Lacerda. Outros ex-governadores e familiares também foram contatados para participar do Projeto, porém a equipe não obteve respostas.

Na programação anual prevista para 1985⁹⁵, a equipe tinha a intenção de retomar o Projeto, contudo, durante essa pesquisa nenhum outro material foi localizado nos arquivos do museu que relatasse a continuidade do Projeto “Memória Política”.

⁹³ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Atividades do MHSC (1979-1983). Fonte: Arquivo do MHSC.

⁹⁴ Ibid

⁹⁵ ⁹⁵ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Relatório do MHSC, dezembro de 1984. Fonte: Arquivo do MHSC.

Figura 24 – Projeto “Memória Política de uma Época (1947-1982) Entrevista com o ex-governador Antônio Carlos Konder Reis, em sua residência 1982. Em segundo plano, Jessy Cherem e Antônio Carlos Konder Reis.



Fonte: Acervo Fotográfico MHSC

Em 05 de novembro de 1982, a equipe do MHSC é recebida pelo Sr. ACKR em sua residência na praia da Armação – Penha/SC, onde é dado início ao Projeto por meio de entrevista e uma série de perguntas ao ex-governador. Nos próximos parágrafos serão feitos apontamentos gerais relativos ao teor da entrevista, conforme a gravação do áudio, e a sua transcrição feita posteriormente pela equipe na época, e que se encontra nos registros do museu.

No primeiro bloco, lhe perguntando sobre os principais fatos marcantes de sua infância. ACKR, responde que sua infância foi como a de qualquer criança de uma cidade pequena do interior, foi criado na casa de sua avó materna Adelaide, por onde ficou até os 10 anos. Seu pai vinha de uma classe média, fez concurso do Ministério da Fazenda até chegar à

função de Guarda da Alfândega⁹⁶ em Florianópolis, mais tarde guarda da Alfândega de Itajaí/SC. Depois fez concurso público e se tornou fiscal de imposto de consumo.

ACKR afirma que sua família sempre foi muito unida, aprendeu as primeiras letras com sua mãe antes de iniciar seus estudos no colégio na cidade, para depois dar continuidade em sua formação já fora do estado. Segundo ele mesmo, “*O ambiente favoreceu o despertar da vocação para a vida pública.*”.

Outro fato que marcou muito sua infância, era as diversas discussões relativas à política que ocorriam em seu lar, seus familiares estavam sempre preocupados com os “*problemas do povo*”. Certa vez, já no 2º ano do ensino primário, sua mãe lhe pergunta se no colégio alguns de seus amigos iam descalços às aulas; ACKR responde que sim, e que ainda um de seus colegas tinha 6 dedos nos pés, ao invés de 5. A resposta se sua mãe veio seguida.

“De hoje em diante você também vai sem sapatos, quero que você sinta os problemas dos humildes, daqueles que são mais sofridos, daqueles a quem, quem sabe um dia, no futuro, você irá servir”.

Elisabeth K. Reis.

Uma resposta intencional, prevendo o futuro do seu filho na política. Assim, seria sua simples infância, com seus irmãos, com quem conviveu em clima de tranquilidade e comunhão. Sua mãe teve outro filho, uma menina que veio a falecer cedo.

A equipe do MHSC, seguidamente faz diversas perguntas de cunho político seguindo a proposta do Projeto, questionando a ACKR, como foi sua vida de estudante durante o Estado Novo, de como teria iniciado sua carreira e seu envolvimento com a União Democrática Nacional – UDN e todos os fatos que se sucederam posteriormente a sua carreira.

O teor dessa entrevista é riquíssimo em detalhes, o que vale até uma pesquisa à parte, principalmente por se tratar de um material primário e de interesse público relacionado a política brasileira. Mas para não fugir ao tema desta pesquisa, busco direcionar o foco ao envolvimento de ACKR com o MHSC.

Foi durante o governo de ACKR, que Jessy Cherem é nomeada a primeira diretora do Museu Histórico de Santa Catarina. Na oportunidade

⁹⁶ A Alfândega de Florianópolis, já possuindo uma representatividade afetiva para Antônio Carlos Konder Reis, em decorrência por seu pai ter trabalhado no local.

da entrevista, Jessy, sabendo que ele sempre foi um forte apoiador a cultura, questiona a ACKR, o porquê de o MHSC ser a “**menina dos olhos**” do Governo, conforme afirma o Prof. Mário Morais a diretora durante algumas reuniões na época da implantação do museu. A diretora ainda pergunta a ACKR, qual seria a sua inspiração para criar o museu.

ACKR explica que tudo é um grande resultado de sua experiência de vida, tanto na pública, quanto na de caráter cultural. Criar o Museu Histórico era uma necessidade do estado para o desenvolvimento cultural. E não era a primeira vez que tinha tentado, quando Deputado Estadual apresentou a Legislação 1947/51 um projeto Lei criando o Museu Histórico de Santa Catarina, mas que não deu continuidade por questões pessoais.

Em 1947/48, ACKR chegou a participar do Movimento do Grupo Sul, não como membro, mas como admirador do pioneirismo do grupo. O Grupo Sul, era movimento cultural que criou o Museu de Arte Moderna (Museu de Arte de Santa Catarina - MASC), formado por intelectuais como Odyr Fraga, Salim Miguel entre outros, chegando a lançar a *Revista Sul*, relacionada a realização de espetáculos teatrais.

Foi somente durante o seu Governo, que ACKR passa a refletir sobre a realidade cultural catarinense, passou a buscar um local ideal para sediar o Museu de Arte Moderna de Santa Catarina, que já existia, e retomar a **sua ideia de criar um Museu Histórico de Santa Catarina.**

“Toda a atividade cultural, que nós procuramos desenvolver no governo do Estado teve como objetivo dar ênfase à identidade catarinense. Essa foi a nossa preocupação. Nós não construímos nenhum grande edifício para acolher um órgão de difusão cultural. Nós preferimos fazer a restauração do prédio da Alfândega, fazer a restauração do Palácio do Governo, fazer a restauração do Mercado Público de São Francisco do Sul, fazer a restauração daqueles prédios que hoje constituem o Museu Açorianos, em São Miguel, para preservar, fortalecer e projetar a identidade catarinense”.⁹⁷

⁹⁷ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Entrevista com o Ex-governador Antônio Carlos Konder Reis, em 05 de novembro de 1982. “**Memória Política de uma Época (1947-1982)** Fonte: Arquivo do MHSC

O Governo de ACKR, atentou a um olhar cuidadoso na política cultural do estado, apoiando diversas atividades artísticas e culturais já iniciadas pela comunidade catarinense. Fomentou o Festival da Música Erudita na capital, apoio outros eventos que ocorriam no Estado como, o Festival de Inverno de Itajaí/SC; ajudou nas atividades artísticas do Teatro Carlos Gomes de Blumenau/SC. Corroborou com escolas de músicas como a de Joaçaba/SC e de Erval D'Oeste/SC e a diversos projetos de restauração como a Restauração da Casa de Anita Garibaldi em Laguna/SC, do Prédio da Alfândega e do Palácio Cruz e Sousa em Florianópolis.

“Tudo isso foi feito, como qualquer atividade cultural, com muito amor, amor ao povo catarinense, deixar as coisas de modo a que o povo possa desenvolver. Porque cultura é isso, cultura é preservação de costumes, de hábitos, de qualidade, de atributos do povo”⁹⁸.

Em perspectivas gerais, fica muito claro que as políticas de desenvolvimento cultural são um tema que percorre a trajetória pública e privada de ACKR. O interesse pela arte e as afinidades em seu mais amplo espectro, pode ter surgido já na infância e ter percorrido sua adolescência, o que levaria ao Curso de Museologia do MHN.

Mesmo não exercendo efetivamente a profissão de “museologista” em decorrência do caminho que a vida o levou para a política. ACKR conseguiu “exercer” parte da sua formação em museologia, através da administração pública, utilizando do meio para fazer algo que pudesse alcançar e beneficiar muito mais a sociedade, até mesmo os seus próprios interesses com a salvaguarda de seus pertences. Seu olhar sensível relativo à importância de preservar a memória, a história e os bens culturais de uma região está refletido em sua gestão.

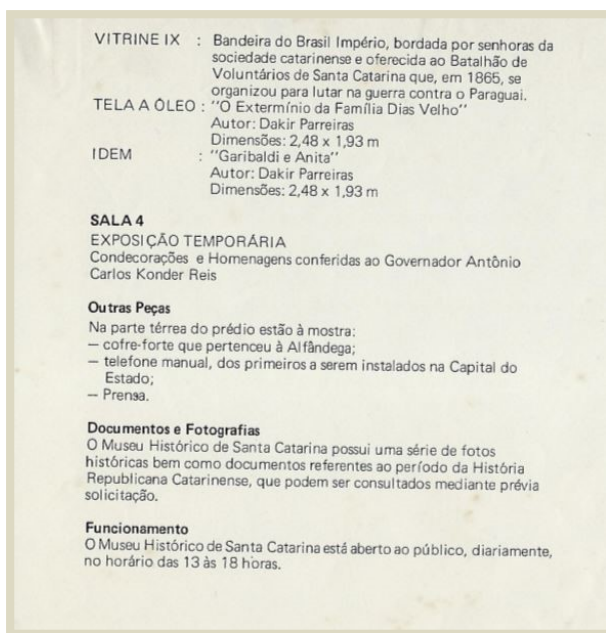
Revelando-se como o grande mentor na criação do MHSC, ACKR foi o Governador que mais se interessou a fazer doações de seus pertences para o museu em seus anos iniciais. Conforme consta em diversos relatórios de registros de atividades anuais nos arquivos do museu, foram encaminhados à administração diversos lotes em períodos distintos, de objetos que logo passariam a ser somados ao acervo do museu. Dos objetos doados em sua grande parte, trata-se de insígnias, medalhas,

⁹⁸ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Entrevista com o Ex-governador Antônio Carlos Konder Reis, em 05 de novembro de 1982. “**Memória Política de uma Época (1947-1982)**” Fonte: Arquivo do MHSC

diplomas, placas comemorativas, objetos comemorativos, documentos e fotografias. Em geral, um vasto material ligado à sua natureza pública.

Já se tinha um volume tão grande de seus objetos no museu quando sediado na Alfândega, que ACKR ganha uma *Exposição Temporária* dedicado ao enaltecimento de sua personalidade pública na sala 4 do prédio, conforme pode se ver no trecho extraído do “folder” apresentado na época.

Figura 25 – Exposição Temporária – Condecorações e Homenagens conferidas ao Governador Antônio Carlos Konder Reis.



Fonte: Arquivo MHSC

Em 2019, nas festividades dos 40 anos do MHSC, os atuais servidores do museu para celebrar o evento, convidam antigos funcionários para recontar um pouco da história e falar de suas memórias durante sua passagem pelo museu. Shirlei Regina Lopes Farias, servidora que trabalhou por 35 anos no local e que esteve presente na inauguração ainda na Alfândega, lembra que, o acervo ainda era muito modesto,

praticamente composto de medalhas, placas e condecorações ligados ao ACKR, sendo também constante a visita do ex-governador no museu.

Já instalado do Palácio Cruz e Sousa, o Professor José Alfredo Beirão Filho que fez parte da equipe entre 1987 a 1992, lembra que o acervo ainda se resumia ao acervo de ACKR, a diferença era que agora o museu incorporaria grande parte do mobiliário que já pertenciam ao Palácio Cruz e Sousa⁹⁹.

Vale lembrar que após a reforma do Palácio de Governo em 1979, o edifício de Palácio Rosado, passa a ser chamado de “Palácio Cruz e Sousa”, sendo uma iniciativa do Governador ACKR em homenagem ao poeta catarinense¹⁰⁰.

Neste capítulo se apontam os principais motivos que impulsionaram a criação do MHSC e a finalidade em que ele se propôs. Sempre que possível, tentando alinhar os fatos ao Sr. ACKR, para compreender seu envolvimento com o museu e sobretudo direcionar um olhar preliminar sobre os seus pertences salvaguardados no museu, o que possibilita uma maior abertura para próximo capítulo ao analisar o acervo.

⁹⁹ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Memória: Ex-Servidores ajudam a recontar parte da história do Museu Histórico de Santa Catarina.** Reportagem de 02 de outubro de 2019. Disponível em: <http://www.cultura.sc.gov.br/noticias/1421-noticias-museu-historico-de-sc/22145-memoria-mhsc-ex-servidores-do-museu-historico-de-santa-catarina-ajudam-a-recontar-parte-da-historia-da-instituicao>. Acesso em 08 out de 2019.:

¹⁰⁰ Correio do Povo. “Do Palácio Rosado ao Palácio Cruz e Sousa. 19 de maio de 1979

4. ACERVO KONDER REIS

No decorrer deste capítulo, será explorado os objetos de Antônio Carlos Konder Reis no MHSC, por meio de uma análise quantitativa do acervo, e verificação das listas de doações que foram encaminhadas na ocasião pelo próprio ex-governador ou por seus representantes ao museu.

Como forma de compreender a movimentação do acervo de ACKR, destacam-se os contratos de comodato, o primeiro entre Museu Histórico de Santa Catarina - MHSC e Museu Histórico de Itajaí – MHI (1980); o segundo contrato de comodato entre Museu Histórico de Santa Catarina - MHSC e Antônio Carlos Konder Reis (2002).

A pesquisa dos acervos e a investigação sobre os contratos comodatos implica diretamente para uma maior precisão no levantamento geral dos objetos que constituem os objetos pertencentes a ACKR. E por fim, o levantamento quantitativo e o diagnóstico do arrolamento.

4.1 O ACERVO

O acervo constitui-se na primeira responsabilidade de um museu, pois é através de sua aquisição, interpretação e dinamização que ele se comunica, desenvolvendo sua proposta cultural. [...] Para um museu funcionar bem, atendendo sua proposta como instituição, é necessário que a aquisição de seu acervo seja bem sistematizada, ou seja, que a mecânica de aquisição seja democrática e abrangente, mas dentro da proposta do museu.¹⁰¹

Como citado no capítulo anterior, o MHSC, configurou-se em museu voltado a discorrer sobre a história Política do Estado de Santa Catarina. A constituição da coleção do museu procedeu-se deste pressuposto, e passa a ser formada por objetos que possuíssem relações com eventos da história política catarinense. Também se inclui nessa política de aquisição de acervos, aqueles objetos de cunho particular, ou

¹⁰¹ MORO, Fernanda Camargo. Da Documentação: Elementos Básicos para a Decodificação. In: Museu: aquisição-documentação. Rio de Janeiro, Livraria Eça, 1986, p. 17.

seja, que tivessem pertencido a autoridades governamentais, mas que se conectassem simbolicamente à sua passagem no Governo no Estado.

Antes mesmo do museu abrir suas portas para o público visitante, o MHSC já contava com um pequeno acervo adquirido ainda durante sua organização administrativa, e que foram recebidos por meio doações, principalmente de ex-governadores e seus familiares. No acervo inicial, nomes como Gustavo Richard, Jorge Lacerda, Celso Ramos e ACKR se destacam por ter um maior número de elementos que os representassem.

Criado no Governo de ACKR, o MHSC contou com inúmeras doações espontâneas do então governador; por sua vez, ACKR envia diversos lotes de objetos em diferentes ocasiões para o MHSC para se tornarem acervos.

Foi durante uma pesquisa nos arquivos¹⁰², que também surgiram diversas observações quanto ao volume de itens e o teor dos objetos inventariados pela instituição. Mesmo que ainda tais objetos estivessem relacionados a proposta do museu, atentou-se que os objetos de ACKR era muito singular ao ser comparada com os demais acervos da instituição. Sua “coleção” trazia ao mesmo tempo um aspecto muito particular, pois, se tratava em sua maioria de medalhas, diplomas, insígnias e placas comemorativas recebidas ao longo de sua carreira política, objetos de homenagens que só teria sentido quando conectadas a ele próprio.

Anterior a formação do Grupo de Trabalho - GT, em janeiro de 1977, ACKR, já se antecipava quanto a sua seleção de objetos, certo de que o museu seria criado e que receberia sua “coleção”. Desta forma, em setembro de 1976, o Governador já fazia sua primeira listagem¹⁰³ de objetos contendo um volume de 139 (cento e trinta nove) itens para serem enviados ao MHSC, assim que fosse criado.

Outra característica observada durante essa pesquisa, é a forma criteriosa de organização, ordenação e classificação dos objetos que ACKR tinha ao elaborar suas listagens, sempre mantendo o controle de todas os itens enviados ao museu. Talvez uma característica adquirida ainda durante o Curso de Museus do Museu Histórico Nacional – MHN, e que revela um pouco do seu perfil de museologista. Esse comportamento peculiar disciplinado e sistemático, foi confirmado

¹⁰² Projeto de Inventário do MHSC (2018-2022)

¹⁰³ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Relação de Placas, Medalhas e Diplomas pertencentes ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado. Dr. Antônio Carlos Konder Reis, doados ao Acervo do Museu Histórico de Santa Catarina. Setembro de 1976. Fonte: Arquivo do MHSC

durante a pesquisa em campo no mês de setembro de 2019, por ocasião da visita em sua residência na Praia da Armação, em Penha/SC.

Observou-se que o ex-governador tinha por hábito, classificar e identificar todos os seus pertences em conjuntos. Na casa, ainda é possível encontrar inúmeras estantes de livros em todos os ambientes sociais, fotografias e pinturas artísticas ocupando todas as paredes do imóvel. Também mantinha o hábito de arquivar todos os tipos de documentos obtidos em sua carreira política que foi acumulando no decurso de sua vivência criando um considerável e volumoso arquivo de si mesmo (Figura 26 e 27).

Figura 26 – Estantes de livros de Antônio Carlos Konder Reis em sua residência.



Fonte: Foto do autor, 2019

Figura 27 – Detalhe: Parte dos arquivos documentais de Antônio Carlos Konder Reis.



Fonte: Foto do autor, 2019

4.2 AS LISTAGENS DE ACERVO ACKR

Durante o levantamento documental, foram localizadas 9 (nove) listas referentes a objetos que foram encaminhados por ACKR ao Museu Histórico de Santa Catarina – MHSC, ao longo dos anos. Acredita-se que esse número possa ser bem maior, em decorrência de determinados objetos que estão atualmente salvaguardados na instituição, e não estão catalogados em nenhuma destas listas.

O MHSC, chega aos seus 41 anos de existência em 2019 ainda com diversas problemáticas quanto a sua documentação museológica. Durante quatro décadas, os acervos passaram por inúmeras tentativas de inventário. A maior parte dos objetos já receberam diferentes identificações de número tomo, em alguns casos chegam a possuir 7 (sete) identificações distintas.

A descrição dos acervos é outro fator que dificulta a identificação e recuperação da informação, as fichas mais antigas a exemplo, trazem descrições muito simples e pouco específicas para que possa auxiliar na identificação dos objetos.

A forma de marcação nos objetos sempre fora feita por etiquetas adesivas ou a lápis (Figura 28) que foram fixadas ou marcadas ao acervo, as etiquetas vêm a descolar de muitos com o tempo, causando um acúmulo de etiquetas guardadas separadamente, para que no futuro possam se “encontrar” referências que consigam identificar e conectar as quais respectivas peças pertencem.

A ausência de um sistema informatizado para o controle do acervo é outra barreira que implica na dificuldade de identificar o acervo, tudo ainda precisa ser feito de forma manual nos arquivos para se consultar informações a respeito de cada item. O diagnóstico do acervo que é parte do Projeto de Inventário que foi iniciado em 2018 e que atualmente está em andamento, está sendo desenvolvido justamente para suprir essa lacuna buscando soluções que visam melhorar os trabalhos desenvolvidos na instituição. Parte da metodologia do diagnóstico é fazer o cruzamento de todas essas informações encontradas, tanto nos registros históricos, quanto nos próprios objetos.

No decorrer do diagnóstico, também foi constatada ausência de documentos, como algumas *fichas de inventário* e *termos de doações*, possibilitando margens para que algumas listas de ACKR possam estar desaparecidas.

Figura 28 – Exemplo das diferentes marcações dos acervos no MHSC.



Fonte: Foto do autor

Em geral, as listagens de doações encaminhadas pelo Sr. ACKR ao MHSC, traziam campos informacionais básicos, como categoria e descrição individual. Cada lista informava o número total, sendo sempre rubricada e datada no final do documento pelo próprio ACKR. É possível identificar que algumas listas de doações foram despachadas do seu Gabinete de Governador, já que estavam registradas por número de Nota/Ofício, e feita em papel timbrado do Governo do Estado de Santa Catarina.

ACKR encaminhava seus objetos para o Prof. Mário César Moraes, Secretário da Educação e Cultura para que o mesmo tomasse as devidas providências de enviar todo o material que ele tinha selecionado, para fazer parte do acervo do MHSC. ACKR, também era organizado e controlador, na nota nº 316/AA¹⁰⁴, é possível identificar essa característica.

Por oportuno, encareço a V. Exa¹⁰⁵. Que me encaminhe relação de todos os documentos, placas, medalhas, etc. que já doe ao Museu Histórico, para meu conhecimento e controle. Antônio Carlos Konder Reis¹⁰⁶.

Consta ocasiões em que o próprio Sr. ACKR não produzia sua listagem, terminando por atribuir essa atividade ao Sr. Décio José do Lago, Chefe da Casa Militar, que cumprindo orientação do então Governador, encaminhava o ofício¹⁰⁷ e os objetos para Prof. Mário César Moraes, desde modo dando continuidade para que o material fosse encaminhado ao MHSC. O Sr. ACKR ao doar os objetos, terminava por se “reservar” com alguns direitos de uso sobre o material doado, como se observa na Nota nº 394/AA, quando explica que:

Ao fazer tal doação esclareço a V. Exa. que me reservo o direito de, se necessário retirar, temporariamente, da coleção do Museu, quaisquer

¹⁰⁴ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Nota nº 316/AA. Lista de objetos encaminhados e doados ao MHSC a pedido do Sr. Antônio Carlos Konder Reis. Fevereiro de 1979. Fonte: Arquivo do MHSC

¹⁰⁵ Aqui ele se refere a administração do MHSC

¹⁰⁶ Ibid.

¹⁰⁷ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. OF CER Nº 159/79. Lista de objetos encaminhados e doados ao MHSC a pedido do Sr. Antônio Carlos Konder Reis. Fevereiro de 1979. Fonte: Arquivo do MHSC.

das peças aqui mencionadas. Antônio Carlos Konder Reis¹⁰⁸

Considerando a data das listagens, a primeiro lote de envio de objetos ocorre em setembro de 1976 e o último registro em fevereiro de 1986, isto é, os objetos recebidos por doação de ACKR ocorre em um período de 10 anos.

Para exemplificar e ilustrar todas as listagens de doações e o teor do seu conteúdo, fez-se quadro (Tabela 01), com base na documentação localizada nos arquivos, procedendo com uma análise quantitativa para sintetizar os resultados.

¹⁰⁸ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Nota nº 394/AA. Lista de objetos encaminhados e doados ao MHSC a pedido do Sr. Antônio Carlos Konder Reis. Fevereiro de 1979. Fonte: Arquivo do MHSC.

Tabela 01 – Análise quantitativa das listas dos objetos doados por ACKR.

Categoria	Setembro 1976	12/02/1979	12/03/1979	28/02/1979	13/03/1979	10/10/1981	14/02/1986	Lista (01) Sem data	Lista (02) Sem data
PLACA	128	03	05		03	02	18		
MEDALHA		03		04		09	04		28
TROFÉU									03
TÍTULO / DIPLOMA		07	01		01	02	15	71	
COMENDA				08					
FOTOGRAFIA								07	
INSÍGNIA				03					
OUTROS*	11		01			02	03	46	
Nº total de objetos	139	13	07	15	04	15	40	124	31
								TOTAL	388

Fonte: Quadro criado pelo autor, 2019.

*Objetos comemorativos, documentos, escultura, jornais, troféu, livros

4.3 DISPOSIÇÕES SOBRE ACERVOS MUSEOLÓGICOS

A solicitação para empréstimo de objetos com informações detalhadas deve ser feita através de pedido por escrito, dirigido ao Diretor do Museu, quando possível com 3 meses de antecedência da data do envio das peças. [...] Os empréstimos são feitos por períodos definidos de tempo, sendo da alçada da direção do museu que estipula o prazo máximo de acordo com a solicitação. [...] Os empréstimos são concedidos **prioritariamente para museus e instituições** afins com objetivos de exposições e estudo¹⁰⁹.

As orientações sobre empréstimos de acervos museológicos tombados, conforme a citação acima indicada por Moro e grifo meu, são bem explícitas ao definir que os empréstimos são previstos para ocorrer entre museus e instituições, o que não torna uma regra. É uma prática comum exercida pelos equipamentos culturais, e que requer uma sequência de condições e instrumentos administrativos para se concretizar, o que implica por documentações, como as solicitações, prazos, intenções, condições, diagnósticos, transportes, relatórios e tantos outros documentos que venham a garantir juridicamente e fisicamente a integridade do acervo.

Atualmente por meio de diversos mecanismos de amparo legal para a constituição e gestão de museus, como a regulamentação da profissão de Museólogo pela Lei 7.287/84; a instauração do Estatuto de Museus, Lei 11.904/09; a regulamentação do Estatuto de Museus e a criação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM por meio do Decreto 8.124/13, dispõem de uma série de normativas e fiscalizações que favorecem a proteção aos bens culturais e institucionais.

Apesar de serem marcos jurídicos conquistados recentemente na história, contudo a formação em Museologia no Brasil é mais antiga com o Curso de Museus do MHN, de Gustavo Barroso em 1932, o primeiro do gênero das Américas que buscava a capacitação técnica na área. A ausência de legislações anteriores específicas na gestão do bem cultural

¹⁰⁹ MORO, Fernanda Camargo. Da Documentação: Elementos Básicos para a Decodificação. In: Museu: aquisição-documentação. Rio de Janeiro, Livraria Eça, 1986, p. 186 e189. Grifo meu.

acarretam falta de gestão de acervos e permitiam uma maior “liberdade”, visto que não havia normativas rigorosas e órgãos regulamentadores que fiscalizasse as ações institucionais.

Embora já houvesse sido criado o ICOM em Paris (1946), uma organização não-governamental que representava a comunidade global de museus e dos profissionais, na América Latina em 1976, nascia o ICOFOM LAM (Subcomitê Regional para o estudo, discussão e produção de teoria museológica na América Latina e no Caribe), um desdobramento do ICOMFOM, Comitê Internacional para Museologia, do Conselho Internacional de Museus (ICOM), que têm em sua missão articular pesquisas, análises e debates para independência da área museológica, assim legitimando a Museologia como estatuto acadêmico.

O ICOM publicou a “Ética de Aquisição”¹¹⁰ em Paris, 14 de novembro de 1970, “*sobre as medidas que devem ser adotadas para proibir e impedir a importação, a exportação e a transferência ilícita de bens culturais*”.

A ausência de um regimento conciso e uma legislação auto regulamentadora que atendessem a critérios mínimos na conduta de trabalho em museus na época, e que assegurasse os princípios básicos da ética profissional, permitiram que o Sr. ACKR fizesse restrições e impôs-se condições ao doar seus objetos ao MHSC para serem musealizado conforme foi citado no item 4.1 deste TCC.

Em 1986, o ICOM publica um Código de Ética Profissional, estabelecendo normativas mínimas para a prática profissional e atuação de seus colaboradores nos museus e volta a lançar uma atualização do Código somente 2001, revisada e aprovada em outubro de 2004.

4.3.1 Contrato de Comodato com o Museu Histórico de Itajaí (1980-2017)

No dia 28 de junho de 1980, ACKR por meio de ofício¹¹¹ destinado a Jessy Cherem, diretora do MHSC, solicita que a administradora do museu examinasse a possibilidade de encaminhar alguns de seus objetos

¹¹⁰ MORO, Fernanda Camargo. Da Documentação: Elementos Básicos para a Decodificação. In: Museu: aquisição-documentação. Rio de Janeiro, Livraria Eça, 1986, p. 30

¹¹¹ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Repatriação de Acervo do MHSC com comodato vencido com a Fundação Genésio Miranda Lins. Processo nº FCC 4454/2015. Arquivo MHSC, fl. 27

doados ao MHSC para que fossem expostos na inauguração do Museu Histórico de Itajaí. ACKR, gostaria que na exposição do novo museu tivesse alguma coisa sua ligada à vida pública, cuja importância também estava atrelada por conta de a cidade ser sua terra natal.

O Museu Histórico de Itajaí – MHI, no início dos anos 80 encontrava-se em fase de implantação, sendo Presidido por João Amaral Pereira, e mantido pela Fundação Genésio Miranda Lins. Foi somente inaugurado para o público em 1982, tendo como sede o Palácio Marcos Konder, antiga Prefeitura Municipal, edificação que leva o nome do ex-prefeito responsável pela construção do Palácio, e tio de ACKR. A respeito de palácios, observa a museóloga Elisa Freitas Schemes

Ambos os museus. MHSC e MHI, tiveram como destino final “palácios” outrora ligados aos poderes políticos locais. [...] Em suma, o MHI foi concebido com base nas mesmas referências que o MHN e o MHSC, destinando-se à perpetuação de uma memória oficial forjada pelos grupos ligados à política¹¹².

Jessy, atendendo ao pedido de solicitação do Sr. ACKR e manifestado ciência e respaldo quanto ao favorecimento em prestar colaboração ao MHI. Encaminha um ofício¹¹³ em julho de 1980, para aguardar um parecer do Sr. Jali Meirinho, Diretor da Sub-Unidade de Ciências da Fundação Catarinense de Cultura.

ACKR Reis se torna responsável por articular a primeira aproximação entre os dois museus. E no desenrolar do pedido de empréstimo do acervo, Nelvio Paulo Dutra Santos, Técnico em Assuntos de Ciência, em julho de 1980, atendendo inclusive à solicitação¹¹⁴ do ex-governador, realiza uma visita preliminar de contato, visando estabelecer o intercâmbio entre o MHSC e o MHI.

¹¹² SCHEMES, Elisa Freitas, Do “Nosso Museu Histórico” para o “De Minha Terra Natal”: Comodato e devolução de acervo entre o Museu Histórico de Santa Catarina e o Museu Histórico de Itajaí (1980- 2017), Florianópolis, 2017. p.102 e 103.

¹¹³ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Repatriação de Acervo do MHSC com comodato vencido com a Fundação Genésio Miranda Lins. Processo nº FCC 4454/2015. Arquivo MHSC, fl. 28

¹¹⁴ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Repatriação de Acervo do MHSC com comodato vencido com a Fundação Genésio Miranda Lins. Processo nº FCC 4454/2015. Arquivo MHSC, fl. 31

No relatório, Nelvio analisa aspectos gerais quanto ao histórico do edifício que sediará o museu, o acervo que o museu disponibiliza, e o seu corpo técnico / administrativo. No término do seu relatório, afirma que o museu é favorável ao intercâmbio, concordando também por receber o acervo do MHSC, ficando a cargo a Prefeitura Municipal de Itajaí responsável pelo transporte do material.

A visita de Nelvio Santos às futuras instalações do MHI pode ser interpretada, entre outros motivos que ele não esclarece, como um procedimento técnico que visava se certificar sobre as condições desta instituição em receber objetos do MHSC, numa atividade pertinente à gestão de acervo. Ou seja, a solicitação de empréstimo não foi encaminhada a uma Comissão de Acervo, nem ao museólogo/curador propriamente, mas contou com o parecer dos funcionários ligados à área técnica e à gestão da FCC¹¹⁵.

Em continuidade aos trâmites para firmar a parceria entre os museus, fica a cargo de Caetano Fachini, Superintendente Adjunto, solicitar junto à Superintendência Adjunta Administrativa, a elaboração dos documentos necessários para a formalização e cessão dos acervos a serem encaminhados para o MHI¹¹⁶.

Em 1980, é redigido um contrato de comodato^{117,118} que visa o empréstimo dos acervos entre as duas instituições, de um lado o MHSC, representado por João Nicolau Carvalho – Superintendente da FCC, e do outro lado, a Fundação Genésio Miranda, representado por seu presidente, Sr. João Amaral Pereira.

¹¹⁵ SCHEMES, Elisa Freitas, Do “Nosso Museu Histórico” para o “De Minha Terra Natal”: Comodato e devolução de acervo entre o Museu Histórico de Santa Catarina e o Museu Histórico de Itajaí (1980- 2017), Florianópolis, 2017. p.105.

¹¹⁶ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Repatriação de Acervo do MHSC com comodato vencido com a Fundação Genésio Miranda Lins. Processo nº FCC 4454/2015. Arquivo MHSC, fl. 33

¹¹⁷ Ibid. fl. 29 e 30

¹¹⁸ COMODATO. Comodato [jurídico] Contrato de empréstimo gratuito, através do qual uma pessoa ou instituição entrega a outra um bem, móvel ou imóvel, sendo este restituído em **tempo preestabelecido** pelas partes interessadas; contrato de comodato: a Secretaria da Agricultura cedeu em comodato um terreno para a associação dos agricultores. Dicionário Online de Português. Disponível em <https://www.dicio.com.br/comodato/> Acesso em 03 de nov. de 2019.

No contrato, previa-se o empréstimo / comodato que teria vigência de 5 (cincos) anos, podendo ser renovada caso houvesse interesse de ambas as partes. Esse contrato de comodato, cópia que se encontra anexo ao processo de devolução do acervo da FCC, não consta dia e mês, apenas o ano de 1980, também não há as assinaturas dos responsáveis envolvidos no trâmite, o que gera a dúvida se este seguinte contrato foi de fato utilizado no acordo já que não foi localizado nenhuma outra via preenchida.

O que foi encontrado de fato, e que comprova a transferência do acervo, é um “Recibo”¹¹⁹ datado em outubro de 1980, e assinada por Acyr Osmar de Oliveira, Representante da Prefeitura Municipal de Itajaí, dando ciência e recebimento de 81 (oitenta e um) placas, 10 (dez) medalhas, 33 (trinta e três) diplomas e uma bandeja metálica. “Material que se destina à exposição no Museu Histórico em Itajaí.” Junto ao Recibo é anexado uma lista descritiva de cada objeto dos 125 (cento e vinte quatro) itens.

Em, 07 de junho de 1988, Dolores Carolina Tomaselli, representando o Sistema Estadual de Museus, segue para o Município de Itajaí para renovar o contrato de comodato firmado com a Fundação Genésio Miranda Lins em 1980. No relatório da visita ao museu,¹²⁰ Dolores observou algumas irregularidades, o que incluía a ausência de uma placa (item 36/p)¹²¹ e um diploma (item 98/Dp), sobre os quais seu “paradeiro” estava sendo investigado.

Com o prazo de comodato vencido, Mary Elizabeth Benedet Garcia, então diretora do MHSC (1994), revendo o primeiro contrato de 1980 e a renovação de 1988, encaminha um ofício ao diretor do MHI¹²² em maio desse mesmo ano, solicitando uma manifestação referente ao relatório da técnica Dolores Tomaselli da FCC, onde a técnica relatava a

¹¹⁹ Ibid. fl. 39

¹²⁰ Ibid. fl. 40

¹²¹ O MHSC vem adotando inúmeras formas de identificação do seu acervo no decorrer nos anos, como foi explicado no item 4.2 desse TCC. As referências identificadas no acervo para comodato do MHI, foram utilizadas até o fim da década de 80, quando o MHSC passa a adotar outra forma de número tombo. Na listagem em anexo ao processo do comodato, onde é discriminado cada item seguido por seu número e letra, a exemplo de “**36/p**” e **98/Dp**, indica que, “**36**” é o número tombo, seguido pela letra que representa a sua tipologia de objeto, aqui representado pela letra “**P**” de Placa. “**98/Dp**” Diploma

¹²² FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Repatriação de Acervo do MHSC com comodato vencido com a Fundação Genésio Miranda Lins. Processo nº FCC 4454/2015. Arquivo MHSC, fl. 42

falta de 2 (duas) peças do acervo, a placa 36/p e o diploma 98/Dp. Pois havia uma contradição nos documentos, visto que o recibo assinado em 1988 pelo Sr. Edison D'Ávila, presidente da fundação naquela ocasião, atentava a um “adendo”¹²³ informando que as referidas peças mesmo constando na listagem inicial, não tinham sido efetivamente entregues ao MHI.

Posteriormente em 06 de junho de 1994, o Sr. Edison D'Ávila informa por ofício¹²⁴ que não possuía nenhuma informação sobre o desaparecimento dos acervos, pois quando viria a assumir a direção do MHI, estes objetos já não se encontravam na instituição, e que esse comodato estava alienado a uma gestão anterior a sua. Ainda informa, que o recibo inicial das peças em 1980 foi assinado com a Prefeitura Municipal e não com o MHI, o museu durante aquela ocasião não teve a oportunidade de conferir o material repassado.

Edison termina o ofício demonstrando um interesse na renovação do comodato, pois entendia que era uma “vontade” do doador Sr. ACKR, que o material permanecesse do museu por ser de “*grande valor histórico e estimativo*”

Conforme as pesquisas da museóloga Elisa Freitas Schemes, “*No dossiê não há mais notícias a respeito de renovações posteriores no Contrato de Comodato de 1988*”¹²⁵. Ainda segundo Elisa, é somente em novembro 2015, que o diretor do MHI, Sr. Agnaldo Pinheiro, entra em contato com a Administradora do MHSC, Vanessa Borovsky para informar sobre o contrato vencido, e com intenção de fazer a renovação do contrato. Na circunstância, o museólogo da FCC, Renilton Assis recomenda fazer o processo de repatriação das peças ao MHSC. Os procedimentos administrativos para iniciar os trâmites da “repatriação” (devolução) ocorre inicialmente através de ofícios ainda no fim de 2015, mas é somente em 2016 que a equipe do MHSC passa a planejar ações, visitas técnicas e demais procedimentos para a transferência dos acervos. Todo o processo se encerra em 2017.

O histórico final dos acervos, se configura no seguinte quadro criado por Schemes (2017), (Figura 29) conforme a imagem a abaixo.

¹²³ Ibid. fl. 47

¹²⁴ Ibid. fl.49

¹²⁵ SCHEMES, Elisa Freitas, Do “Nosso Museu Histórico” para o “De Minha Terra Natal”: Comodato e devolução de acervo entre o Museu Histórico de Santa Catarina e o Museu Histórico de Itajaí (1980- 2017), Florianópolis, 2017. p.120.

Figura 29 – Objetos emprestados, devolvidos e divergências na documentação

Quadro 2 – Objetos emprestados, devolvidos e divergências na documentação

Tipologias	1ª lista de Comodato (1980)	2ª lista de Comodato/Estado de conservação (1988)	1º Termo de Devolução (2016)	2º Termo de Devolução (2017)	Objetos devolvidos (que constam nas listagens de Comodato)	Objetos devolvidos após o 2º Termo de Devolução	Objetos não devolvidos	Objetos devolvidos mas não identificados nas listagens de Comodato
Placas	81 ^(a)	74 ^(b)	82 ^(c)	-	78	-	03 (123p, 17p e 116p)	04
Medalhas	10	10	10 ^(d)	-	10	-	-	-
Diplomas	33	32 ^(e)	02	29 ^(f)	31	01 (20 Dp)	01 (98Dp)	-
Bandeja	01	01	01	-	01	-	-	-
Subtotal	125	117	95	29	120	01	04	04
TOTAL	125		124		121		04	04

Fonte: criado pela autora, 2017.

(a) Embora os recibos assinados se refiram a 80 placas, eram de fato 81, pois a numeração de ordem, entre 41 e 42, pula um objeto. Ou seja, a placa “95p” não possui respectivo número de ordem.

(b) Muitas placas se repetem na lista, outras não aparecem.

(c) Destas 82 placas listadas: somente 78 constavam na listagem do 1º Comodato; estariam faltando 03 placas “123p”, “17p”, “116p”, que constavam nas duas listagens de Comodato (totalizando 81 placas); além disso, há nessa listagem 04 placas sem numeração que não estavam no comodato, o que num primeiro momento, sem pesquisa mais profunda, leva a questionar se essas 04 placas de fato pertencem ao MHSC.

(d) Nessa listagem, duas medalhas (07/M e 02/M) foram listadas na categoria “Diplomas”.

(e) O diploma “98Dp” foi dado por desaparecido.

(f) Observa-se que somando as duas listas ainda estariam faltando 02 diplomas (para totalizar os 33 do Comodato): “20Dp” e “98Dp” (estava na 1ª lista de comodato, mas relatado como desaparecido em 1988). Após contato com o museólogo Renilton e deste com Marco Antônio, o diploma “20Dp” foi localizado pela equipe do MHI e devolvido ao MHSC.

Fonte: SCHEMES, Elisa Freitas, Do “Nosso Museu Histórico” para o “De Minha Terra Natal”: Comodato e devolução de acervo entre o Museu Histórico de Santa Catarina e o Museu Histórico de Itajaí (1980- 2017), Florianópolis, 2017. p.127

Nas investigações de 2019¹²⁶, foi necessário fazer uma nova conferência dos acervos para verificar a sua localização no MHSC. Sabendo que esse acervo estava relacionado ao Contrato de Comodato com o MHI (1980-2017), e que nunca tinha sido inventariado no MHSC, visto que não foi encontradas documentações de “Inventário” relativas a cada peça desse acervo, apenas as listagens de doações. Optou-se em uma conferência isolada, confrontando o acervo com a lista do contrato de comodato, mantendo separados dos demais acervos da instituição até o diagnóstico final¹²⁷

No dia 20 de agosto de 2019¹²⁸, a equipe do NCR recebe a visita técnica do MHI, representado por sua diretora, Evelise Moraes Ribas. O encontro entre os representantes de cada museu, intencionava discutir sobre o comodato entre as instituições firmado na década de 80 e sobre o processo do retorno das peças, procedimento iniciado em 2015. A equipe da Itajaí também durante a visita, trouxe o diploma com referência “20-DP”, de ACKR que estava pendente na devolução do comodato. A equipe do setor museológico do MHSC providenciou a documentação do recibo para anexar ao processo do referido comodato.

A nova conferência dos acervos em 2019 do Comodato com o MHI aponta para as seguintes conclusões:

- Total da Placas comemorativas: **81 objetos** > 81 (devolvidos)
- Total da Medalhas: **10 objetos** > 10 (devolvidos)
- Total da Diplomas: **33 objetos** > 32 (devolvidos) e 1 não localizado¹²⁹
- Total diversos: **1 objeto** > 1 (devolvido)

Resulta que dos 125 (cento e vinte cinco) acervos enviados para o comodato, apenas o nº 98/Dp continua com seu paradeiro desconhecido. Durante o procedimento do diagnóstico¹³⁰, a equipe do NCR também observou que havia equívocos em relação a algumas datas na listagem do contrato que descreviam o acervo, possivelmente erros na hora de digitar os dados na lista. A informação não conferia ao ser confrontada com a

¹²⁶ Projeto de Inventário do MHSC (2018-2022)

¹²⁷ Ibid

¹²⁸ Registro do autor em seu diário de atividades do estágio.

¹²⁹ **98/Dp** - Cidadão Honorário de Piratuba. 20/09/1978 (AINDA NÃO LOCALIZADO). No Relatório de visita do MHI de 20/06/1988, consta que falta o Diploma DP/98 ao qual estava sendo investigado o paradeiro.

¹³⁰ Projeto de Inventário do MHSC (2018-2022)

própria peça, mas as outras informações descritivas mantinham-se corretas.

Na (Tabela 02) segue os resultados sintetizados da pesquisa em 2019, com as observações apontadas durante o levantamento do acervo.

Tabela 02 – Listagem de conferência do acervo em 2019 - Contrato de Comodato MHI (1980)

COMODATO 1980 - Do MHSC para o Museu Histórico de Itajaí - Listagem e Conferência das Peças			
Ord.	DESCRIÇÃO DO ACERVO	LOCALIZADO NO MHSC ?	OBSERVAÇÕES GERAIS
		LOCALIZADO?	ONSERVAÇÕES
	PLACAS		
1	Homenagem da E.B. Horácio Nunes - Itenópolis,01/09/1974	Sim	
2	03/p Poder Executivo e Legislativo de Xanxerê - 30/09/1978	Sim	
3	09/p Associação Comercial e Industrial de Xanxerê ACIX e Clube Diretores Lojistas CDL - Xanxerê. 30/09/1978	Sim	
4	100/p Funcionários da Secretária do Oeste - Chapecó 27/08/1977	Sim	
5	102/p Carbonifera de Criciúma. 17/06/1977	Sim	
6	103/p Câmara Municipal do Rio do Sul. 08/10/1977	Sim	
7	104/p Rodovia 453 - Motoristas de Videira. 31/03/1978	Sim	
8	106/p Construção da Rodovia 7 de Setembro - Videira,31/03/1978	Sim	
9	107/p Homenagem da Sociedade Carlos Gomes - Blumenau 24/06/1977	Sim	
10	109/p Homenagem da Petrópolis - São Francisco do Sul. 11/11/1977	Sim	
11	115/p Associação de Delegados de Polícia do Estado de Santa Catarina. Abril de 1977	Sim	
12	116/p II Festa Regional do Colono - Canoinhas. 23/07/1978	Sim	
13	117/p Agracimento E.B.V. Caldera. - São Francisco do Sul-16/09/1978	Sim	
14	119/p A.C.M.E. e a Juventude Esportiva de São Carlos	Sim	
15	120/p Agracimento e Reconhecimento do Rotary e da Comunidade Rio dos Cedros. 23/04/1977	Sim	
16	122/p Agracimento dos Poderes Constituidos de Jaborá. 14/10/1978	Sim	
17	123/p Prefeitura de Lacerdópolis - 11/11/1978	Sim	
18	125/p Reconhecimento e Gratidão dos Estudantes do Colégio Professor Leonardo Premier - Lacerdópolis 11/11/1978	Sim	
19	Homenagem do Povo do Rio do Sul. 10/02/1979	Sim	
20	130/p Prefeitura Municipal de Itomoldo Marina - 10/02/1979	Sim	
21	131/p Criação do Bairro Boa Vista, Rio do Sul. 1979	Sim	
22	137/p Criação do Bairro Itajaí 31/02/1979.	Sim	
23	139/p Agracimento do Povo de Chapecó - Março de 1979	Sim	
24	142/p Diretorio Municipal da Arena - Blumenau. 09/03/1979	Sim	
25	143/p Agracimento do Povo de Cunha Porã. 15/03/1979	Sim	
26	146/p Reconhecimento do Povo de Aguas de Chapecó	Sim	
27	147/p Gratidão e Reconhecimento - Aguas de Chapecó. - 17/02/1979	Sim	
28	148/p Prefeitura de Coronel Freitas. - 17/02/1979	Sim	
29	17/p Construção da Rodovia Ivo Silveira - 411 - Brusque. 29/03/1978	Sim	Na listagem do Comodato consta a data como sendo dezembro de 1978, e a inscrição da placa está datada de Janeiro de 1976.
30	20/p Ministro da Marinha - Florianópolis, Janeiro de 1976	Sim	
31	22/p Homenagem do Povo de Joazeaba. 17/12/1977	Sim	Na listagem do Comodato consta a data como sendo 24/07/1976, e a inscrição da placa está datada de 24/07/1976.
32	23/p Secretaria Geral da Marinha - 06/04/1976	Sim	Na listagem do Comodato consta a data como sendo 10/10/1976, e a inscrição da placa está datada de 14/10/1976.
33	27/p Aliança Trabalhista - Jaraguá do Sul. 24/07/1976	Sim	
34	28/p Homenagem do Município de Luz Alves. 14/10/1976	Sim	
35	29/p Agracimento Uniplac Lages - Novembro 1976	Sim	
36	31/p Homenagem do III Exército - P. Alegre. 25/02/1976	Sim	

37	33/p	Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais C.F. N		Sim	
38	34/p	Fábrica de Consenças Minecas, 24/04/1975		Sim	
39	35/p	Agradecimento da Associação Comercial e Industrial e Clube de Diretores e Lolistas, 01/08/1976		Sim	
40	36/p	Agradecimento do Povo de Navegantes - Outubro de 1976		Sim	No Relatório de visita do MHI de 20/06/1988 consta que
41	37/p	Agradecimento pela instalação da 13ª C.R.E. Itajaí - 03/04/1976		Sim	feita o Diploma P/36 ao qual estava sendo investigado o
42	38/p	Clube de Mães - Taio, 08/10/1976		Sim	paralelo. Obs: Conta anotação: "Desaparecida"
43	41/p	VI Encontro das Faculdades de Direito - Blumenau 29/10/1976		Sim	
44	43A/p	Inauguração Agência do Banco do Brasil (Rotary Clubes), 09/07/1976		Sim	
45	44/p	Homenagem do C.N.A. Barroso - Itajaí, 12/03/1979		Sim	
46	46/Ap	Gratidão pela Construção do Ginásio de Esportes Seara - 30/10/1977		Sim	
47	46/p	SAC - IV EFAPI - Chapeco 13/10/1976		Sim	
48	47/p	Agradecimento Alunos APAE - Mafra 01/01/1978		Sim	
49	48/p	Escola Superior de Guerra - 1977		Sim	
50	48A/p	Agradecimento do Povo de Bandeirantes e do Sub-Diretório da Arena - São Miguel do Oeste - 10/07/1976		Sim	
51	50/p	Eleitores Urna nº 62 - Estrada dos Morros - Joinville - 06/12/1975		Sim	
52	50/p	Agradecimento do Povo de São Carlos - Cinquentenário, 12/10/1977.		Sim	
53	50/p	Funcionários da Casan - Itajaí 12/03/1979		Sim	
54	503/p	Escola do Comando do Estado Maior do Exército, 1976		Sim	
55	503/p	Corpo Clínico Hospital Marieta K. Bornhausen - Itajaí, 12/03/1979		Sim	
56	51/p	Inauguração Agência Banco do Brasil - Xaxim, 09/07/1976		Sim	
57	52/p	Reconhecimento Rádio Princesa do Oeste - Xanverê		Sim	
58	54/p	Caixa Econômica Federal - Filia SC. Natal, 1976		Sim	
59	54/p	Agradecimento da Associação Comercial e Industrial de Lages, 26/02/1977		Sim	
60	55/p	Visita ao Município de Maravilha - 26/08/1977		Sim	
61	56/p	Grupo de Escoleteiros General Osório - São Carlos, 1978		Sim	
62	59/p	Homenagem do C.C. Benedito T. de Carvalho Junior - Caroinhas 04/10/1979		Sim	
63	59/p	VIII Congresso Nacional de Técnicos Textéis - Blumenau - Setembro de 1978		Sim	
64	60/p	Motoristas da Seara, 30/10/1977		Sim	
65	61/p	Diretoria do Ensino da Marinha - P. Alegre, Setembro de 1977		Sim	
66	61/p	Comunidade de Pedras Grandes. - 02/02/1979		Sim	
67	63/p	Faculdade de Itajaí - 17/08/1970		Sim	
68	63A/p	Agradecimento ao Senador Antônio Carlos Konder Reis A. Gratidão de Itajaí - 29/10/1970		Sim	
69	64/p	Gratidão da Família Palmeirense - Janeiro de 1974		Sim	
70	65/p	Homenagem do Sindicato da Olla Portuária de Itajaí. - Janeiro de 1973		Sim	
71	70/p	Agradecimento Bebidas Max Wilhelm S.A. - Jaraguá do Sul, 15/03/1977		Sim	
72	75/p	Agradecimento de AA. BB. de Brusque 14/07/1967		Sim	
73	83/p	Agradecimento do Diretor e Funcionários da 9ª UCRES - Juaçaba 21/08/1978		Sim	
74	84/p	Visita ao Stand da Fábrica de Relógios E. E. Rauber - Balneário Camboriú, 15/09/1978		Sim	
75	86/p	Prefeitura Municipal de Campos Novos - 16/06/1978		Sim	
76	87/p	Homenagem do Povo de Romelândia, 20/08/1978		Sim	
77	88/p	Agradecimento do Clube Atlético Baependi - Jaraguá do Sul, 25/03/1978		Sim	
78	94/p	Movimento Arenista Jovem de Jaraguá do Sul, 24/07/1976		Sim	Na listagem do Comodato consta a data como sendo
79	95/p	Homenagem dos Alunos do Curso de Organização, Orientação e Atualização Esportiva - São Bento do Sul, 20/02/1976		Sim	27/07/1976, e a inscrição da placa está datada de
80	96/p	Homenagem da Diretoria e Associados da Sociedade Recreativa e Cultural Lyrá - Blumenau, 10/11/1976		Sim	24/07/1976.

81	99/p	Prefeitura Municipal de Taub - 08/10/1976	Sim	81	LOCALIZADOS
Ord.					LOCALIZADO?
					ONSERVAÇÕES
1	01/M	ANV. FEB - Medalha Montese - Rio do Sul, 14/04/1975	Sim		
2	02/M	MGR - Loja de Santa Catarina (Alberto Mackey) 1807-1861.	Sim		
3	03/M	Inauguração Estádio Magalhães Pinto - Minas Gerais.	Sim		
4	04/M	Constituição do Estado do Rio de Janeiro, 23/07/1975	Sim		
5	06/M	Inauguração do Edifício Sede Contendação Nac. Agr. 1975	Sim		
6	07/M	Instituto Brasileiro de Administração Municipal 25 anos - 1952-1977	Sim		
7	10/M	Liga de Defesa Nacional - 1916	Sim		
8	13/M	9º Congresso Nacional de Enfermagem, Porto Alegre 7-15 de junho de 1976	Sim		
9	19/M	Inauguração da Agência 1000 Banco do Brasil - Barra dos Bugres, Mato Grosso 1976	Sim		
10	26/M	XII JASC - Rio do Sul, 16 a 23 outubro de 1971	Sim	10	LOCALIZADOS
Ord.					LOCALIZADO?
					ONSERVAÇÕES
1	04/Dp	Comendador Ordem do Mérito Naval - Ministro da Marinha	Sim		
2	19/Dp	Cidadão Gasparense - Gaspar, Outubro de 1975	Sim		
3	20/Dp	Cidadão Honorário de Brusque, 07/12/1974	Sim		
4	21/Dp	Cidadão, Jaborense - Jaborá, 09/12/1977	Sim		
5	22/Dp	Cidadão, Luizalvense - Luiz Alves, 28/01/1976	Sim		
6	23/Dp	Cidadão Honorário de Itapiranga, 01/10/1976	Sim		
7	29/Dp	Comenda Alberto Mackey, 20/08/1976	Sim		
8	40/Dp	Cidadão Honorário de São Carlos, 24/09/1977	Sim		
9	46/Dp	Cidadão Honorário Indaialense - Indaial, 23/03/1976	Sim		
10	48/Dp	Cidadão Honorário Ascurensense - Ascurna, 09/09/1976	Sim		
11	49/Dp	Cidadão Honorário de Garuva, 29/08/1978	Sim		
12	50/Dp	Diploma de Reconhecimento da Força extraordinária Brasília - Rio do Sul, 14/04/1975	Sim		
					LOCALIZADO., também foi localizado uma caixa contendo a mesma referência numerica "04/Dp" com os seguintes itens a mesma numeração: (1) Uma Medalha Montese - 1807-1861; (2) Uma Insignia com fita nas mesmas cores (MHSC 1301.1) e (MH 029/0044); (3) Uma Insignia com fita nas mesmas cores (MHSC 1301.2); (1) Uma passadeira (MHSC1301.3) e (2) Duas botoneiras sem numeração - 24/07/1976. MH029/0044
					Na listagem do Comodatado consta a data como sendo 24/06/1970, e a inscrição da placa está datada de 24/07/1976. (1) Uma insignia com fita nas mesmas cores, (1) Uma passadeira e (2) Duas botoneiras.
					Devolvido ao MHSC por Evelise Moraes Ribas - Administradora do Museu Histórico de Itajaí em 20/08/2019.
					Faz parte de um desdobramento do acervo (ver tomo 86/91)

4.3.2 Contrato de Comodato com Antônio Carlos Konder Reis (2002)

O Sr. ACKR visitava o MHSC periodicamente, conforme afirma a ex-funcionária Shirlei Regina Lopes Farias durante uma entrevista para a FCC em 2019¹³¹. Hábito que se estendeu ao logo dos anos, a ponto de receber em 2001, o reconhecimento de “Presidente de Honra da Associação de Amigos do Museu Histórico de Santa Catarina”, por sua forte contribuição com a cultura e ligação com o MHSC (Figura 30).

¹³¹ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Memória: Ex-Servidores ajudam a recontar parte da história do Museu Histórico de Santa Catarina.** Reportagem de 02 de outubro de 2019. Disponível em: <http://www.cultura.sc.gov.br/noticias/1421-noticias-museu-historico-de-sc/22145-memoria-mhsc-ex-servidores-do-museu-historico-de-santa-catarina-ajudam-a-recontar-parte-da-historia-da-instituicao>. Acesso em 08 out de 2019.

Figura 30 – Ofício de Reconhecimento – “Presidente de Honra da Associação de Amigos do MHSC”


 ESTADO DE SANTA CATARINA
 SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
 FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA
 MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA
 Av. Gov. Irmão Bornhausen, 5.600 - 88025-202 - Florianópolis - SC
 Fone: (48)333.0848 - FAX (48) 333-1850 - www.fcc.sc.gov.br

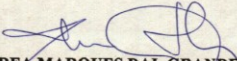
Ofício n° 078/MHSC
Florianópolis, 20 de novembro de 2001.

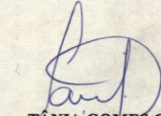
Exmo. Senhor Deputado Federal

Com nossos cumprimentos, comunicamos a V.E.^{sa} sua eleição, por unanimidade, como Presidente de Honra da Associação de Amigos do Museu Histórico de Santa Catarina, em assembléia realizada na reabertura do Palácio Cruz e Sousa, no dia 05 de novembro deste do corrente ano, anexo cópia da Ata da assembléia.



Estamos certos de que seu nome representa da melhor maneira o espírito do cargo de Presidente Honorário, qual seja o de homenagear pessoas que reconhecidamente tenham contribuído para a cultura catarinense ou tenham alguma ligação com o Palácio. Gostaríamos que V.E.^{sa} encarasse a homenagem como uma forma de agradecimento por tudo o que seu governo fez pela cultura, em especial pela criação do Museu Histórico de Santa Catarina.

Respeitosamente,


ANDREA MARQUES DAL GRANDE
 Diretora do Museu Histórico de SC


TÂNIA GOMES CUNHA
 Presidente da AAMHSC

Exmo. Senhor
ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS
 DD. DEPUTADO FEDERAL
 NESTA

C:\Ofícios\OFÍCIOS\OF 078.doc

No dia 23 de novembro de 2001, o Sr. ACKR, lotado no cargo de Deputado Federal por Santa Catarina; encaminha uma carta oficial em papel timbrado do seu gabinete, na Câmara dos Deputados, para à administradora do MHSC.

Senhora Administradora

Com os meus cordiais cumprimentos, conforme o diálogo mantido com Vossa Senhoria na última visita que fiz a esse Museu, encaminho-lhe, em apenso, a listagem dos objetos cuja **devolução estou solicitando, tendo em vista os objetivos que lhe declarei.**

Visando a facilitação no envio no citado material, rogo endereçá-lo ao Escritório que mantenho nesta cidade, à [...] aos cuidados do meu Secretário Parlamentar Prof. Mário César Moraes.

Esperando contar sempre com sua especial atenção de Vossa Senhoria, reafirmo-lhe a minha manifestação de estima. Atenciosamente. Antônio Carlos Konder Reis¹³².

O objetivo ao encaminhar o documento a administradora, foi solicitar que alguns de seus objetos “doados” ao museu fossem “devolvidos” a ele, em vista de outros objetivos. De acordo com ele, motivações “já esclarecidas”, conforme é apresentado no documento citado acima. A administradora atendendo ao pedido de ACKR, solicita que o mesmo encaminhe um pedido formal ao MHSC para iniciar os trâmites documentais junto à FCC, a carta também logo viria acompanhada de uma listagem contendo 51 (cinquenta e um) objetos.

Durante essa pesquisa nos arquivos do museu, nenhum outro documento foi localizado justificando as intenções do pedido do acervo pelo solicitante, e nenhuma justificativa por parte da administração do Museu, do o porquê concordar em ceder o acervo tombado da instituição.

De acordo com o Código de Ética Profissional do ICOM de 1986, vigente na época, o ponto II Aquisições para Acervo de Museus, ao tratar o item 2.1 sobre as Políticas de Aquisições, sugere que:

¹³² MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Carta do Sr. Konder Reis a Andréa Marques Dal Grande. Florianópolis, 23 de novembro de 2001. Fonte: Arquivo MHSC. Grifo meu

Todas as autoridades responsáveis de um museu deveriam adotar e publicar uma declaração escrita de sua política de acervo. Esta política deveria ser revista de tempos em tempos e pelo menos uma vez a cada cinco anos. Os objetivos adquiridos deveriam ser pertinentes aos objetivos e atividades do museu, e serem acompanhados da comprovação de um documento de validade legal. Quaisquer condições ou limitações relativas a uma aquisição deveriam ser claramente descritas num instrumento de transmissão de propriedade ou qualquer outra documentação escrita. Os museus não deveriam, a não ser em circunstâncias muito excepcionais, adquirir material que o museu provavelmente não terá condições de catalogar, conservar, armazenar ou expor de forma apropriada. Aquisições alheias à política declarada do museu só deveriam ser feitas em circunstâncias muito excepcionais, e mesmo então somente depois de considerações apropriadas por parte da diretoria do museu, que levem em consideração os interesses dos objetos em questão, a herança nacional ou cultural e o interesse particular de outros museus¹³³

A falta de uma política de acervo delineada para o MHSC na época, permitiu que fosse feita uma doação com condições especiais em benefício à ACKR. Situação que deixaria o museu sem amparo sobre a titularidade de propriedade do objeto. A peça que tinha sido doada, documentada e tombada, é postulada anos depois por seu doador. Ainda sobre aquisições, o Código de Ética Profissional de 1986, no item 2.5 sobre Aquisições e outras condições especiais, orienta.

Doações, legados e empréstimos deveriam ser aceitos somente se estão de conformidade com a política de aquisição e exposição declaradas do museu. Doações que estão sujeitas a condições especiais poderão ser rejeitadas se as condições propostas forem julgadas contrárias a interesses a longo prazo do museu e de seu público¹³⁴.

¹³³ ICOM – Código de Ética Profissional de 1986. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/4890-1986-icom-codigo-de-etica-profissional.html> Acesso em 21 out de 2019.

¹³⁴ Ibid.

Fica evidente que o MHSC apresenta vulnerabilidades em seus registros antigos, podendo vir ocorrer outros casos semelhantes. ACKR se antecipa ao se reserva dos direitos sobre seus pertences.

A forte influência do ex-governador foi sempre muito presente nas atividades e ações do MHSC, resultando em dois contratos, o Contrato de Comodato como o MHI (1980), e agora, passa firmar um Contrato de Comodato com MHSC, só que de cunho particular.

Foi durante a fase do diagnóstico em 2019, para o Projeto de Inventário, que a equipe no NCR na qual participo, observou que havia lacunas de acervos que não se encontravam localizados na instituição, acervos que por sua vez estavam inventariados no livro tomo entre os períodos de 1990 a 1996¹³⁵.

A informação excluiria qualquer relação com o Contrato de Comodato com o Museu Histórico de Itajaí firmado nos anos 80, já que os acervos que correspondem a esse período tinham sido enviados anteriormente à década de 90, década na qual o museu passa adotar uma nova numeração em seus acervos.

Nos arquivos do MHSC, a equipe encontra uma sequência de documentos acondicionados em pastas distintas, que quando agrupados, revelaram-se em novas informações. O achado se tratava de um outro Contrato de Comodato firmado em 23 de dezembro de 2002, entre o MHSC e ACKR, até então desconhecido pela atual administração. Outra informação que atentou aos olhos da equipe no museu, foi perceber que o presente contrato estava alienado a uma pessoa física e não à outra instituição.

A documentação que vai desencadear todo esse trâmite, inicia com a carta que o Sr. ACKR encaminha a administradora do museu, em 23 de novembro de 2001. Solicitando a “devolução” das peças doadas, de acordo com o que já foi mencionado neste capítulo. Em 17 de dezembro de 2002, praticamente um ano após o pedido, a administradora Andréa Marques Dal Grande, realiza a listagem com o levantamento, identificando os objetos do acervo do Sr. ACKR salvaguardado no museu e por ele solicitado, resultando nas informações da tabela a seguir.

¹³⁵ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Tombamento das Peças 1990-2001. Fonte: Arquivo MHSC

Tabela 3 – Identificação dos Objetos Solicitados pelo Ex-Governador Dr. Antônio Carlos Konder Reis em 23 de novembro de 2001

Categoria	Quantidade
PLACA	21
DIPLOMA	06
MEDALHA	09
COMENDA	08
INSÍGNIA	03
OBJETOS COMEMORTIVOS DIVERSOS	04
TOTAL	51

Fonte: Criado pelo autor, 2019

Em 2001, durante o levantamento que identificava os objetos solicitados pelo ex-governador percebe-se que dos 51 itens solicitados pelo requerente, 19 itens estavam em comodato com a Fundação Genésio de Miranda Lins, mantenedora do MHI. (1980-2017)

Por meio da CI,¹³⁶ N° 0206/02¹³⁷ de 17 de dezembro de 2002, a administradora solicita Consultoria Jurídica a FCC para dar continuidade e assistência ao pedido do Sr. ACKR, anexando junto ao documento uma listagem indicando os acervos que estavam em comodato com o MHI

Algumas informações nesta CI parecem estar incongruentes o que causa uma grande confusão de interpretação e mal-entendido, com o assunto intitulado “ AMPLIAÇÃO DO TERMO DE COMODATO C/ FUNDAÇÃO GENÉSIO MIRANDA LINS – ITAJAÍ, o teor do conteúdo não tem nenhuma relação direta como museu em questão como é possível observar no conteúdo transcrito a seguir.

Dando consecução a solicitação do Dr. Antônio Carlos Konder Reis, referente a devolução de algumas peças doadas ao Museu Histórico de Santa

¹³⁶ CI - Abreviação de “Comunicação Interna” sistema usado pela Fundação Catarinense de Cultura – FCC

¹³⁷ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. CI nº 0206/02 de 12 de dezembro de 2002. Fonte: Arquivo MHSC

Catarina, vimos esclarecer que as mesmas foram conferidas e separadas para serem encaminhadas ao **Museu Konder**, como é de seu desejo. Entretanto a forma legal para proceder o encaminhamento do acervo é através de comodato. Assim solicitamos que se faça com urgência a documentação necessária a fim de que se possa efetivar a ação ainda nesta administração. Em anexo segue a relação das peças que comporão o termo e cópia do comodato anterior, que aliás necessita ser renovado. Atenciosamente. Andréa Marques Dal Grande.¹³⁸

Existem ausências que não respondem a muitas questões tomadas durante os procedimentos técnicos e que não esclarecem os verdadeiros motivos do contrato por ser uma documentação sem maiores detalhes. Utilizar-se de mecanismos internos para solicitar pedido de “Ampliação do termo de Comodato com Fundação Genésio Miranda Lins de Itajaí, e no mesmo documento tratar de um assunto sem alguma relação.

No arquivo sobre o processo de Comodato¹³⁹ entre o MHI e o MHSC, não há informações que as peças tenham sido solicitadas de forma integral ou parcial em decorrência da CI registrada em 17/12/2002, tampouco que esse acervo tenha voltado para o MHSC para essa finalidade de Contrato com ACKR.

¹³⁸ Idem. Grifo meu

¹³⁹ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Repatriação de Acervo do MHSC com comodato vencido com a Fundação Genésio Miranda Lins. Processo nº FCC 4454/2015. Arquivo MHSC.

Tabela 4 – Listagem dos objetos do Sr. Konder Reis, identificados pelo MHSC e anexo a CI nº 0206/02. Acervo que se encontrava com a Fundação Genésio Miranda Lins em 2001.

Nº	Objeto	Local	Registro MHSC
27/p	PLACA	Itajaí	Não
28/p	PLACA	Itajaí	Não
37/p	PLACA	Itajaí	Não
147/p	PLACA	Itajaí	Não
-----*	PLACA	-----	Não
109/p	PLACA	Itajaí	Não
44/p	PLACA	Itajaí	Não
36/p	PLACA	Itajaí	Não
65/p	PLACA	Itajaí	Não
63/p	PLACA	Itajaí	Não
501/p	PLACA	Itajaí	Não
503/p	PLACA	Itajaí	Não
04/Dp	DIPLOMA	Itajaí	Não
20/Dp	DIPLOMA	Itajaí	Não
22/Dp	DIPLOMA	Itajaí	Não
01/D	BANDEJA	Itajaí	Não
-----	MEDALHA	-----	Não
-----	MEDALHA	-----	Não
-----	MEDALHA	-----	Não
TOTAL	19		

*----- Informação desconhecida

Fonte: Criado e adaptado pelo autor com base na lista original, 2019

A lista enviada ao MHSC por ACKR em seu pedido, totaliza em 51 (cinquenta e um) objetos a serem devolvidos. A soma das duas listas feita durante o levantamento do MHSC em 2002 resulta em 62 (sessenta e dois) objetos. A diferença nesse cálculo é de 11 (onze) objetos.

O inventário do MHSC iniciado em 1990, quando os objetos foram incorporados ao acervo, foram também separados por tipologias (tridimensional e fotográfico), onde cada objeto recebeu sua numeração seguindo uma ordenação alfanumérica crescente.

De forma geral a documentação é conceituada como um conjunto de técnicas necessárias para a organização, informação e a apresentação dos conhecimentos registrados, de tal modo que tornem os documentos acessíveis e úteis. E o documento por sua vez, é definido como uma peça escrita ou impressa que oferece prova ou informação sobre qualquer assunto¹⁴⁰.

A falta de uma documentação descritiva mais completa e as possíveis conexões que os acervos estabelecem entre si, somada a ausência de um sistema informatizado, também contribui para que os profissionais atuais do museu tenham dificuldade de conhecer a totalidade e a contextualidade de parte do seu acervo.

Ainda a respeito da CI número 0206/02, outro detalhe que chama atenção, é se estaria ACKR, reunindo seus próprios objetos e de seus familiares porque projetava por construir um legado privado, como criar o “Museu Konder”, citado no ofício. Seria essa a sua alegação informada a administradora do MHSC ao solicitar a devolução de seus pertences? Fato que pode vir a esclarecer sobre as documentações não informarem os motivos reais do contrato, porque se tratava de um projeto até então na esfera das ideias, dado que é um museu que até então nunca foi efetivamente criado.

Em 23 de dezembro de 2002 é firmado o Termo de Contrato de Comodato¹⁴¹, estando o MHSC representado pela Fundação Catarinense de Cultura – FCC, e respondendo pelo o presente contrato, o seu Diretor Geral Iaponan Soares de Araújo como Comodante, e Antônio Carlos Konder Reis como o Comodato. Assinam como testemunhas Sônia Pereira Damasio (FCC) e Mário Cesar Moraes (Secretario Parlamentar do Sr. ACKR)

¹⁴⁰ NASCIMENTO, Rosana Andrade Dias do. Cadernos de Museologia Nº 3 p.32. 1994.

¹⁴¹ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Termo de Contrato de Comodato que si fazem a Fundação Catarinenses de Cultura e Antônio Carlos Konder Reis. 23 de dezembro de 2002. Fonte: Arquivo MHSC

Ao analisar os autos, o documento não informa a natureza do contrato, nem a qual finalidade ele se destina, igualmente não contém nenhuma cláusula específica referente aos acervos, unicamente informa que os objetos listados do **anexo I** ficará sob a guarda do comodatário por um prazo de 05 (cinco) anos podendo ser prorrogado.

Ser funcionário de um museu, seja público ou particular, é deter um cargo de confiança pública envolvendo grande responsabilidade. Em todas as atividades, trabalhadores de museu precisam agir com integridade e de acordo com os princípios éticos mais estritos, bem como com os mais altos padrões de objetividade.

Um elemento essencial para se ser membro de qualquer profissão é a implicação de tanto os direitos como as obrigações. Apesar do comportamento de um profissional de qualquer área ser geralmente regulado pelas leis de comportamento moral que governam as relações humanas, toda ocupação envolve padrões bem como deveres, responsabilidades e oportunidades particulares que, de tempos em tempos, criam a necessidade de uma declaração de princípios diretivos. O profissional de museu deveria compreender dois princípios diretivos: primeiro, que museus são o objeto de confiança pública, cujo valor para a comunidade está na proporção direta à qualidade de serviço oferecido; e, segundo, que habilidade intelectual e conhecimento profissional não são, por si só, suficientes, mas precisam ser inspirados por um alto padrão de conduta ética.

O diretor e o restante da equipe profissional devem sua lealdade profissional e acadêmica em primeiro lugar ao seu museu e deveriam sempre agir de acordo com as políticas aprovadas do museu. O diretor, ou outro alto dirigente do museu, deveria ter consciência e submeter à atenção da diretoria, sempre que necessário, os termos do Código Profissional de Ética do ICOM ou quaisquer declarações de políticas sobre Ética em Museu, e deveria persuadir o corpo diretivo a agir de acordo. Membros da profissão museal deveriam agir inteiramente de acordo com o Código do ICOM e

quaisquer outros Códigos ou declarações sobre Ética em Museu sempre que indicados a exercerem funções diretivas¹⁴².

O anexo I¹⁴³, informado na Cláusula Terceira, lista 43 (quarenta e três) objetos a serem entregues mediante a recibo¹⁴⁴.

Na lista é relatado a falta do acervo nº 640/91 (Diploma) que até então, não tinha sido localizado, ficando sua entrega acertada posteriormente¹⁴⁵. Em 17 de janeiro de 2013, Edson Busch Machado, novo diretor geral da FCC lotado a partir daquele ano, encaminha para o MHSC uma CI nº 001/03¹⁴⁶, com a cópia do Termo de Contrato de Comodato para constar nos registros do museu.

¹⁴² ICOM – Código de Ética Profissional de 1986. Princípios Gerais. 5.1 Obrigações éticas do profissional de museu. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/4890-1986-icom-codigo-de-etica-profissional.html>. Acesso em 21 out de 2019.

¹⁴³ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Termo de Contrato de Comodato que si fazem a Fundação Catarinenses de Cultura e Antônio Carlos Konder Reis. Anexo I. 23 de dezembro de 2002. Fonte: Arquivo MHSC

¹⁴⁴ O Recibo da entrega não foi localizado nos arquivos do museu.

¹⁴⁵ O acervo 640/91 nunca foi entregue ao Sr. Konder Reis, sua localização foi confirmada na Reserva Técnica do MHSC, durante o levantamento para os diagnósticos dos acervos para o Projeto de Inventário, 2019.

¹⁴⁶ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. CI nº 001/03 de 17 de janeiro de 2003. Fonte: Arquivo MHSC

Figura 31 – Termo de Contrato de Comodato – Diário Oficial SC



Fonte: Diário Oficial – SC Nº 17.070 de 09/01/2003

4.3.3 Parte do acervo retorna ao MHSC em 2019¹⁴⁷

No dia 29 de julho de 2019, a equipe do MHSC recebe familiares do ex-governador ACKR, nessa ocasião já falecido¹⁴⁸. Havia o interesse por parte da família em fazer “doações” de alguns pertences do ex-governador para incorporar ao acervo do museu.

O Plano Museológico do MHSC,¹⁴⁹ possui uma seção específica referente a “Políticas de Aquisição e Descartes do MHSC”

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES PARA AQUISIÇÃO DE BENS CULTURAIS DE CARÁTER MUSEOLÓGICO

Art. 9º Por ocasião da formação do acervo, os seguintes procedimentos devem ser observados:

¹⁴⁷ As informações desse subcapítulo é com base nas informações extraídas do Diário de Atividades particular do autor desse TCC, enquanto estagiário de museologia no MHSC em 2019.

¹⁴⁸ Falecimento em 12 de junho de 2018.

¹⁴⁹ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Plano Museológico** – Museu Histórico de Santa Catarina 2015 - 2018, 2016.

- I - Documentar por meio de dossiê todo processo de aquisição;
- II - Obter o máximo de informações possíveis sobre o objeto a ser adquirido, para construir um histórico; e
- III - Determinar um número provisório de estudo para o objeto, uma vez que ele esteja no Museu, para garantir o controle durante o processo de aquisição, identificado pelo símbolo (e) quando se tratar de objeto com previsão de incorporação ao acervo museológico¹⁵⁰

Todo o material proposto a incorporar ao acervo do museu, precisa ser documentado e encaminhado a Comissão de Acervo para avaliação, conforme sugerem as indicações apontadas pela Política de Aquisição e Descarte do Acervo do Plano Museológico. Só assim, para posteriormente sinalizar se há condições para o seu ingresso na coleção da instituição com base em sua missão.

Durante a averiguação dos objetos (Figura 32) entregues pelos familiares de ACKR, foi constatado que alguns já faziam parte da coleção do MHSC, e que estavam no Comodato de 2002. A constatação foi identificada de forma imediata, pois os objetos ainda mantinham presos as etiquetas adesivas contendo o número tombo do MHSC. A administradora do MHSC foi informada sobre a situação para tomar as providências cabíveis para a resolução do fato ocorrido.

Dos 43 objetos em Contrato de Comodato (2002), 17 retornaram à instituição (2019) em forma de “doação”. Até esse presente trabalho de TCC, a situação desse Comodato ainda não foi resolvida, há em andamento um processo administrativo interno para apurar e estudar o caso, visto ser um caso e uma ocorrência incomum.

¹⁵⁰ Idem, p. 303 e 304

Figura 32 – Objeto recebido em forma de doação, destaque para a numeração tombo do MHSC



Fonte – Fotografia do autor, 2019

4.4 O MUSEU PRATICAMENTE DE UM POLÍTICO SÓ

O tema central dessa pesquisa, busca por uma reflexão com relação a constituição do acervo do Sr. ACKR salvaguardado no MHSC e a qual finalidade ele se propõe. Para tal fim, foi preciso inicialmente conhecer a trajetória da instituição e a sua missão, sobretudo porque a história de sua criação está diretamente vinculada ao personagem aqui estudado, isto é, ao Sr. ACKR.

Neste sentido, por outro lado, foi essencialmente necessário examinar os registros documentais do museu por ser uma fonte primária de informações, que assegura uma maior precisão na coleta dos dados. O envolvimento com Projeto de Inventário, enquanto estagiário, também permitiu acesso a todas as documentações relativas ao setor museológico, o que viabiliza delinear a cronologia dos eventos.

Por se tratar de um museu histórico, criado nos moldes “tradicionais” com uma proposta de instituição política, ou seja, um museu voltado a exaltar os interesses de um grupo específico, destacando personagens políticos e seus feitos através das narrativas de um ponto de vista sobre a história do Estado, e concentrando os objetos que representam e testemunham os acontecimentos de uma época, Mario Chagas (2000) destaca que este tipo de museu:

Tendem a se constituir em espaços pouco democráticos onde prevalece o argumento de autoridade, onde o que importa é celebrar o poder ou o domínio de um grupo social, étnico, religioso ou econômico sobre os outros grupos. Os objetos (seres e coisas), para os que alimentam estes modelos, são coágulos de poder e indicadores de prestígio social. Distanciados da ideia de documento, eles querem apenas monumentos. O poder, por seu turno, nestas instituições, é concebido como alguma coisa que tem locus próprio, vida independente e está concentrado em indivíduos, instituições ou grupos sociais.¹⁵¹

No entanto, esse ponto de vista de Mario Chagas pode ser percebido sob outra ótica, como aponta Genoveva Oliveira (2013) quanto a múltiplas realidades.

Acima de tudo, o Construcionismo Social afirma a realidade como criação social. Assim, crenças e realidades múltiplas podem ser igualmente válidas, visto definirem diversas culturas, tempos históricos, experiências de vida. Os museus são, igualmente, criações sociais e as suas definições e práticas têm sido favorecidas por certos grupos em momentos específicos, que comungam e influenciam, na sua disseminação, diferentes conceitos do mundo. Em cada uma das diferentes noções de museu existe sempre uma comunidade

¹⁵¹ CHAGAS, Mario. Memória e Poder: Contribuição Para a Teoria e a Prática nos Ecomuseus. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECOMUSEUS, 2., 2000, Rio de Janeiro. Caderno de textos e resumos. Rio de Janeiro: NOPH/MINOM/ICOFOMLAM, 2000. p. 12

de profissionais que reclamam a “verdade”, sejam eles colecionadores ou peritos, diretores ou curadores, educadores, visitantes e avaliadores ou gestores e profissionais de marketing (Hein e Alexander 1998, 40). [...] O Construcionismo social dá importância à colaboração, à reflexão e à multiplicidade. Sendo o significado tomado como relacional, o significado do museu não se limita aos seus objetos ou coleções, exposições e programas educacionais, publicações ou área comercial. Pelo contrário, todos eles produzem significado e, nesse sentido, os visitantes são potenciais catalisadores de construção de significado. Através da organização de exposições e programas baseados em problemáticas, fornecendo múltiplos caminhos que explorem temas como gênero, classe, sexo, expondo questões de conflito e negociação e confrontando-as a partir de outros pontos de vista é um caminho possível nessa construção do museu plurivocal (Oliveira 2012, 408-411)¹⁵².

Não há dúvida, que o MHSC ainda é esse tipo de museu em que prevalece a autoridade alimentando o prestígio social de um grupo, conforme cita Mario Chagas. Em vista à outra perspectiva, de acordo com Genoveva de Oliveira, museus não se limitam apenas as suas coleções e exposições, museu é local de confronto, negociação e construção. E falar sobre política em um espaço criado para tal finalidade é uma oportunidade para se fazer reflexões sobre a sociedade e coletividade, o que se torna superior ao indivíduo.

Partindo deste princípio, 40 (quarenta) anos após sua criação, o museu se apresenta tendo como:

Missão

Prestar serviços à sociedade por meio de pesquisa, ações educativas, comunicação, preservação do seu patrimônio arquitetônico e museológico, contribuindo para o

¹⁵² Genoveva Oliveira, « O museu como um instrumento de reflexão social », MIDAS [Online], 2 | 2013, posto online no dia 01 abril 2013, consultado no dia 30 abril 2019. URL : [http:// journals.openedition.org/midas/222](http://journals.openedition.org/midas/222) ; DOI : 10.4000/midas.222. Acesso em 23 out de 2019.

fortalecimento da História de Santa Catarina.

Visão

Ser reconhecido como referência enquanto museu de História no Sul do Brasil, realizando serviços de qualidade.

Objetivo Geral

Fortalecer a História de Santa Catarina, desenvolvendo ações de Preservação, Comunicação, Pesquisa e Gestão qualificada¹⁵³.

Quer dizer, fica claro que o museu perdeu a sua essência inicial, onde se propôs a revelar a “evolução política de Santa Catarina”, o que não há problema algum. Mesmo ainda que seja natural as instituições se adaptarem com as transformações e necessidades sociais ao longo do tempo. Museu nunca foi lugar neutro, museus assumem discursos e posicionamentos para que possam justamente instigar, refletir e desenvolver diálogos com a sua sociedade.

Nota-se neutralidade e insegurança em sua atual apresentação, exatamente a qual “fortalecimento da História de Santa Catarina” que ele se propõe? Por qual motivo quer “ser reconhecido como referência enquanto museu de História no Sul do Brasil”, qual é essa história, são todas? Quem são esses personagens? Falta posicionamentos mais claros e objetivos.

Foi na gestão da primeira diretora do MHSC, Jessy Cherem que assumiu frente ao museu desde a sua criação até 1987, quem o museu formou praticamente toda a sua atual coleção de acervo, com base em sua proposta de missão. Após sua saída da direção do MHSC, poucos novos acervos foram incorporados, mantendo praticamente a mesma fração de seu período.

Articular a evolução política de Santa Catarina, destacando seus comandantes e governadores é falar de algumas centenas de anos, que inicia no Período Colonial (1711-1739); seguindo, o Período Imperial (1822-1889); até a história recente, o Período Republicano (1889-2019).

¹⁵³ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Museu Histórico de Santa Catarina. Missão, Visão e Objetivo Geral. Disponível em: <http://www.cultura.sc.gov.br/espacos/mhsc/o-museu/17207-17207-missao-visao-e-objetivo-geral> Acesso em 23 out de 2019.

Isto é, uma nuance de personagens e fatos históricos que permitem interlocuções para as mais diversas narrativas a serem discutidas com a sociedade junto ao museu.

Como anteriormente já mencionado, ACKR foi o político mais influenciador do MHSC, igualmente o maior doador de todos os tempos e o mais antenado a deixar seu “legado”. Sua presença através de seus pertences, batem recordes em se tratando de números. Os poucos objetos referentes a outros ex-governadores, somado a estagnação de novas doações para incorporar o acervo do MHSC no decorrer dos anos, só faz evidenciar o nome ACKR na instituição conforme os dados levantados.

Nos registros do museu, consta um arrolamento específico dos acervos pertencentes ao ACKR elaborado em outubro de 2001¹⁵⁴ pela equipe técnica do museu. Um arrolamento feito a partir das fichas de catalogação que registram e listam os acervos de forma individual.

A fichas catalográficas por sua vez, são um desdobramento do Livro Tombo do museu, o livro, é uma ferramenta técnica e metodológica utilizada para registrar o ingresso dos acervos museológicos de forma sequencial conforme sua entrada na instituição. No Livro Tombo do MHSC os principais registros¹⁵⁵ são feitos a partir de 1990, seguindo até o último registro em 1996, finalizando com 1.050 (um mil e cinquenta) acervos tombados, entre: placas, diplomas, insígnias, medalhas, fotografias, mobiliários, documentos, objetos comemorativos, objetos de arte, telas artísticas, lustres e outros.

Apesar de ser um período bem posterior às doações de ACKR, foi durante essa fase que o museu adota uma “nova” forma de registro, os acervos antigos passam a receber uma nova forma de “numeração”

No arrolamento de 2001, são apresentados os seguintes objetos sendo de ACKR:

¹⁵⁴ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Levantamento do acervo do Ex-Governador ACKR, doado ao MHSC - Palácio Cruz e Sousa. Fonte: Arquivo MHSC.

¹⁵⁵ Existem livros anteriores

Tabela 5 - *Arrolamento do acervo do Ex-Governador Konder Reis, outubro 2001

Objeto	Quantidade
ABOTOADURA	02
ALBUM FOTOGRÁFICO	03
GRAVURA	01
BANDEJA	03
BAÚ	01
BUSTO	01
CANETA	02
CANETA TINTEIRO	02
CARTA	01
CERTIFICADO	13
CHAVE	03
CIGARREIRA	01
CINZEIRO	01
COMENDA	10
DIPLOMA	93
DOCUMENTO	01
ESCUDO	01
ESPÁTULA	02
FACA	01
FACÃO	01
FERRO DE PASSAR	01
FITA K7	01
FOTOGRAFIA	04
GRAVURA	02
INSÍGNIA	03
ISQUEIRO	01
JARRA	01
LIVRO	01
MACHADINHA	01
MEDALHA	38
PESSO DE PAPEL	02

PLACAS	127
POESIA	01
PORTA CANETA	02
PORTA CIGARRO	01
QUADRO	01
DOCUMENTO	01
RELÓGIO	01
RESOLUÇÃO	01
SAMOVAR	01
TÍTULO	06
INDUMENTÁRIA	01
TROFÉU	09
TOTAL	350

* Na época desse arrolamento não foi levado em consideração os desdobramentos de algumas peças, estando tombadas como “conjuntos”

Fonte: Adaptação feita pelo autor, 2019

Ainda durante a checagem dos acervos em 2019, a equipe do NCR encontrou diversos acervos no museu que não possuem registros ou inventário regularizado no livro tombo de (1990-1996). Os acervos que se encontram nesse “limbo” são anteriores a esse período e constam apenas em relatórios anuais, listagem de doações e outros documentos. Alguns desses acervos pertenceram a ACKR por terem sido identificados em listagens antigas.

O exemplo dos contratos de comodato, o MHI (1980-2017) e com o Sr. Konder Reis (2002) são exemplos que não tiveram bons resultados, pois gerou dissipação e extravio de acervo, o primeiro caso levou 37 anos para ser concluído, e o segundo discorre por uma problemática complicada de resolver, já que foi firmado com uma pessoa física já falecida, gerando um trabalho enorme para regularizar o que ainda continua em processo.

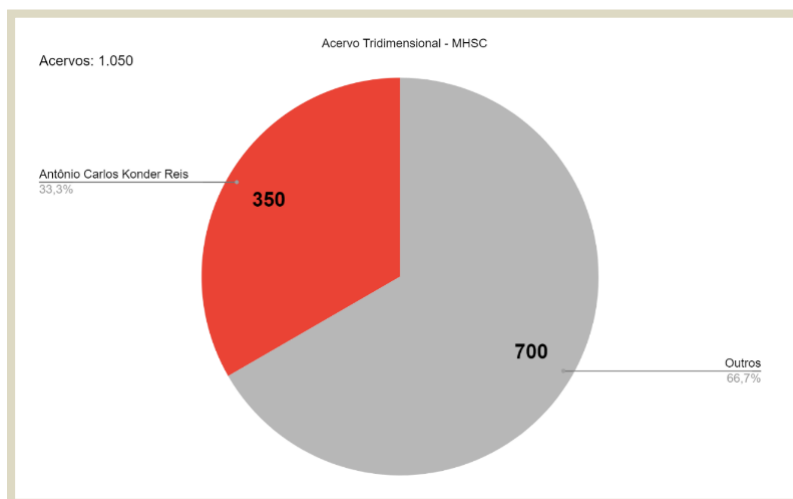
E devido às mudanças de gerências e governos o MHSC desconhecia o acervo extraviado; somado a questão que não havia uma documentação e controle atualizado do acervo existente, o que está ocorrendo somente em 2019.

Essa informação é só um adendo para considerar nos autos deste TCC, contudo não será uma informação relevante e utilizada para o

levantamento quantitativo em decorrência do Diagnóstico do Acervo para o Projeto de Inventário ainda estar em andamento até o presente momento.

Dos 1.050¹⁵⁶ objetos que correspondem a Coleção dos Acervos tridimensionais do MHSC, 350 (trezentos e cinquenta) estão relacionados ACKR conforme demonstra a gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Acervo ACKR



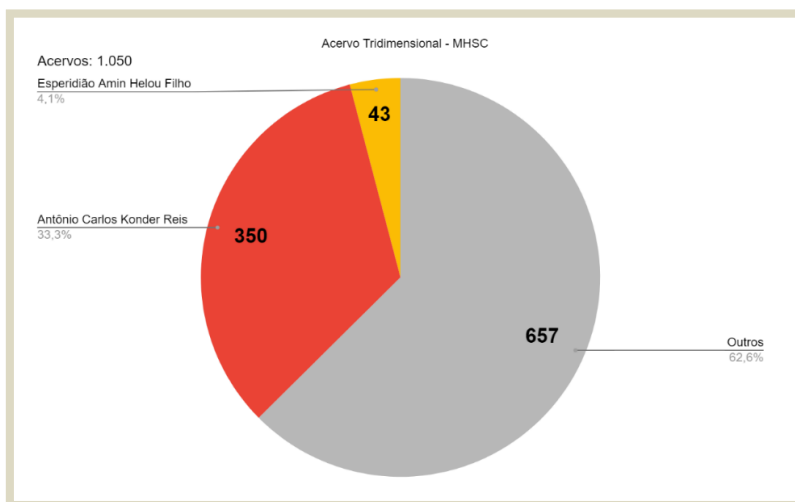
Fonte – Criado pelo autor, 2019

¹⁵⁶ Livro Tombo (1990-1996)

Para fins da comparação ainda em 2019, o ex-governador Sr. Esperidião Amin Helou Filho, possui 43 (quarenta e três) acervos registrados no livro tomo de (1990-1996), o que o define como sendo o segundo ex-governador com o maior número de objetos no museu (Gráfico 2)

Ao considerar que no restante dessa conta, há uma grande parcela de objetos mobiliários, a fatia de acervos que representam a outros ex-governadores fica bem menor.

Gráfico 02 – Acervo ACKR x Esperidião Amin Helou Filho



Fonte – Criado pelo autor, 2019

4.4.1 O Acervo Fotográfico

O Acervo Fotográfico do museu, inicialmente era registrados em fichários de mesa com classificação de A-Z. Organizados por ordem alfa numérica crescente, cada ficha informava no cabeçalho o “assunto” e algumas vezes a descrição do evento. O período em que esse o recurso foi utilizado e a totalidade de fotografias registradas é desconhecido, já que não há outros documentos que informam mais detalhes

No ano 2000, uma nova proposta de registro para esse tipo de acervo foi criada. Nesse novo sistema, o acervo fotográfico passou a ter um Livro Tombo exclusivo e as fotografias passam a receber uma nova numeração de tomo acompanhada de uma breve descrição. No livro, as fotografias são listadas em numeração alfa crescente, iniciando em 01 (um) até 1.187 (um mil cento e oitenta sete), quando foi efetivado o último registro. O período desses registros ocorre entre os anos 2000 e 2002.

Para processar as informações dos acervos, o livro tomo apresenta 6 (seis) campos de preenchimento em seu cabeçalho, que são: **Número de Registro**; **Data** (que informa o lançamento no livro tomo); **Título** (descrição da imagem); **Doação** (nome do doador); **Data** (data da fotografia) e **Observações**.

Os metadados utilizados se mostram insuficientes para atender às condições ideais para a salvaguarda e recuperação da informação, conforme Nascimento (1994) aponta.

A questão é que, a ação documental deve ir além do simples ato de resgate de informações do objeto em si, e sim, buscar através da pesquisa o contexto de produção do bem cultural, com um método capaz de permitir a construção e a comunicação do conhecimento acerca do bem cultural produzido historicamente. [...] Em primeiro lugar, a documentação primária (registro, identificação, fichas, numeração, etc...) do objeto é necessária para o controle e segurança do acervo porém, não deve ser considerada como um fim, e sim, como um processo para o desenvolvimento de pesquisas que tenham por objetivo a produção de conhecimento sobre a

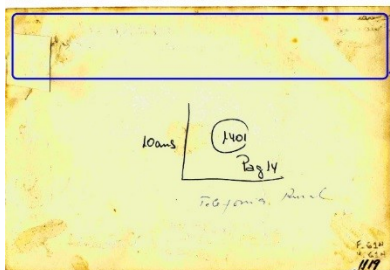
história social e cultural onde o objeto está imerso¹⁵⁷.

Em 2019, é realizado um diagnóstico¹⁵⁸ do acervo fotográfico, onde se chegou aos seguintes apontamentos conforme é apresentado na (Figura 33):

¹⁵⁷ NASCIMENTO, Rosana Andrade Dias do. Cadernos de Museologia N° 3 p.36. 1994.

¹⁵⁸ Projeto de Inventário do MHSC (2018-2022)

Figura 33 – Conjunto de imagem do Diagnóstico do Acervo Fotográfico MHSC



1 F-614 - Primeiro numero tombo recebido.



2

Na fotografia havia descrição que informava o evento registrado, ainda é possível observar a marca em algumas peças do acervo.

Conclui-se, que após o ano 2001, a informação é apagada. No livro tombo, a descrição foi suprimida, o que significa, que as informações ainda se encontravam na imagem durante esse período.

A numeração **F-614** (F = Foto) nesse caso, só permaneceu por estar em nanquim, em muitos outros acervos, essa informação estava à lápis, e se perdeu.

1.119 - Segunda numeração de tombo recebida em 2001.

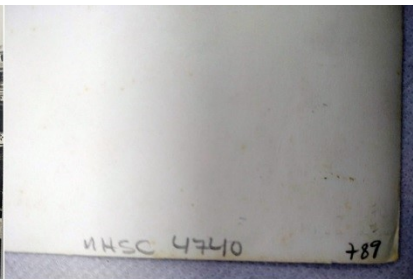
3 **MHSC.1662** Novo numero de arrolamento registrado em 2018, durante o "Arrolamento do acervo" iniciado em 2017.

PERDEU-SE A INFORMAÇÃO HISTÓRICA DO REGISTRO FOTOGRÁFICO

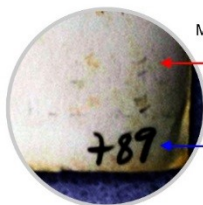
1866	MHSC. 1662	Fotografia	Papel	Bom	<p>Foto P&B de um homem falando em um telefone fixo em pé e outro segurando um microfone próximo dele com a mão direita e um rádio com a mão esquerda, ao redor deles tem 10 homens. Outros: F. 614. II. 614. 1119. No verso está escrito com caneta azul: "10 anos 1404 Pag 14 - Telefonia Rural". Pasta 8. Nº 1119. 11,5 x 17,4 cm.</p>	04/05/2018
------	------------	------------	-------	-----	---	------------



Fotografia: Frente



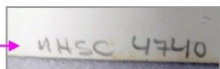
Fotografia: Verso



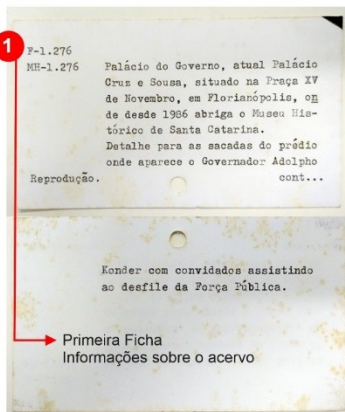
Detalhe do verso ampliado

Marca do primeiro tombo apagado do acervo.

Segundo número tombo



Detalhe do Livro Tombo, informando número; data; descrição, ano e observações
INFORMAÇÃO INSUFICIENTE



1

2

Primeira Ficha
Informações sobre o acervo

0789	26.07.01	Palácio Cruz e Sousa	-	1930 foto escrita
0790	26.07.01	"	-	1896 Reprodução
0791	26.07.01	"	-	1930 foto escrita
0792	26.07.01	Constituição Republicana	-	22/06/1930 reprodução de foto

3

"Arrolamento" - Listagem de informação sobre o acervo.

3

Só é possível recuperar parte da informação nesse caso, porque está registrado na própria imagem.

4855	MHSC: 4740	Fotografia	Papel	Bom	Foto P&B de um desfile em frente ao Palácio do Governo de Florianópolis na rua da Praça XV de Novembro. Na foto está escrito "O PRES. KONDER ASSISTINDO O DESFILE DA FORÇA PUBLICA". Outros: 789. Pasta 53. 40.1 x 30 cm. Cópia da original.	Nathiele 28/08/2018
------	------------	------------	-------	-----	--	---------------------

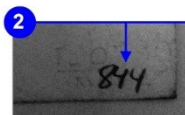
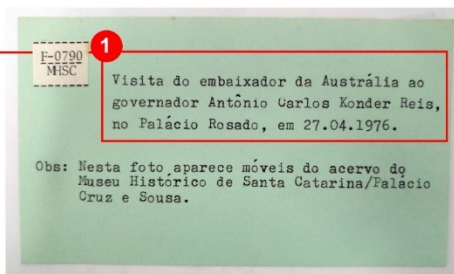
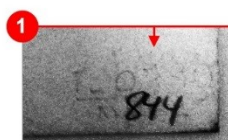
Exemplo de como a falta de pesquisa na documentação e as mudanças nas numerações no registro do acervo ao longo do tempo implicam na perda de informações, cruciais para identificar o acervo.



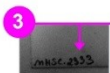
Fotografia: Frente



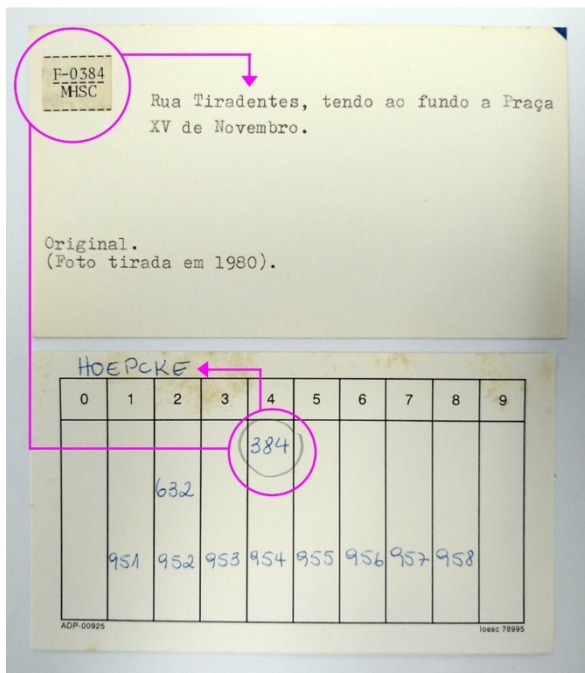
Fotografia: Verso



NUMERO DE REGISTRO	DATA	TITULO	CLASSIFIC	DATA FOTO	OBSERVAÇÃO
0835	13.08.01	KONDER REIS, Antônio Carlos	fol. Espumante	1976	original
0836	13.08.01	"	"	1976	"
0837	13.08.01	"	"	1976	"
0838	13.08.01	"	"	1976	"
0839	14.08.01	"	"	1976	"
0840	14.08.01	"	"	1976	"
0841	14.08.01	"	"	1976	"
0842	14.08.01	"	"	1976	"
0843	14.08.01	"	"	1976	"
0844	14.08.01	"	"	1976	"
0845	14.08.01	"	"	1976	"
0846	14.08.01	"	"	1976	"
0847	14.08.01	"	"	1976	original
0848	14.08.01	"	"	1976	"
0849	14.08.01	"	"	1976	"
0850	14.08.01	"	"	1976	"



2457	MIISC. 2333	Fotografia	Papel	Bom	Foto P&B do governador Antonio Carlos Konder Reis sentado em um sofá em com um homem. Outros: 844. Pasta 35. 18 x 12,2 cm.	Nathiele 06/06/2018
------	-------------	------------	-------	-----	--	------------------------



Exemplo de divergência nas informações, fichas do mesmo período contendo o mesmo número de tomo do acervo, mas com identificações distintas. É necessário fazer a conferência visual de todo o acervo para garantir a segurança na informação.



Equipe do Núcleo de Conservação e Restauro - NCR, trabalhando para tentar recuperar o máximo de informações sobre o acervo através do cruzamento de todos os dados encontrados.

Em algumas listas de doações de ACKR, e informações contidas nos relatórios anuais do museu, é informado a “doação de fotografias”. Contudo, não são todos os documentos que apresentam o volume recebido; e o conteúdo registrado nas imagens, não é revelado. O que torna impossível fazer um levantamento preciso e quantitativo das fotografias que foram recebidas por ACKR.

No diagnóstico de 2019, feito a partir do livro tomo dos registros fotográficos (2000-2002), surgem 78 (setenta e oito) ocorrências onde aparece retratado o ex-governador ACKR. Não sendo possível identificar a quais fotos fazem parte de sua doação. Também há um grande número de fotografias em que não aparecem o nome do **doador** no livro tomo, o que possibilita a margem desse número ser maior, visto que não implica necessariamente o ex-governador estar retratado nas imagens para doar ao museu.

Por se tratar um acervo com problemas em sua documentação, não será considerado para o levantamento quantitativo final dos objetos pertencentes a ACKR, ficando as informações aqui registradas apenas para conhecimento geral.

4.5 O DIAGNÓSTICO FINAL DOS OBJETOS DOADOS POR ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS

Nessa última fase da investigação, após fazer todos os apontamentos que se correlacionam com o acervo de ACKR, e expondo todas as situações e problemáticas encontradas no decorrer da pesquisa. Por fim, é possível revelar o resultado do diagnóstico dos acervos registrados do ex-governador.

Para essa soma, considera-se o registro oficial dos acervos, que é o livro tomo de (1990-1996)¹⁵⁹, igualmente utilizado como referência para o Diagnóstico do Acervo para o “Projeto de Inventário” do Museu coordenado pela Professora e Museóloga Rosana Andrade Dias do Nascimento, que será responsável por elaborar o laudo final do diagnóstico do museu.

Serão somados os acervos referentes ao Contrato de Comodato com o MHI (1980-2017), acervos já devolvidos ao MHSC. Os acervos que se encontram no “limbo” como já foram explicados anteriormente, por falta de precisão dos registros, não será considerado para essa soma.

¹⁵⁹ O Livro de Tombo (1990-1996) não considera desdobramentos nos acervos, alguns conjuntos recebem única numeração.

Os objetos referentes a ACKR, que constituiu parte do acervo do MHSC, em 2019, apresenta o total de **475** (quatrocentos e setenta e cinco) objetos inventariados, configurando-se da seguinte forma:

Tabela 6 – Coleção Antônio Carlos Konder Reis – Levantamento

Objeto	Livro Tombo (1990-1996) *	Contrato Comodato MHI (1980-2017) **
ABOTOADURA	02	
ALBUM FOTOGRÁFICO	03	
GRAVURA	01	
BANDEJA	03	01
BAÚ	01	
BUSTO	01	
CANETA	02	
CANETA TINTEIRO	02	
CARTA	01	
CERTIFICADO	13	
CHAVE	03	
CIGARREIRA	01	
CINZEIRO	01	
COMENDA	10	
DIPLOMA	93	33
DOCUMENTO	01	
ESCUDO	01	
ESPÁTULA	02	
FACA	01	
FACÃO	01	
FERRO DE PASSAR	01	
FITA K7	01	
FOTOGRAFIA	04	
GRAVURA	02	
INSÍGNIA	03	
ISQUEIRO	01	
JARRA	01	
LIVRO	01	
MACHADINHA	01	
MEDALHA	38	10
PESSO DE PAPEL	02	

PLACAS	127	
POESIA	01	81
PORTA CANETA	02	
PORTA CIGARRO	01	
QUADRO	01	
DOCUMENTO	01	
RELÓGIO	01	
RESOLUÇÃO	01	
SAMOVAR	01	
TÍTULO	06	
INDUMENTÁRIA	01	
TROFÉU	09	
TOTAL	350	125

*Atualmente, os seguintes acervos indicados abaixo, em Contrato de Comodato com Antônio Carlos Konder Reis (2002) não se localizam no MHSC.

148/90	Abotoadura	652/91	Diploma	658/91	Diploma
544/90	Placa	750/91	Diploma	671/91	Diploma
705/91	Diploma	673/91	Diploma	990/91	Medalha
501/90	Placa	499/90	Placa	694/91	Diploma
474/90	Placa	472/90	Placa	988/91	Medalha
506/90	Placa	423/90	Placa	753/91	Diploma
444/90	Placa	653/91	Diploma	769/91	Diploma
685/91	Diploma	640/91	Diploma	670/91	Diploma
674/91	Diploma	672/91	Diploma		

**Acervo desaparecido, Contrato de Comodato com MHI (1980-2017)

98/DP	Diploma
-------	---------

Fonte: Criado pelo autor, 2019

A metodologia usada na elaboração desse diagnóstico, se desenvolveu principalmente com pesquisas nos arquivos primários, tais, como listas de doações, livro tomo e as fichas de inventário do acervo, documentos que foram imprescindíveis para cruzar as informações e

processar todos os dados, finalizando com a conferência física do acervo no museu¹⁶⁰.

“Qualquer que seja a especialidade ou a categoria do Museu, qualquer que seja o lugar em que ele se situar no mundo, certos princípios de ética e de integridade profissional devem ser aplicados por aqueles que são encarregados das aquisições. Isto significa que a origem de todo objeto a ser adquirido, qualquer que seja a sua natureza, deve ser documentado devidamente.”¹⁶¹

Com relação às eventualidades no Acervo Fotográfico, foram feitas as devidas justificativas que respondem os motivos que o impedem de somar parte dessa coleção ao esse resultado final.

Foi apresentado o Contrato de Comodato, entre MHSC e MHI (1980-2017), com um olhar de destaque para esse acervo, que nunca foi devidamente registrado no MHSC, seguindo os preceitos teóricos e as indicações técnicas no campo dos museus. Da mesma forma, foi retratado o comodato, entre o MHSC e Antônio Carlos Konder Reis (2002 - em aberto), com foco na falta de clareza nos documentos apresentados no trâmite. Atentou-se também, pela peculiaridade de um contrato entre público (instituição - jurídico) e privado (pessoa física); e as implicações administrativas quanto ao retorno de parte dos acervos para museu em forma de “doação” em 2019. Em ambos os contratos de comodato, é incontestável a influência e envolvimento direto de ACKR, que sempre conseguiu no museu, que seus intentos fossem atendidos. A sua notoriedade e posição pública atrelada a sua vinculação ao museu, atentou para que ainda em vida, pudesse garantir que sua memória e legado fossem construídos seguindo o roteiro planejado por si mesmo.

Talvez o ACKR, procurava se espelhar em seu antigo professor Gustavo Barroso, da época em que cursava o Curso de Museus do Museu Histórico Nacional - MHN. Barroso, utilizou-se inúmeras vezes dos Anais do MHN como um lugar para construir suas próprias memórias. Por fim, o Sr. ACKR também buscou a sua imortalidade a partir do MHSC.

¹⁶⁰ Nesse período já se tinha o levantamento total dos objetos de ACKR no museu, por conta do diagnóstico dos acervo para o Projeto de Inventário do MHSC (2018-2002) já estar concluída.

¹⁶¹ “Ética de Aquisição (publicação do Internacional Council of Museums)” Revista ICOM, março de 1972.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar esta pesquisa nos arquivos e nos objetos do acervo de ACKR salvaguardadas no MHSC, foi uma oportunidade de trazer à luz uma face pouco conhecida e quase tão intensa quanto a do homem público, o político. Um homem peculiar em suas idiossincrasias, intenso e profundamente culto. Um visionário, que ainda tem o poder de encantar quem busca conhecê-lo.

O que começou apenas como curiosidade – o que o motivou a acumular tão rico e abrangente acervo - se descortina como uma grande história, que aos poucos está sendo desvelada, e uma narrativa que continua em construção. Sua trajetória pessoal, profissional e carreira política, tudo diretamente conectado ao próprio MHSC, cuja criação ele foi o grande incentivador.

Esta pesquisa possibilitou também investigar sua genealogia, conhecer seus antepassados, sua tradição política e atuação representativa. Igualmente foi possível conectar a trajetória acadêmica de ACKR - quanto formação no Curso de Museus pelo Museu Histórico Nacional - MHN (Rio de Janeiro, 1946) – com sua atuação enquanto Governador, visto sua atenção ao fomento das práticas culturais (em especial quando solicita a formação de um Grupo de Trabalho para pensar um Museu Histórico para a cidade de Florianópolis).

Ainda há muito trabalho a ser feito. Para o levantamento dos acervos, foi necessário pesquisa documental e arquivística no museu, onde constatei hiatos que impossibilitam nesse momento que se gerem dados mais precisos. Acervos - entre eles fotográficos - atualmente encontram-se sem registros de inventário.

O levantamento do acervo também exigiu analisar os Contratos de Comodatos como o MHI (1980) e com Antônio Carlos Konder Reis (2002), documentações estas que apresentam múltiplas problemáticas. Isto evidencia uma vulnerabilidade crônica do MHSC: uma governança de longo prazo sujeita aos caprichos dos ventos políticos da ocasião, com a falta de uma boa gestão baseada em melhores práticas, especialmente uma rotina documental mais consistente.

O acesso aos arquivos pessoais da vida privada de Konder Reis em sua residência na cidade de Penha/SC, despertou um olhar mais sensível sobre suas atitudes. Posso afirmar que ACKR foi um homem extremamente disciplinado, um obstinado. Durante toda sua vida manteve de forma sistemática inúmeros documentos e objetos. Tudo organizado de forma criteriosa para um propósito maior.

Ele já aspirava à “imortalidade” representado especialmente pelo MHSC. Seu legado, seu nome e memória continuam a ser lembrado. Agindo com discrição, ACKR onipresente criou as condições para que isso ocorresse, deixando o tempo se encarregar e evidenciar as suas aspirações e ambições, o que tornaram um indivíduo único.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. **A Fabricação do Imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: LAPA: Rocco, 1996.

ALMEIDA, Cicero Antônio F. **Objetos que se oferecem ao olhar**. Colecionadores e o “desejo de museu”. In: Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: MHN, 2012. p. 183-200.

ARQ. GETÚLIO VARGAS; GUIMARÃES, A. *Dic.*; MIN. REL. EXT. *Almanaque* (1942); MOURA, *Autonomia*. Disponível em:<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/konder-arno>

BRUHNS, Katianne. **Museu Histórico de Santa Catarina**: discurso, patrimônio e poder (1970-1990). 32 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2010.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira; ARAUJO, Marcelo. A interdisciplinaridade em Museologia. In: **WaldisaRússio Camargo Guarnieri**: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010

CHAGAS, Mario. Memória e Poder: Contribuição Para a Teoria e a Prática nos Ecomuseus. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECOMUSEUS, 2., 2000, Rio de Janeiro. Caderno de textos e resumos. Rio de Janeiro: NOPH/MINOM/ICOFOMLAM, 2000. p. 12

COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS CULTURAIS. **Plano para implantação do Museu Histórico de Santa Catarina**, 15 fev. 1977. Acervo arquivísticos do MHSC. Pasta Relatório final do grupo de trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **Guia dos governantes em Santa Catarina**. Florianópolis: [Secretaria da Educação e Cultura], 1979.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (editores). **Conceitos chave de Museologia**. Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury, tradução e comentários.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Atividades desenvolvidas pela Unidade de Ciências em 1979**. Acervo Arquivístico do MHSC. Pasta Relatório final do grupo de trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Plano Museológico** – Museu Histórico de Santa Catarina 2015 - 2018, 2016.

GRUPO DE TRABALHO PARA A IMPLANTAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. **Ata nº 1**. 27 jan. 1977. Acervo arquivístico do MHSC. Pasta Relatório Final do grupo de trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina.

KONDER, Victor Márcio et. al. **Antônio Carlos Konder Reis: 50 anos de vida pública**. Itajaí: Oficina da Palavra, 1997.

MARQUES, S. 2013/2014 Espaço de Resistência e trocas culturais no meio rural brasileiro: Apontamentos sobre o Quilombo do Jaó. Revista de Arqueologia 26/27.

MARQUES, Roberta Porto, **Estudo do acervo de acompanhamentos funerários da Coleção Arqueológica Pe. João Alfredo Rohr, SJ**: análise de dois contextos arqueológicos litorâneos em Santa Catarina, Florianópolis, 2018, p.31

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia Vitor Konder. 2019. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/895-Vitor_Konder>.

Acesso em: 11 de setembro de 2019.

MORO, Fernanda Camargo, Fernanda. Da Documentação: Elementos Básicos para a Decodificação. In: Museu: aquisição-documentação. Rio de Janeiro, Livraria Eça, 1986.

NASCIMENTO, Rosana Andrade Dias do. Cadernos de Museologia Nº 3 p.32. 1994.

RAFFAINI, P. T. **Museu Contemporâneo e os Gabinetes de Curiosidades**. Ver. Do Museu de Arqueologia e Etnologia, S. Paulo, 3: 159-164, 1993.

REIS, Antônio Carlos Konder. In: FGV CPDOC. [Verbetes]; [Biográfico]: 2019 Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/reis-antonio-carlos-konder> - Acesso em 12. set. 2019.

SÁ, Ivan Coelho de; SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de museus - MHN, 1932-1978**: alunos, graduandos e atuação profissional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007.

SANTA CATARINA. Memória Política de Santa Catarina. [Biografia] Antônio Carlos Konder Reis. 2019. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesec.sc.gov.br/biografia/1027-Adolfo_Konder>. Acesso em: 11 de setembro de 2019.

SANTA CATARINA. Memória Política de Santa Catarina. [Biografia] Antônio Carlos Konder Reis. 2019. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesec.sc.gov.br/biografia/70-Antonio_Carlos_Konder_Reis>. Acesso em: 12 de setembro de 2019.

SANTA CATARINA. Memória Política de Santa Catarina. [Biografia] Antônio Carlos Konder Reis. 2019. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesec.sc.gov.br/biografia/687-Marcos_Konder>. Acesso em: 11 de setembro de 2019.

SCHEMES, Elisa Freitas, **Do “Nosso Museu Histórico” para o “De Minha Terra Natal”**: Comodato e devolução de acervo entre o Museu Histórico de Santa Catarina e o Museu Histórico de Itajaí (1980- 2017), Florianópolis, 2017.

SIQUEIRA, Graciele Karine. Curso de Museus – MHN, 1932-1978: The Academic Profile Professional. 2009. Dissertation (Master’s) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2009. 178p. Supervisor: Ivan Coelho de Sá.

SUANO, Marlene. O que é museu. São Paulo: Brasiliense, 1986

VOTO da mulher. In: PORTO, Walter Costa. **Dicionário do voto**. Brasília: UnB, 2000. p. 427-436.